



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ANNA KAROLINE ROCHA DA CRUZ

**A FECUNDIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: NÍVEIS, PADRÕES
E DETERMINANTES**

**CAMPINAS
2020**

ANNA KAROLINE ROCHA DA CRUZ

A FECUNDIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: NÍVEIS, PADRÕES E
DETERMINANTES

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

Orientadora: DRA. MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA ANNA KAROLINE ROCHA
DA CRUZ E ORIENTADA PELA
PROFESSORA DRA. MARTA MARIA DO
AMARAL AZEVEDO.

CAMPINAS
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

C889f Cruz, Anna Karoline Rocha da, 1989-
A fecundidade dos povos indígenas no Brasil : níveis, padrões e determinantes / Anna Karoline Rocha da Cruz. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Marta Maria do Amaral Azevedo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Fecundidade. 2. Povos indígenas. 3. Demografia. I. Azevedo, Marta Maria do Amaral, 1955-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The fertility of indigenous peoples in Brazil : levels, patterns and determinants

Palavras-chave em inglês:

Fertility

Indigenous people

Demography

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Marta Maria do Amaral Azevedo [Orientador]

Pery Teixeira

Rosa Sebastiana Colman

Gláucia dos Santos Marcondes

Tirza Aidar

Data de defesa: 22-06-2020

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2693-7793>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0920273953362890>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 22 de junho de 2020, considerou a candidata Anna Karoline Rocha da Cruz aprovada.

Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo – Orientadora

Profa. Dra. Pery Teixeira – Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Rosa Sebastiana Colman – Universidade Federal da Grande Dourados

Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes – IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Tirza Aidar – IFCH/UNICAMP

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para meus pais e sobrinha.

AGRADECIMENTOS

Para alcançar esse e tantos outros conhecimentos e construir esse trabalho precisei da ajuda de muitas pessoas, instituições e agentes financiadores, as quais tenho muito a agradecer:

Aos meus pais, Moacir e Nairlândia, e minha avó, Nair, pelo grande incentivo e apoio durante toda minha caminhada acadêmica. Ao meu namorado, Rodrigo, pelas boas conversas e por estar sempre presente mesmo à distância. Ao meu querido irmão, Felipe, pelo apoio em casa. Vocês são minha motivação e inspiração de todos os dias.

À Unicamp por proporcionar um ambiente fantástico de conhecimento. Levarei muitas lições daí.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio financeiro durante os quatro anos de doutorado.

À toda equipe do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/Unicamp) por todo suporte institucional e ambiente favorável de conhecimento e ensino. Em especial, a Adriana, Raquel e Rogério.

Aos queridos professores do programa de doutorado em Demografia do IFCH. Em especial, aos professores José Marcos Cunha, Joice Vieira, Everton Lima, Luciana Alves, Gláucia Marcondes, Maria Coleta Oliveira e Rosana Baeninger, por todo conhecimento passado.

À minha orientadora, Marta, por muitas vezes me tirar das minhas nuvens de confusões. Sou grata por sua empatia e sensibilidade em guiar de forma tão branda essa caminhada. Aprendi muito com você e com as oportunidades que você me possibilitou.

Aos professores que participaram da banca avaliadora tanto da qualificação quanto da defesa: Everton Lima, por suas contribuições na parte metodológica desse trabalho; Pery Teixeira, grande amigo e incentivador, sou grata pelas diversas sugestões e críticas a esse trabalho; Tirza Aidar, Gláucia Marcondes, Rosa Colman e a todos os demais professores, por aceitarem em participar dessa defesa em tempos tão delicados.

Aos queridos colegas de turma e de corredores, meu muito obrigada por todos convites, conversas e ajudas durante esse tempo de doutorado. Em especial, ao William e a Anny,

parceria desde o tempo de UFRN, ao Luiz, pelos conselhos e ajuda na elaboração do mapa da tese e a Helô, pelas boas gargalhadas e conversas.

Aos meus queridos vizinhos, Imelda, Cristiano, Takeo e Elza, pelas conversas, almoços de domingo, jogos de baralho e tantos outros momentos de distração.

Aos meus queridos amigos por ouvirem todas minhas angústias e alegrias enquanto escrevia esse trabalho. Em especial, a Amara, Débora, Rafaella e Wilmara.

E a todas tias, tios, primas e primos que torceram para que eu finalizasse mais essa etapa.

RESUMO

O tema da fecundidade tem sido, desde o início da segunda metade do século XX, objeto de estudo para cientistas que desenvolveram abordagens que contribuíram para o entendimento da dinâmica demográfica de todas as populações. Para os povos indígenas no Brasil esse tema vem ganhando relevância entre pesquisadores contemporâneos. Estes povos, conforme vários estudos, possuem diferentes níveis e padrões de fecundidade das mulheres. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a relação entre os níveis e padrões da fecundidade com alguns aspectos históricos, socioeconômicos e culturais dos povos indígenas no Brasil. Os resultados mostram uma fecundidade com níveis elevados, se comparados com os dos não indígenas, para todos os distritos sanitários de saúde indígena, com diferenças significativas entre aqueles distritos que estão situados na Amazônia e os das demais regiões do país. Acredita-se que as altas fecundidades encontradas em alguns distritos na Amazônia estejam relacionadas a questões culturais de cada povo, como também pelas distâncias das comunidades indígenas dos centros urbanos, diferentemente do que ocorre com os distritos situados fora da Amazônia, que tiveram (e têm) um maior contato com a sociedade envolvente.

Palavras-chave: Fecundidade; Povos indígenas; Demografia.

ABSTRACT

The theme of fertility has been since the beginning of the second half of the twentieth century, an object of study for scientists who have developed approaches that have contributed to understanding the demographic dynamics of all populations. For indigenous peoples in Brazil, this theme has been gaining relevance for contemporary researchers. These peoples, according to several studies, have different levels and patterns of fertility among women. Thus, the aim of this paper is to understand the relationship between fertility levels and patterns with some historical, socioeconomic and cultural aspects of indigenous peoples in Brazil. The results show a fertility with high levels, when compared with those of non-indigenous people, for all health districts of indigenous health, with significant differences between those districts that are located in the Amazon and those of the other regions of the country. It is believed that the high fertilities found in some districts in the Amazon are related to the cultural issues of each people, as well as the distances of the indigenous communities from the urban centers, unlike what happens with the districts located outside the Amazon, which had (and have) greater contact with the surrounding society.

Keywords: Fertility; Indian people; Demography.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Proporção de domicílios segundo o tipo de questionário do Censo demográfico de 2010 e por tamanho do município.....	51
TABELA 2 – Distribuição do tamanho da amostra de mulheres indígenas e nascimentos no último ano em 2010 para os 34 DSEIs.....	58
TABELA 3 – Razão P1/P2 por DSEI.....	72
TABELA 4 – Percentual e número absoluto de mulheres em TI segundo o tipo de resposta no quesito “se considera indígena” segundo raça/cor – 2010.....	80
TABELA 5 – Percentual de mulheres de 10 a 49 anos de idade residentes em Terras Indígenas por tipo de declaração no quesito se considera segundo DSEI – 2010.....	82
TABELA 6 – Taxas de Fecundidade Total para mulheres indígenas por área de abrangência dos DSEI a partir dos dados do IBGE e da SESAI– 2010 e 2014.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Curvas das Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) sem ajuste, com aplicação do modelo hierárquico de Poisson de alguns DSEIs– 2010.....	68
GRÁFICO 2 – Equação da reta K (P1/P2).....	73
GRÁFICO 3 – Percentual de nascimentos sem registro de idade da mãe por ano – 2010 a 2016 – Brasil.....	77
GRÁFICO 4 – Total de nascidos vivos por ano – 2010 a 2016 – Brasil.....	77
GRÁFICO 5 – Percentual de mulheres residentes em Terra Indígena por “raça/cor” declarada segundo as grandes regiões do Brasil – 2010.....	79
GRÁFICO 6 – Percentual de mulheres residentes em TI que se consideraram indígenas segundo o tipo de declaração étnica por Grande Região – 2010.....	81
GRÁFICO 7 – Percentual de mulheres de 10 a 49 anos residentes em TI segundo o tipo de declaração étnica por DSEI – 2010.....	83
GRÁFICO 8 – Percentual de mulheres de 10 a 49 anos residentes em TI que se consideraram indígenas segundo o tipo de declaração étnica por DSEI – 2010.....	84
GRÁFICO 9 – Taxas de Fecundidade Total para mulheres indígenas por área de abrangência dos DSEI a partir dos dados do IBGE e da SESAI– 2010.....	85
GRÁFICO 10 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Alto Rio Negro a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010.....	87
GRÁFICO 11 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Alto Rio Solimões a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010.....	88
GRÁFICO 12 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Xingu a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010.....	89
GRÁFICO 13 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Yanomami a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010.....	90
GRÁFICO 14 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Pernambuco a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010.....	91
GRÁFICO 15 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Mato Grosso do Sul a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010.....	92

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Representação espacial da área de ponderação e seus setores censitários.....	52
FIGURA 2 – Diagrama da composição das pessoas autodeclaradas indígenas no Brasil.....	55
FIGURA 3 – Divisão dos setores censitários do município de São Gabriel da Cachoeira (AM) – Censo de 2010.....	59
FIGURA 4 – Mapa das Terras Indígenas por setor censitário – 2010.....	61
FIGURA 5 – Mapas com as distribuições dos DSEI.....	65
FIGURA 6 – Organização da rede de serviços de saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).....	75

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
BME	Banco Multidimensional de Estatísticas
CIARN	Censo Indígena Autônomo do Rio Negro
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
DGEEC	Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígena
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTDL	Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Educação do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
IUSSP	International Union for the Scientific Study of Population
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDA	Personal Digital Assistant
PIX	Parque Indígena do Xingu
SESAI	Secretária Especial de Saúde Indígena
SIASI	Sistema de Informações à Assistência da Saúde Indígena
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
STD	Segunda Transição Demográfica
TFT	Taxas de Fecundidade Total
TI	Terra Indígena
TMI	Taxas de Mortalidade Infantil
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Saída da regressão hierárquica de Poisson aplicada no Software R.....	106
APÊNDICE B – Série P/F segundo DSEI – 2010.....	109
APÊNDICE C – Mulheres em terras indígenas segundo o povo/etnia declarado no Censo de 2010.....	113
APÊNDICE D – Número absoluto do total de nascimentos por DSEI no período de 2010 a 2016.....	130
APÊNDICE E – Número de mulheres indígenas contabilizadas nos dados da SESAI e do IBGE – 2010.....	132
APÊNDICE F- Número de nascimentos das mulheres indígenas contabilizados nos dados da SESAI e do IBGE – 2010.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Objetivo geral.....	20
Objetivos específicos.....	20
Hipóteses	20
Estrutura da Tese.....	21
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	22
1.1 Indígenas no Brasil: um grande mosaico cultural	22
1.2 As políticas indigenistas e seus reflexos	24
1.3 As Terras Indígenas.....	27
CAPÍTULO 2 – FECUNDIDADE E POVOS INDÍGENAS	31
2.1 Demografia antropológica: a construção de um campo e sua importância para os estudos sobre os povos indígenas.....	31
2.2 Três décadas de quantificação da população indígena nos censos brasileiros	35
2.3 Fecundidade dos povos indígenas no Brasil.....	42
CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS	50
3.1 Censo Demográfico de 2010	50
3.1.1 Tipos de questionários e os níveis espaciais de agregação do Censo.....	50
3.1.2 Os avanços do Censo de 2010 para a visibilidade dos povos indígenas	54
3.2 Passo a passo do quebra-cabeça: estimando a fecundidade para os povos indígenas.....	57
3.2.1 Peça 1: definindo o grupo de mulheres indígenas e os recortes geográficos	58
3.2.2 Peça 2: os recortes geográficos adotados, municípios e DSEI.....	63
3.2.3 Peça 3: Modelo Hierárquico de Poisson.....	66
3.2.4 Peça 4: o Modelo P/F de Brass	69
3.2.5 Peça 5: validando as estimativas	74
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	79
4.1 Conhecendo as mulheres residentes em terra indígena	79
4.2 A fecundidade indígena no Brasil por DSEI.....	84
4.2.1 Confrontando dados de fecundidade indígena.....	84
4.2.2 Relação entre alguns aspectos históricos, socioeconômicos e culturais com a fecundidade indígena.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE	106

INTRODUÇÃO

Apresentação

O amazonense não-indígena ou migrante residente no Amazonas, direta ou indiretamente, tem contato com os povos indígenas ou conhecimento sobre eles. As culturas indígenas lá estão presentes nos mais diversos espaços sociais sendo assimiladas pelos indivíduos de diferentes formas através das feirinhas de artesanatos, no festival folclórico de Parintins, nas danças indígenas apresentadas em festas juninas, na culinária, nas variações linguísticas, entre outros.

Tanto no aspecto individual quanto no coletivo, tem-se a noção de algum tipo de conhecimento sobre os povos indígenas. Pessoalmente, como manauara, ao resgatar minhas memórias, recordo ter conhecido a história de alguns povos quando estava no Ensino Médio, no âmbito da escola pública, para ser mais específica, em uma aula de História do Amazonas no Instituto de Educação do Amazonas (IEA) em que a professora se empenhava em oferecer aos alunos um conteúdo para além daqueles disponíveis na apostila fornecida pela escola. A exemplo, uma dessas histórias referia-se ao guerreiro da etnia Manaós, chamado Ajuricaba, que lutou para que os “brancos” não ocupassem suas terras, na atual cidade de Manaus.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, precisamente, no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), outra oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a realidade de outro povo surgiu através da participação no processo de digitação do Recenseamento Sóciodemográfico Participativo realizado no ano de 2010 na Terra Indígena (TI) Xukuru do Ororubá (Pernambuco) organizado pelo professor Pery Teixeira, da UFAM. Foi por intermédio desse trabalho que produzi meu primeiro artigo sobre a fecundidade desses povos (no caso, do povo Xukuru), apresentado no seminário “A dinâmica demográfica nordestina e seus desafios para pesquisas teórico-metodológicas”; nesse contexto, já como mestranda em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no ano de 2013.

Ainda durante o mestrado, mais especificamente em janeiro de 2014, colaborei com o Recenseamento Sociodemográfico Participativo da População Indígena da Cidade de Tabatinga, localizado no noroeste do estado do Amazonas, também organizado pelo professor Pery Teixeira. Como pesquisadora participante, foi possível

atuar desde o princípio dos trabalhos desse levantamento: elaboração dos questionários, fases pré-pesquisa de campo, treinamento dos recenseadores e aplicação do instrumento de pesquisa. Uma experiência enriquecedora, em que convivi por um mês com o povo tikuna da Terra Indígena Umariáçu, compartilhando todos os aspectos presentes do dia-a-dia, uma espécie de imersão que só engrandeceu nossa pesquisa.

No processo de preparação, ocorreu o treinamento com um grupo de professores tikuna da TI Umariáçu I e II que fariam as entrevistas no idioma tikuna. Nesses dias de treinamento estavam presentes duas lideranças da TI. O treinamento ocorreu na escola de nível médio localizada na TI Umariáçu II. Além de apresentar o questionário da pesquisa aos professores, foi dado um treinamento para trabalhar com o Personal Digital Assistant (PDA), o mesmo equipamento utilizado pelo IBGE na aplicação dos censos demográficos. A maioria dos pesquisadores participantes conseguiu lidar bem com o aparelho.

No início da pesquisa éramos 11 pessoas na equipe de coordenação, incluindo o coordenador. A equipe era constituída por: seis economistas, um cientista social, duas mestrandas e uma doutoranda em demografia e um demógrafo. Cada pessoa da equipe era responsável pela orientação de um grupo de recenseadores, fazendo o papel do que o IBGE designa de “supervisor”. Contamos com a participação de 25 professores indígenas como entrevistadores na TI e, na cidade de Tabatinga, com 21 membros das comunidades kokama e ticuna. Começamos a pesquisa pelos domicílios da TI Umariáçu II passando, depois, para Umariáçu I. Terminávamos os dias, por vezes, olhando a movimentação no Rio Solimões, as pessoas nas rabetas¹ voltarem para casa, a venda de bodó² vivo na beira da estrada de barro batido, as mulheres chegarem da roça com os baldes cheios, os moradores pararem suas canoas ou rabetas perto da ponte que liga Umariáçu I e II. Infelizmente não dormíamos na terra indígena; ao final do dia retornávamos a Tabatinga (que fica a aproximadamente seis quilômetros de distância da TI) para discutir a respeito das dificuldades, descarregar as informações dos PDAs, recarregar os aparelhos e planejar o dia seguinte.

Entre uma casa e outra consegui conversar com algumas mulheres sobre questões de fecundidade e parturição. Algumas tinham o discurso sobre o número de filhos ideal muito semelhante com o discurso das mulheres não indígenas da cidade, em que a quantidade ideal de filhos, para várias entre elas, seria dois. Esse discurso estava

¹ São pequenas embarcações que possuem um motor de popa.

² Um tipo de peixe comumente encontrado na região.

presente não só entre as mulheres mais jovens, mas também entre as que estavam no final da sua vida reprodutiva. No próprio grupo de entrevistadores da pesquisa duas professoras jovens (na faixa de 20-24 anos) afirmaram que ainda não tinham o desejo de ter filhos, um possível indicativo do adiamento da gravidez. Entretanto, foi possível observar mulheres jovens que moravam em casa de madeira, com poucos cômodos e que não utilizaram o português na entrevista, mencionarem ter mais de um filho. Isso poderia ser indicativo de uma fecundidade diferencial internamente a esse grupo, chamando a atenção para o fato de que as mulheres indígenas, assim como as não indígenas, não são um grupo homogêneo. Após Umariçu, a pesquisa passou a recensear os indígenas na cidade de Tabatinga, encerrando em março de 2014.

A partir dessas informações, busquei no trabalho de dissertação, sob a orientação do professor Mardone Cavalcante França, estimar a fecundidade das mulheres indígenas no Brasil à luz dos seus perfis de capital cultural e econômico. Inicialmente, construí uma tipologia das mulheres indígenas que levava em consideração algumas dimensões demográficas, do capital cultural e econômico, assim como as características do domicílio dessas mulheres. A partir disso, realizei a estimativa dos níveis de fecundidade (CRUZ, 2015).

Os resultados apresentaram distintos perfis de fecundidade dessas mulheres a partir do capital cultural e econômico das mesmas, com destaque para três tipos extremos. As mulheres com capital cultural e econômico mais distante do capital dominante (ou seja, do não-indígena) apresentaram uma alta fecundidade. Estas eram, em síntese, mulheres com baixos níveis de escolaridade e renda domiciliar, sem religião ou praticantes das tradições indígenas, residentes em domicílios com moderada presença de bens materiais. Por outro lado, aquelas que apresentaram um elevado nível de contato com a língua e com os meios de comunicação não-indígenas, bem como uma maior presença de bens materiais tiveram um menor número de filhos, em média, em comparação com as demais mulheres indígenas. Por fim, foram observadas mulheres residentes em áreas rurais com nível intermediário de escolaridade e sem serviços públicos de saneamento básico e que, portanto, possuíam um certo grau de proximidade com o capital cultural dominante, mas careciam de capital econômico. Para essas, o nível de fecundidade encontrado foi também elevado.

Com o resultado desta pesquisa, observei que minhas atenções estavam voltadas para todas as mulheres que se autodeclararam indígenas no Censo, sem considerar, por exemplo, o aspecto pessoal e de pertencimento a cada comunidade de

cada terra indígena, culminando na formulação do problema inicial dessa pesquisa, que tratarei de explicar a seguir.

A pesquisa

O tema da fecundidade tem sido, desde o início da segunda metade do século XX, objeto de estudo para cientistas que desenvolveram abordagens que contribuíram para o entendimento da dinâmica demográfica de todas as populações. Para os povos indígenas no Brasil esse tema vem ganhando relevância para pesquisadores contemporâneos.

Estes povos, conforme vários estudos (VITTI, 2015; AZEVEDO, 2009; PAGLIARO; MENDONÇA; BARUZZI, 2009; SOUZA, 2008; PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005; SANTOS; FLOWERS; COIMBRA JR., 2005; AZEVEDO, 2003; SOUZA; SANTOS, 2001), possuem diferentes níveis e padrões de fecundidade das mulheres. Algumas teorias sobre essas diferenças vêm sendo debatidas desde a década de 1950 (LORIMER, 1954) quando Fortes (1958) encontrou altos níveis de fecundidade entre os Ashanti e argumentou que a diferença entre esses níveis e aqueles encontrados por Caldwell (1975) entre os outros povos da África Sub-Sahariana poderia estar na ênfase dada pelos primeiros na expansão das linhagens matrilineares em contraposição com as organizações sociais patrilineares dos outros povos. Pagliaro et al. (2008) argumentam que as diferenças entre níveis e padrões de fecundidade de povos indígenas no Brasil estão relacionadas com questões culturais, que por sua vez, se relacionam com as políticas de população que esses povos praticam.

Além desses trabalhos sobre a fecundidade entre povos indígenas, a literatura sobre a transição demográfica no Brasil (e em outros países) tem relacionado a queda do número médio de filhos por mulher às transformações decorrentes de vários fatores, como a maior inclusão das mulheres no mercado do trabalho, a urbanização crescente, as transformações nos arranjos familiares, a escolarização das mulheres (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2004; ALVES, 1994; OLIVEIRA, 1982).

No caso brasileiro, a queda nos níveis e as mudanças nos padrões de fecundidade se propagaram no país nas décadas de 70 e 80, e atingiram em maior ou menor medida as áreas urbanas e rurais, bem como os diferentes grupos sociais (SIMÕES, 2006), algo que não foi diferente entre outros países da América Latina que,

assim como o Brasil, tiveram uma queda rápida e acentuada nos níveis de fecundidade (CHACKIEL, 2004).

Mais recentemente alguns teóricos dessa temática atribuíram a permanência da fecundidade em níveis abaixo da reposição em alguns países, principalmente da Europa, ao rompimento dos dogmas da Igreja e do Estado, ao aumento da autorrealização, ao aprendizado social através de redes sociais e à iniquidade de gênero (LESTHAEGHE, 2010; KOHLER; BILLARI; ORTEGA, 2006; BIXBY; CASTERLINE, 1995).

Nesse âmbito cabe perguntar: i) As mulheres residentes em terras indígenas estariam com tendência a seguir o mesmo comportamento reprodutivo das mulheres não indígenas? ii) Quais fatores estariam influenciando a decisão de ter (ou não) filhos dessas mulheres? Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa é:

Objetivo geral

Compreender a relação entre os níveis e padrões da fecundidade dos povos indígenas no Brasil com alguns aspectos históricos, socioeconômicos e culturais desses povos.

Objetivos específicos

- Revisar e discutir a fecundidade dos povos indígenas no Brasil nos últimos 30 anos;
- Analisar os níveis e os padrões da fecundidade dos povos indígenas do Brasil a partir de um recorte étnico, levando em conta povos/etnia, bem como sua localização geográfica.

Hipóteses

A partir dessas questões, podem-se tecer algumas hipóteses sobre as diferenças de níveis e padrões de fecundidade, tais como:

1. A organização social dos povos indígenas é um fator de influência nos seus regimes demográficos.

2. A proximidade das terras indígenas com núcleos urbanos, o acesso às escolas de educação básica e aos serviços de saúde também influenciam nos níveis de fecundidade das mulheres indígenas em terras indígenas.

Estrutura da Tese

No primeiro capítulo fazemos uma revisão da literatura que trata do contexto histórico dos povos indígenas no Brasil. A pergunta central dessa parte é “Como as políticas indigenistas e os aspectos culturais podem intervir sobre a dinâmica demográfica desses povos?”. Com isso, buscamos explorar algumas diferenças socioculturais entre esses povos como aspectos de suas organizações sociais e línguas, de modo a refletir essa diversidade e os fatores que influenciariam os níveis e padrões da fecundidade. Em seguida, fazemos um breve relato das políticas indigenistas no Brasil desde os primeiros anos de contato até o momento atual, relacionando-as às questões das demarcações de terra e à assistência a esses povos.

No segundo capítulo são apresentados os aspectos teóricos que nortearam essa pesquisa, onde se discute a importância da construção do conhecimento sobre a demografia antropológica para os estudos sobre os povos indígenas. Discutimos também o processo de identificação e quantificação dos povos indígenas nos últimos três censos demográficos no Brasil, assim como também os trabalhos realizados com base nessas fontes. Por fim, expõem-se as diferentes discussões realizadas sobre a fecundidade dos povos indígenas no Brasil.

O Capítulo 3 é constituído pelos aspectos metodológicos do trabalho. Nele são destacadas as características do instrumento de coleta do Censo Demográfico de 2010, as formas de divulgação dos dados censitários e os avanços deste último censo para os estudos sobre os povos indígenas. Abordamos também o método utilizado para estimar os níveis e padrões da fecundidade como também os caminhos necessários para encontrar parâmetros confiáveis que tiveram como base os dados da SESAI.

E por fim, no Capítulo 4 são descritos e interpretados os resultados para os níveis e padrões de fecundidade encontrados, assim como suas relações com alguns aspectos históricos, socioeconômicos e culturais desses povos no Brasil.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Qualquer pesquisa ou análise demográfica sobre os povos indígenas deve levar em consideração suas diferenças históricas e socioculturais (cosmologias, línguas, organizações sociais, formas de subsistência e sistemas políticos). É o que procuramos apresentar neste capítulo.

1.1 Indígenas no Brasil: um grande mosaico cultural

Na época em que os portugueses chegaram no Brasil, estima-se que havia 5 milhões de pessoas divididas em mais de mil povos indígenas (WEIS et al., 2011). Desde então, a população indígena no Brasil decresceu continuamente até meados do Século XX. Dentre os motivos estão: a luta com os colonizadores, as doenças transmitidas e a desorganização impostas a suas sociedades (LIVI BACCI, 2008; MELATTI, 1993). Atualmente, o Brasil é um dos países da América Latina que apresenta o maior número de povos indígenas, com um contingente populacional de 896.917 autodeclarados e considerados indígenas. Segundo o IBGE, em 2010, foram contabilizadas 305 etnias ou povos³, o que expressa a enorme sociodiversidade de nosso país, bem como os processos de etnogênese – valorização de etnias que não mais se reconheciam indígenas, mas que nos últimos 20 anos passam a se reconhecer enquanto tais.

Antes de ser brasileiro, o indígena possui uma identidade anterior e específica, herdada de seus ancestrais. Cada povo tem costumes, valores e comportamentos próprios, dependendo da área que ocupam. A pressão a que são submetidos como também o próprio sistema cultural vai se transformando e se modificando no decorrer da história de cada povo ou etnia (JUNQUEIRA, 1991). Desse modo, as culturas indígenas não são estáticas, foram, em alguns casos, dominadas e aniquiladas historicamente, tendo suas comunidades se mesclado com comunidades não indígenas. Se antes da colonização as guerras e trocas culturais aconteciam com outros povos indígenas, hoje elas ocorrem principalmente com as frentes não indígenas de expansão como também através da mobilidade espacial de pessoas indígenas em direção a centros urbanos (WEIS et al., 2011).

³ Etnia ou povo é uma unidade sociológica definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais (IBGE, 2012a).

Os povos indígenas possuem padrões de assentamento, moradias e organizações sociais – o que inclui tipo de famílias – distintas, usualmente denominada de “aldeia”. A aldeia pode ser um pequeno agrupamento de casas ou uma só casa grande (muitas vezes denominada maloca) cujos habitantes se relacionam entre si através de um intrincado e complexo sistema de parentesco. Um grupo local também pode ser um grupo de pequenas casas onde cada domicílio possui uma ou mais construções, cada uma delas tendo uma função no cotidiano – dormir, cozinhar, fazer farinhas etc. Alguns povos têm mais de um tipo de assentamento usado durante o ano, possuem pequenas aldeias ou acampamentos onde ficam nas épocas de abrir uma roça, ou fazer uma grande caçada, por exemplo. A depender da época do ano, pode-se encontrar uma mesma comunidade no local onde as habitações são mais perenes, ou em acampamentos menos permanentes, com menor infraestrutura. Nos últimos anos um número cada vez maior de aldeias/comunidades passou a se localizar próximo de pequenas áreas urbanas ou cidades de médio porte, incorporando nos hábitos cotidianos das comunidades estadias temporárias nesses centros urbanos.

Esses povos possuem sistemas de parentesco e regras de residência que podem influenciar os padrões e níveis de fecundidade. Esses sistemas podem articular regras de descendência (o filho será pertencente ao grupo ou à família do pai ou da mãe) e regras de residência (depois que o homem se casa ele irá residir na comunidade ou na casa da esposa, ou irá residir na sua própria comunidade e a esposa é que vai morar com ele). A exemplo, pode-se citar o caso dos Xavante, em que:

Cada membro da tribo Xavante pertence sempre à linhagem e ao clã de seu pai. Por outro lado, o homem Xavante, ao casar-se, deve ir morar junto a seus sogros. Ele evita, entretanto, ficar sozinho na casa de seus sogros, casando-se com uma ou mais mulheres da mesma casa onde já estão casados seus irmãos (MELATTI, 1993, p. 86).

Em alguns casos a organização social desses povos é composta também por grupos definidos sociologicamente, podendo ser clãs, linhagens ou metades. As *metades* estão presentes em alguns povos como, por exemplo, entre os Tikuna. Entre esse povo cada indivíduo pertence à metade de seu pai, pois são patrilineares, ou seja, os filhos pertencem sempre às famílias e grupos sociais do pai. A partir dessas divisões, cada indivíduo deve sempre se casar com membros de clãs ou metade oposta denominados, portanto, como *exogâmicos de metades* (MELATTI, 1993). Para outros povos, as *metades* são subdivididas em *clãs*.

Existem alguns critérios para que um grupo seja considerado *clã*, a saber:

- Executar determinados rituais ou atividades em conjunto que os diferencem dos demais grupos;
- Estar ligado entre si por uma determinada regra de descendência, mas sem a necessidade de saber como cada um se liga genealogicamente a todos os demais (MELATTI, 1993).

A *linhagem* segue os mesmos preceitos do *clã*, com a diferença de que, nesse último, cada indivíduo conhece suas ligações genealógicas. Normalmente, tanto o *clã* quanto a *linhagem* são grupos exogâmicos. Por isso, casar-se com um membro da mesma linhagem, clã ou metade exogâmica é considerado um incesto. “Os grupos exogâmicos, que se casam entre si, existem sempre dentro de um grupo maior que é endogâmico” (MELATTI, 1993, p. 87).

Quanto ao que é chamado de nupcialidade nos estudos demográficos, cada povo possui regras específicas de acordo com as tipologias de parentesco e afiliação linguística. Existem povos que praticam a poligamia⁴, podendo ser praticada por homens ou mulheres, e outros que só permitem a monogamia. (MELATTI, 1993).

1.2 As políticas indigenistas e seus reflexos

Chamamos aqui de políticas indigenistas aquelas regras e práticas traçadas pelo Estado brasileiro para atender às necessidades, direitos e interesses dos povos indígenas (WEIS et al., 2011).

Nos primeiros dois séculos da colonização no Brasil, a assistência aos povos indígenas era prestada principalmente, por missionários, cuja catequese servia de instrumento de “civilização” ou para aldear as comunidades ou indivíduos, trazendo-os para assentamentos onde residiam também os portugueses. Além desse propósito, a catequização era útil aos interesses da metrópole portuguesa, para escravizar esses povos. O processo de escravidão provocou o deslocamento forçado de inúmeras comunidades em muitas regiões do Brasil. No Século XVIII o governo da colônia tomou para si o objetivo de aldear e civilizar os indígenas e expulsou os missionários da Amazônia e também da Região Sul. Com isso, o processo de contato e conflitos com os povos indígenas intensificaram em algumas regiões e algum tipo de assistência oferecido às comunidades indígenas diminuiram (GOMES, 2012).

⁴ A poligamia pode ser de dois tipos: casamento de um homem casado com mais de uma mulher, chamado de poliginia, e casamento de uma mulher casada com mais de um homem, a poliandria.

No Norte do país, mais especificamente na região do Alto Rio Negro (Amazonas), a chegada de missionários salesianos teve início em 1914, após tentativas de outras ordens religiosas de estabelecerem missões ali. Os salesianos estabeleceram relações com as comunidades indígenas dos povos de línguas tukano e aruak, principalmente, construíram quatro centros missionários com internatos e pequenos hospitais para atendimento à saúde em toda região (AZEVEDO, 2003). A política de destruição cultural na primeira metade do Século XX imposta por esses missionários foi enorme, através da proibição de falarem suas próprias línguas, praticarem suas regras de casamento e fazerem suas festas e celebrações. Outra imposição feita, em troca do atendimento à saúde e educação escolar, foi o tipo de moradia ou habitação: a grande casa comunitária, chamada maloca, foi substituída por pequenas casas onde apenas as famílias nucleares poderiam morar. Uma aldeia (também chamada de “povoado” nessa época, e atualmente chamada de “comunidade”) é formada atualmente por esse grupo de casas/construções onde em cada uma reside um grupo de família nuclear. A educação escolar nos internatos dos centros missionários e nas pequenas escolas nos aldeamentos fazia parte da política de catequese desses missionários que, desde a origem de sua congregação, prezavam pela educação dos jovens. No entanto, esse tipo de educação escolar separava os filhos dos pais, privando o jovem de aprender as tradições de seu povo, incluindo a proibição de participar em rituais de passagem – rituais que marcam a passagem da vida de infância para a vida adulta – algo realmente importante para sua vida (RIBEIRO, 1962).

Mas não era somente essa a forma de contato dos povos indígenas com os não indígenas. Durante o ciclo da borracha (1860-1920), por exemplo, ocorreram muitos aprisionamentos de indígenas para o trabalho escravo nos seringais, realizados pelos proprietários desses e pelos militares da região. Esses sistemas seringalistas estavam concentrados, principalmente, na parte ocidental-meridional da Amazônia (Acre, Vale do Javari, região dos rios Juruá e Purus e em algumas partes do rio Tapajós) (SCHRÖDER, 2003). Embora tenham ocorrido esses contatos, segundo o IBGE (2012a), o Norte e o Centro-Oeste têm sido as regiões com maior percentual de preservação socioambiental até hoje. Assim, muitas sociedades indígenas locais mantiveram suas tradições culturais, o que permitiu que essas duas regiões do país concentrassem o maior número relativo de pessoas autodeclaradas indígenas.

Nas demais regiões do país (Nordeste, Sudeste e Sul), a situação é diferente. Por se tratarem de áreas de colonização mais antigas no Brasil, suas populações

indígenas sofreram profundos e persistentes impactos econômicos e socioculturais – tanto por parte das missões religiosas quanto pelas frentes de expansão e ocupação – que causaram mortes, dispersão ou miscigenação dessas populações. Os povos que sobreviveram à época da colonização tinham basicamente duas alternativas: a primeira seria buscar temporariamente refúgio, às vezes junto com grupos de quilombolas (negros fugidos das fazendas); ou se submeter às disciplinas das missões religiosas e aceitar a fragmentação de suas famílias e coletividades (OLIVEIRA, 2000).

Outras formas de contato com os não-indígenas são a partir das frentes de expansão e ocupação. Essas não são organizadas diretamente pelo Estado, como ocorreu no período da ditadura militar para a ocupação do território brasileiro e, portanto, partem da iniciativa privada. Em Santa Catarina e no Paraná (região Sul), por exemplo, as terras indígenas foram loteadas e doadas a empresas de imigração que, para se livrar dos índios da região, também chamados de *bugres*, contratavam *bugreiros* - caçadores profissionais de índios - que os matavam ou os escravizavam (GOMES, 2009; BIGIO, 2003).

Essas frentes de expansão e ocupação, presentes até hoje, podem ser de três tipos: extrativista, agrícola e pastoril. As frentes de expansão extrativistas são constituídas de representantes da sociedade envolvente que buscam explorar algum recurso nativo animal, vegetal ou mineral da região. Pode-se citar como exemplo a exploração da borracha ou coleta de castanha-do-pará. Já a frente agrícola não traz um grande contingente de migrantes para os territórios indígenas, mas busca ganhar mais terra para suas lavouras (MELATTI, 1993), afetando, de forma acentuada, o meio-ambiente, e obrigando os indígenas a se adaptarem às novas condições. E por fim, a frente pastoril, constituída por criadores de gado, que também procura tomar as terras indígenas de modo a expandir seus territórios, realizando um trabalho que não emprega muita mão-de-obra.

Para proteger os indígenas dessas ameaças presentes e constantes e integrá-los à sociedade envolvente, criou-se, no início do Século XX, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI – a partir de 1918 apenas SPI). Nessa época acreditava-se que os indígenas precisavam de autonomia para evoluírem espontaneamente na direção da “civilização” e para que isso se concretizasse seria necessário o amparo do Governo. Desse modo, o SPI tornava-se um mediador nas situações sociais de expansão da fronteira econômica, criando para isso *postos*

indígenas de proteção e de pacificação ou atração, com intuito de evitar o massacre deliberado de comunidades indígenas (GOMES, 2012).

Ao longo de sua existência, o SPI passou por curtos períodos de atividades intensas devido às suas diversas crises financeiras, que em muitos casos foram contornadas graças ao prestígio pessoal de seu principal idealizador, Marechal Cândido Rondon (RIBEIRO, 1962). O órgão concentrou suas atividades na pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização recente (durante a segunda metade do século XIX e início do XX) como oeste de São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Mato Grosso (que englobava o Mato Grosso do Sul até 1978). Foi nessa época que os territórios indígenas foram cercados, ficando aquele órgão responsável pela demarcação dessas pequenas terras para os Guarani do Mato Grosso do Sul, os Bororo do Mato Grosso e os Kaingang de São Paulo e dos estados sulinos, sem contar a criação do Parque Indígena do Xingu, que foi um divisor de águas para a política indigenista brasileira (GOMES, 2009).

Em 1967, no período da ditadura militar no Brasil (1964 – 1985), criou-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), idealizada pelos consultores do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), com objetivos um pouco distintos daquele concebido pelo SPI. Ao invés de localizar os indígenas, pacificá-los para então os transformar em trabalhadores nacionais, a FUNAI deveria oferecer assistência para os indígenas, e deixar que o processo de integração à sociedade não indígena ocorresse de modo orientado, mas não forçado. De 1969 até meados da década de 80, a principal preocupação da FUNAI era gerenciar os bens das comunidades indígenas, implementando, para isso, projetos econômicos, organizando a comercialização de artesanato e contratos de arrendamento (OLIVEIRA, 1989).

1.3 As Terras Indígenas

O direito dos povos indígenas à terra, ao menos em termos jurídicos, de alguma maneira já foi amparado no Brasil. Contudo, sempre houve (e ainda há) vários motivos que engessam os processos de demarcação de terras para esses povos.

A primeira lei de terras, de 1850, foi um mecanismo eficaz para a concentração da propriedade no Brasil e para perda dos territórios indígenas. Ela dividiu as terras em duas categorias: terras públicas que pertenciam ao Estado e terras particulares, que precisavam de título legítimo de propriedade ou de posse legalizada.

As terras concedidas aos indígenas eram particulares e como estes não sabiam como proceder para assegurá-las, acabavam perdendo o direito a elas (MELATTI, 1993).

Com a Constituição de 1891, as terras demarcadas como indígenas foram consideradas devolutas⁵ e pertencentes aos estados da Federação. A negociação de terras para as comunidades indígenas era difícil, já que a União da Federação tinha mais interesse em negociar com imigrantes ou novos fazendeiros, que possibilitariam o crescimento econômico da sua região, do que ceder terras aos povos indígenas. Com a Constituição de 1934, o governo federal assumiu a responsabilidade de reconhecer as terras devolutas aos indígenas, ao invés do governo estadual (GOMES, 2009). Nesse período, época do SPI, os territórios indígenas eram reservas ou aldeamentos. A demarcação abrangia apenas as áreas com casas; as demais partes utilizadas pelos indígenas eram liberadas para a colonização. Excepcionalmente, em alguns casos foram doadas pela União em troca do trabalho dos indígenas, como os Kadiwéu: esse povo recebeu um território demarcado em nome da comunidade como forma de retribuição pela participação na Guerra do Paraguai. Outros casos excepcionais ocorriam quando uma doação de particulares era feita em nome dos grupos indígenas (OLIVEIRA, 2000).

Como já mencionado anteriormente, (p. 26), o objetivo da política aplicada pelo SPI era que o aldeamento fosse uma etapa transitória para a integração total desses povos à sociedade envolvente. Por exemplo, no Estado do Amazonas as missões e povoados se constituíram a partir das aldeias, embora em muitos casos não fossem seus embriões. Alguns desses aldeamentos se transformaram em vilas e posteriormente em cidades (OLIVEIRA, 1994). Esse processo de expansão “civilizatório” trazia consigo o uso obrigatório da língua portuguesa, em detrimento da língua local, e a frequência à escola, além do incentivo ao casamento entre soldados e índias, deixando explícito o desejo de transformar o indígena em “gente branca”.

Assim, o que imperava no período anterior à Constituição Federal de 1988 era a ideia de que os povos indígenas estavam fadados ao extermínio e, devido a seu diminuto volume populacional, não precisavam de tanta terra para sobreviver (GOMES, 2012). Era uma ideia absolutamente errônea sobre essas populações, e que infelizmente ainda é factível de ser encontrada. Por conta dessa política, muitas terras indígenas localizadas principalmente no Nordeste, Sudeste e no cone sul do Estado do Mato

⁵ “Aquelas que não estão sob o domínio dos particulares, sob qualquer título legítimo, nem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal” (LEI n. 601 de 1850).

Grosso do Sul, são de dimensões bem menores do que as obtidas no período pós-constituente.

Ainda durante no período antes da Constituição, criou-se a primeira lei no país que trata especificamente dos povos indígenas a Lei nº 6.001/1973, o Estatuto do Índio, que reconheceu como sendo terras ocupadas por indígenas somente aquelas já demarcadas pelo aparato estatal. É a partir dela que surge um procedimento administrativo que estipula as etapas do longo processo de demarcação. E embora tenha ficado desatualizada com a Constituição de 1988 devido seu caráter integracionista⁶, ainda vigente no país.

A criação do Parque indígena do Xingu, em 1961, foi um marco para as demarcações de terras no Brasil, tornando-se uma referência da diversidade cultural e ambiental. Era a primeira vez que se apresentava uma proposta de demarcação de uma extensa porção de terras que garantia a plena reprodução da cultura e modo de vida dos povos indígenas. Com o parque, inicia-se uma nova política indigenista que visava a sobrevivência desses povos respeitando sua cultura e seu modo de vida.

A Constituição de 1988 rompe com a antiga política indigenista no Brasil e passa a ter direitos de forma mais ampla aos povos indígenas. Nela reconhece-se o direito à diferença aos indígenas e definem-se algumas mudanças importantes aos direitos territoriais dessas populações, como o reconhecimento da originalidade do direito dos índios às terras de ocupação tradicional ampliando, assim, a compreensão do que vem a ser “Terra Indígena”. A partir disso, o grupo técnico responsável em identificar e demarcar as terras não se limita a levantar os espaços necessários para habitação e reprodução econômica de um povo, mas também os locais de importância cultural e social (CAVALCANTE, 2016).

Junta-se ao reconhecimento da originalidade a tese do indigenato, em que o título dos indígenas sobre suas terras é um título originário que ocorre pelo simples fato de serem indígenas e que não carece de legitimidade (CUNHA, 1998). Portanto, a demarcação de terras indígenas é somente um reconhecimento por parte da União Federal. Apesar disso, tal reconhecimento torna-se necessário para que os povos indígenas possam ter a posse de suas terras e a proteção necessária do Estado, permitindo, assim, a construção de obras públicas ou a prestação de serviços que

⁶ Ligado a ideia de aculturação e assimilação.

injustificavelmente não são oferecidos em áreas não homologadas (CAVALCANTE, 2016).

Assim, a TI representa para esses povos a garantia à vida e a continuação de suas tradições e costumes e, portanto, constitui um fator importante de análise para a dinâmica da fecundidade desses povos.

CAPÍTULO 2 – FECUNDIDADE E POVOS INDÍGENAS

2.1 Demografia antropológica: a construção de um campo e sua importância para os estudos sobre os povos indígenas

A Demografia busca entender como as dinâmicas (fecundidade, nupcialidade, mortalidade ou migração) definem o tamanho e a estrutura populacional e suas variações ao longo do tempo e espaço. Sua história, metodologia e prática estão relacionadas com a de outra ciência, a Antropologia. Por vezes, para compreender as características demográficas de uma determinada população é necessário utilizar certos critérios antropológicos, como as delimitações culturais, tipos de família e organização social. O mesmo ocorre no campo da antropologia, cujos parâmetros demográficos como tamanho da população, estrutura por idade e sexo, mortalidade e fecundidade, ajudam a entender o desenvolvimento do homem ou de uma cultura em específico (VALVERDE; ARRIAGA, 1991).

Desde a segunda metade do século XX, mas principalmente nas últimas décadas, um novo campo da demografia permitiu incorporar novas reflexões para os estudos, principalmente, de populações de pequeno porte. Este novo campo é denominado demografia antropológica, e usa teorias e métodos antropológicos para investigar fenômenos demográficos. Os principais conceitos teóricos da demografia antropológica são cultura, gênero, instituições e economia política. As pesquisas empíricas incluem uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas aplicadas a estudos de caso, onde a etnografia e a observação participante podem ser centrais nesse tipo de abordagem, como também a leitura interpretativa de dados primários e material histórico (BERNARDI; HUTTER, 2007).

O interesse dos demógrafos em incorporar o olhar da antropologia nos estudos de população surge na década de 50. Isto ocorreu por dois motivos: por um lado mais técnico, que reconhecia a limitação da coleta de dados para uma realidade social múltipla, e por outro, mais teórico, em que o papel da cultura ganhava destaque no processo de compreender o comportamento demográfico (KERTZER; FRICKE, 1997).

Contudo, antes desse movimento por parte dos demógrafos, alguns antropólogos britânicos já demonstravam interesse pelas pesquisas demográficas. O comitê da IUSSP (International Union for the Scientific Study of Population) sobre questões populacionais em países em processo de industrialização, criado em 1951, recebeu financiamento da UNESCO para trabalhar com o projeto intitulado "Condições

Sociais e Culturais que afetam a fecundidade em sociedades não industriais", organizado por Frank Notestein – demógrafo que formulou a teoria da transição demográfica e, então, presidente do comitê -. Usou-se, para isso, boa parte da literatura antropológica (KERTZER; FRICKE, 1997). Vale ressaltar que nesse momento o "problema populacional" estava voltado para os elevados níveis de fecundidade presentes nos países considerados pobres e, conseqüentemente, o crescimento populacional desses chamava atenção não só dos pesquisadores como das autoridades políticas.

Um dos primeiros livros que debatem a relação entre cultura e fecundidade foi "Culture and Human Fertility" (LORIMER, 1954). Esta publicação surgiu através do projeto citado anteriormente e contou com a contribuição de antropólogos, demógrafos e sociólogos.

Meyer Fortes (1954) foi um dos antropólogos que exemplificaram bem o uso da antropologia social para o campo da demografia no livro mencionado anteriormente. Seu trabalho sobre a fecundidade dos Ashanti no município de Agogo, em Gana, na África Sub-Saariana, fazia parte de um grande projeto cujo objetivo foi levantar informações sociais, geográficas e econômicas no território dos Ashanti. A pesquisa sobre a fecundidade, especificamente, ocorreu em outubro de 1945 e contou com a ajuda da própria comunidade para isso. Este povo valorizava muito um número grande de crianças. O ideal para cada Ashanti era ter o máximo de filhos que a vida pudesse dar. Para o autor, esses altos valores de fecundidade encontrados estavam relacionados à sua organização social – por linhagem matrilinear – e cultural, e não somente relacionadas a fatores socioeconômicos.

No caso brasileiro, Pagliaro et al. (2008) já abordaram a importância desses aspectos culturais nas análises demográficas dos povos indígenas. As autoras observaram, por exemplo, que na região do Alto Rio Negro (AM), a regra de residência é *virilocal* – ou seja, a mulher vai morar na comunidade ou casa do esposo –, o que pode influenciar a mulher para que adie o nascimento do primeiro filho até o casamento estar bem consolidado: em média o número de filhos por mulher situava-se entre 4,8 a 6,4, em 1992. No mesmo período, as mulheres Xavante e as Suyá, residentes no Parque Indígena do Xingu (MT), possuíam um número médio de filhos entre 8,2 e 6,7. Estes últimos povos possuem regras de residência uxorilocal, em que o homem vai morar na casa da esposa e de seus pais; o nascimento do primeiro filho ocorre mais cedo e os níveis de fecundidade são mais elevados (PAGLIARO et al., 2008). Análises como

essas permitem compreender, por exemplo, como povos que vivem em condições econômicas iguais, mas com língua ou tradições diferentes, se comportam de forma demograficamente diferentes (HAMMEL, 1990).

Todavia, assim como há pequenas populações que possuem altos níveis de fecundidade, foi mostrado por Lorimer (1954) que alguns povos também podem vivenciar uma baixa fecundidade. Sua ideia vai contra ao que muitos demógrafos americanos afirmavam na ocasião, acreditando que a religião, códigos morais, leis, educação, costumes e hábitos maritais, assim como a organização familiar, estavam sempre voltados para manter a fecundidade elevada (KERTZER; FRICKE, 1997).

Em 1963, outro grande projeto sobre fecundidade surgia, porém com objetivos diferentes. Neste, o objetivo era explicar o processo da transição demográfica na Europa em termos econômicos. O projeto de Princeton, como ficou conhecido, foi liderado pelo demógrafo Ansley Coale e buscou coletar informações demográficas e econômicas da Europa Ocidental por um período superior a cem anos e, a partir deles, testar algumas variáveis da teoria da transição demográfica – grau de urbanização, alfabetização, mortalidade infantil e na infância, e industrialização. Ao longo das análises dos resultados empíricos ficou claro que a mudança da fecundidade na Europa não estava relacionada somente a essas variáveis, desafiando a equipe do projeto a incorporar a cultura em seus modelos explicativos (KERTZER; FRICKE, 1997). Com o projeto de Princeton, ficou evidente que as diferenças culturais em termos de linguagem, religião, costumes ou valores se constituem como determinantes dos diferenciais da fecundidade, independentemente do desenvolvimento econômico de cada povo (KNODEL; VAN DE WALLE, 1979).

Embora essas teorias trouxessem o aspecto cultural para entender os processos de transição da fecundidade, sua visão de cultura era vista como algo estático. Hammel (1990), ao contrário de Knodel e Van de Walle (1979), via a cultura como uma expressão simbólica negociada, onde há uma interação entre o conjunto de pessoas e o desenvolvimento das relações sociais que poderia ocasionar uma mudança de comportamento. Logo, a cultura não é algo estático ou exclusivo de um grupo, e sim, dinâmico e sujeito às relações sociais (HAMMEL, 1990). Esta ideia de cultura ajudou a compor a hipótese de que a adoção do controle de natalidade por alguns indivíduos poderia influenciar na probabilidade do mesmo comportamento por outros (BIXBY; CASTERLINE, 1995).

Diferentemente do projeto de Princeton, o demógrafo australiano John Caldwell insere-se no grupo de pesquisadores que chama atenção positivamente para o uso da abordagem antropológica nos estudos de demografia. Para ele, essa abordagem encoraja a ter uma visão mais holística dos comportamentos demográficos (KERTZER; FRICKE, 1997).

Em seu trabalho sobre a transição demográfica, baseado em estudos feitos na África Sub-Saariana, o autor aponta que há dois tipos de regime da fecundidade: aquele em que a restrição à fecundidade gera ganhos econômicos e aquele em que essa restrição não gera ganhos. Ambos são comportamentos economicamente racionais ou possuem uma racionalidade social, motivados por questões pessoais, sociais e psicológicas. A partir desse postulado, fica claro que diferentes valores, costumes e tradições também tinham uma racionalidade sobre o tamanho da família; não era algo exclusivo dos valores ocidentais. Nas sociedades de caçadores-coletores, por exemplo, com organizações tribais, em clãs ou assentamentos maiores, a alta/baixa fecundidade foi uma estratégia de segurança adotada pelo grupo. O autor comenta que entre as sociedades com atribuições e deveres consagrados cujas redes de parentesco são significativas, o número grande de crianças assume um papel de reforçar o poder político da família, possibilitando uma maior sobrevivência da linhagem (CALDWELL, 1976).

Mais recentemente, outro autor que ficou bastante conhecido na demografia por dar maior atenção ao aspecto cultural – mais especificamente, a organização social – foi Ron Lesthaeghe. Em sua teoria sobre a Segunda Transição Demográfica (STD), o autor aponta que a permanência da fecundidade abaixo do nível de reposição encontrada mais recentemente em algumas populações está relacionada a uma transformação das relações familiares. O início dessa mudança teria ocorrido por volta de 1950 com a ascensão dos divórcios, principalmente nos EUA e nos países escandinavos, graças ao rompimento dos dogmas entre a Igreja e o Estado, tornando o divórcio uma alternativa racional que permite o bem-estar de ambos os cônjuges. Com o aumento dos divórcios, conseqüentemente, a proporção de não unidos aumentou, assim como nascimentos fora do casamento (LESTHAEGHE, 2010). Com esse novo tipo de composição familiar, o comportamento reprodutivo das pessoas estaria mais relacionado à sua autorrealização do que à reprodução de um determinado coletivo.

De maneira geral, estes trabalhos demonstram como os hábitos reprodutivos de um grupo social ou povo dependem tanto das atitudes frente ao casamento, à família

e aos laços de parentesco quanto de condições econômicas. Sendo assim, a demografia antropológica representa, então, um campo interdisciplinar necessário para entender a demografia dos povos indígenas. Isto porque, como bem cita Pagliaro et al. (2008, p. 3):

Para compreender o comportamento demográfico de um povo é importante conhecer as regras e práticas que regulam sua reprodução biológica e social, conhecer a geopolítica em que este povo está inserido, suas relações interétnicas de alianças, poder e mecanismos de defesa, aproximação e apropriação, na relação com a sociedade envolvente.

Assim, dadas essas considerações a respeito da relevância da Demografia Antropológica no estudo da fecundidade dos indígenas, as análises aqui realizadas a respeito do tema terão como base os conceitos teóricos abordados nesse campo da demografia.

2.2 Três décadas de quantificação da população indígena nos censos brasileiros

Os censos contribuem diretamente para a formação de conhecimento da composição étnico-racial em um país (NOBLES, 2009). No caso dos povos indígenas, a sistematização da informação serve tanto para os próprios indígenas quanto para os órgãos responsáveis pela gestão e prestação dos serviços destinadas a esse segmento da população. Portanto, coletar e conhecer dados estatísticos sobre os povos indígenas contribui para o trabalho político de reivindicação por melhores condições de vida.

As recomendações para os censos nacionais na América Latina é quantificar e caracterizar seus povos indígenas baseados em quatro dimensões, que são:

- reconhecimento da identidade;
- a origem comum;
- a territorialidade;
- os aspectos linguísticos e culturais.

Essas dimensões derivam do conceito de povos tribais e indígenas presentes na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que os definem da seguinte maneira:

a) povos tribais em países independentes cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros segmentos da comunidade nacional e cuja situação seja regida, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação ou regulações especiais;

b) povos em países independentes considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento da sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independentemente de sua condição jurídica, mantêm algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas (OIT, 2011, p. 15).

Para que o Brasil fosse signatário dessa Declaração e para que esses direitos se concretizem foram (e são) necessários muitos anos de lutas. Buscaremos, a seguir, contextualizar de que forma ocorreu a quantificação dos povos indígenas nos últimos censos demográficos brasileiros como também destacaremos os principais estudos sobre os povos indígenas realizados a partir dos dados censitários.

Até a década de 80, havia uma ausência de informações sobre esses povos originários nos censos demográficos do Brasil. Antropólogos e organizações não-governamentais indigenistas coletavam, em geral, somente informações sobre a população total por etnia, sem se preocupar em registrar os dados sobre nascimentos, óbitos, idade ou outra característica populacional. Séries históricas de dados para essas populações eram raríssimas; apenas alguns povos, como os Waiãpi do Amapá e os Enawenê-Nawê do Mato Grosso possuíam registros desse tipo, feitos por antropólogos (AZEVEDO, 1997). O caso do Programa Xingu da Escola de Medicina da Universidade Federal de São Paulo é um exemplo positivo de séries históricas de dados, porém raro.

Como bem cita Oliveira (2000, p. 127, grifo do autor), *“não é por casualidade que se conhecem algumas coisas e se desconhecem outras: conhecimento e desconhecimento são produzidos **ativamente**, a partir de óticas ideológicas determinadas, construídas historicamente”*. Essa afirmativa vale para os quesitos presentes nos censos no Brasil, já que estes não aparecem como um mero marcador demográfico, e estão interconectados com o contexto histórico do país. Hoje, sabe-se que o fato de os indígenas serem contabilizados como pardos desde o primeiro censo, em 1872, até o de 1950, tinha o propósito de difundir um discurso e um preceito de “branqueamento” da população e de harmonização “natural” das “relações de raça” no país (NOBLES, 2009). Foi um período em que o Brasil deveria ser um país de um só povo, preferencialmente branco, para garantir a realização do processo colonizatório e civilizatório.

As primeiras pesquisas censitárias recentes no Brasil que permitiram alguma inferência sobre os povos indígenas foram os censos de 1940 e 1950, considerados, inclusive, um marco na história dos censos, graças ao aperfeiçoamento realizado sob

coordenação do demógrafo italiano Giorgio Mortara. Uma de suas transformações foi a inserção do quesito sobre línguas faladas para as pessoas com mais de 5 anos de idade, cujo objetivo principal era identificar e quantificar pessoas estrangeiras migrantes principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Essa pergunta, no entanto, serviu também para captar as pessoas que falavam línguas que não o português. Por mais que o objetivo do quesito fosse avaliar o grau de integração dos imigrantes estrangeiros à sociedade nacional, ele permitiu conhecer uma parte das pessoas que falavam alguma língua indígena por Unidade da Federação (AZEVEDO, 2000) demonstrando, por exemplo, que o percentual dos falantes “*da língua guarani ou outra língua aborígine*”⁷ em 1940 foi maior do que para os demais falantes de outras línguas estrangeiras (FREIRE, 2008).

O Censo de 1960 foi o primeiro a incluir no quesito *raça/cor* a categoria “índio”. Esse também foi o primeiro censo demográfico no Brasil a ter um questionário mais detalhado por amostragem⁸ e pré-codificar⁹ alguns quesitos, como o de *raça/cor*. Todavia, ainda que tenha apresentado um avanço na sistematização das informações sobre esses povos, esse censo identificou somente os indígenas que habitavam postos da FUNAI ou aldeamentos com missionários, deixando de fora do recenseamento aqueles que residiam fora dessas aldeias indígenas. Por isso, o critério de identificação desses povos aqui pode ser considerado somente como de localização geográfica, e não como de autodeclaração, o que permitiria conhecer o número total de povos indígenas no Brasil.

Depois daquele censo, o retorno da identificação dos indígenas só aconteceria em 1991 com a inclusão da categoria “índigena” no quesito de *raça/cor*, que permanece nos censos subsequentes, possibilitando, em maior escala, a problematização da questão racial no país. A categoria “índigena” torna-se viável, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, graças aos movimentos indígenas, os quais ganharam maior visibilidade na década de 80 e 90, pois até aquele momento somente metade dos países da região possuíam estimativas que permitiram quantificar o volume populacional desses povos (CEPAL, 2014).

⁷ Categoria usada no Censo de 1940 para distinguir os falantes de guarani e outras línguas indígenas no quesito sobre língua falada.

⁸ Consiste na coleta de informações a partir de frações amostrais diferentes em grupos de municípios definidos por seus tamanhos.

⁹ Ou seja, foram incluídas perguntas fechadas no questionário.

O critério de identificação utilizado no Censo de 1991 foi o da autodeclaração, em que o informante se autoclassifica segundo a consideração que tem de si mesmo e atribui identificação para seu grupo domiciliar. A metodologia adotada tanto naquele censo quanto nos censos posteriores (de 2000 e de 2010) foi captar aqueles que vivem em terras indígenas ou fora delas. Mais tarde, verifica-se que esse tipo de critério em outros países da América Latina, usado sozinho, poderia subenumerar o número de pessoas autodeclaradas indígenas, devido ao contexto histórico pelo qual uma determinada sociedade passasse, ou sobrenumerar por conta de um processo de valorização da identidade indígena por existir uma certa simpatia pela causa indígena e suas culturas específicas (PEYSER; CHACKIEL, 1999).

Outro ponto que merece destaque, no caso brasileiro, é o fato de o quesito *raça/cor* encontrar-se no questionário da amostra, caso dos censos de 1991 e de 2000. Nesse tipo de metodologia, todos os domicílios respondem a um questionário básico (com apenas algumas informações de caráter geral); contudo, alguns domicílios (selecionados com base no tamanho da população municipal) respondem a um questionário mais amplo, que contém o conteúdo do questionário básico somado a outras informações, como fecundidade, migração, trabalho, renda, entre outras. Isso acarretou uma redução do grau de precisão dos resultados por municípios ou áreas geográficas menores, em virtude da rarefação dessa população e do reduzido número de domicílios amostrados.

Ainda que com as devidas restrições, os censos de 1991 e de 2000 deram o pontapé inicial para amplas discussões sobre os povos indígenas e fortaleceram o consenso sobre a importância da visibilidade estatística desses povos. Com essas experiências anteriormente abordadas, promoveu-se uma melhora substancial na qualidade das informações trazidas no censo de 2010, tanto em termos conceituais quanto metodológicos, que foram:

- o Censo 2010 deu continuidade ao quesito *raça/cor* nos moldes dos censos anteriores, mas presente no questionário básico (ou seja, do universo da pesquisa) diferentemente dos anteriores;
- ampliou seu critério para classificação dos povos indígenas através dos quesitos de *idioma ou língua falada e pertencimento étnico*;
- delimitou em seus instrumentos de pesquisa as terras indígenas de modo a conceder análises nesse nível geográfico.

Para que tudo isso fosse possível, o IBGE realizou provas-piloto nos anos anteriores ao censo, com diferentes versões do questionário. Duas dessas provas foram voltadas especificamente para os autodeclarados indígenas (de São Miguel do Iguçu, no Paraná) e para os residentes em Terras Indígenas (na aldeia de Santa Rosa do Ocoy, da etnia Avá-Guarani, no Paraná) (IBGE, 2010). Nessa etapa, o IBGE contou com a colaboração tanto da *Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos (DGEEC)* do Paraguai, um dos países da América Latina com censos exclusivos aos povos indígenas, quanto da Fundação Nacional de Saúde (Ministério da Saúde), órgão que então assistia à população indígena, e da FUNAI.

Durante esse processo de teste, observou-se uma perda de declarações de indígenas no quesito *raça/cor*. “*Em muitas situações, pessoas de uma mesma família de indígenas se classificavam em diferentes categorias, relacionando, principalmente, com a cor da pele e, sendo assim, essas pessoas deixaram de responder aos quesitos referentes à etnia e à língua falada*” (IBGE, 2012a, p. 53). Para contornar essa situação na operacionalização do censo, o IBGE inseriu no questionário destinado às TIs a pergunta “Você se considera indígena?”. Caso a resposta fosse afirmativa, essas pessoas poderiam então declarar sua etnia e língua falada.

Simultaneamente a isso, o IBGE também recebeu a ajuda de outros parceiros na elaboração dos questionários e no sistema de apuração do censo, como a sociedade civil, instituições governamentais federais e a comissão de especialistas que assessora o censo. No quesito sobre pertencimento étnico, por exemplo, fizeram parte das discussões especialistas do IBGE e da FUNAI, como também da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e do Grupo de Trabalho sobre Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), o que resultou numa extensa lista de povos/etnias. Vale ressaltar que no quesito mencionado foi permitido também inserir respostas que não foram contempladas pelos especialistas, por ser um quesito aberto no questionário (PEREIRA, 2016).

Com relação ao quesito *idioma ou língua falada*, o IBGE foi assessorado pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura e, nesse caso, também foi realizada uma lista de possíveis línguas coletadas em aberto. Aqui o recenseado poderia declarar até duas línguas indígenas falada no domicílio e o recenseador, ao digitar no PDA as duas primeiras letras, teria as possíveis respostas. Caso o nome declarado não estivesse na lista, o recenseador digitaria a resposta do

recenseado, a qual sofreria codificação posteriormente e, nos casos em que o indígena declarasse falar a “língua do seu povo”, repetir-se-ia a etnia declarada (IBGE, 2010). O objetivo de todas essas medidas foi permitir que a etnia ou a língua declarada pelo entrevistado fossem soberana. Já para a localização das TIs no território brasileiro, o IBGE contou com auxílio da FUNAI, o que, a partir das suas bases cartográficas, permitiram a combinação das informações censitárias com o perímetro dessas áreas, chamados pelo IBGE de *setores censitários especiais*.

A partir desses esforços por parte do IBGE, observa-se nos anos posteriores a 2010 um salto no número de publicações que contemplam múltiplos aspectos dos povos indígenas através de comparações intercensitárias. A seguir, mostraremos alguns achados importantes, contidos nessas publicações, para a análise da fecundidade desses povos.

O primeiro deles, trata-se das expressivas variações nos tamanhos da população indígena. O crescimento no número de autodeclarados indígenas em 2000 (734.127 pessoas) e em 2010 (817.963) em comparação com 1991 (294.131) (IBGE, 2012a) é uma das incógnitas para os estudiosos da demografia indígena no Brasil, que apresentou fortes inversões a depender do espaço geográfico analisado. Observou-se, por exemplo, que em 2000 o número de autodeclarados indígenas nas áreas urbanas (383 mil) era maior do que nas áreas rurais (351 mil), ao passo que em 2010 ocorreu o contrário; o urbano apresentou 315 mil pessoas e o rural, 503 mil. Conforme destacam Santos e Teixeira (2011), essas diferenças podem ser frutos dos diferentes procedimentos de captação de dados e das mudanças nas perspectivas de reconhecimento étnico-racial nesse último censo. Essas variações também foram expressivas na distribuição da população indígena segundo macrorregiões, particularmente na redução em áreas metropolitanas das regiões Sudeste e Sul entre 2000 e 2010 (IBGE, 2010).

O segundo achado aborda o papel dos espaços geográficos na análise demográfica desse segmento populacional. Os resultados censitários revelaram o que muitos antropólogos já discutiam a respeito dos diferenciais existentes entre as diversas etnias e os espaços geográficos em que elas se encontram. Indígenas residentes em áreas urbanas em sua maioria acompanham os padrões de baixa fecundidade e mortalidade dos não-indígenas desta localidade, enquanto os da zona rural, onde está situada a maior parte das terras indígenas, apresentam natalidade e mortalidade elevada. Em 2010, a população indígena fora de terra indígena é mais envelhecida e com idade mediana bem

mais elevada (29,2 anos) do que daqueles nas terras indígenas (17,4 anos); nestas últimas, quase metade da sua população é constituída de crianças e adolescentes (IBGE, 2010).

O terceiro abrange a inclusão de uma questão, no censo de 2010, sobre a ocorrência de óbito nos domicílios no ano anterior ao censo, permitindo uma oportunidade ímpar para investigar a mortalidade dos autodeclarados indígenas. Observou-se que os indígenas apresentaram probabilidades de morte mais elevadas do que os não indígenas em todos os grupos de idade, principalmente entre as mulheres e as crianças entre 0 a 4 anos (CAMPOS et al., 2017). No que diz respeito às taxas de mortalidade infantil (TMI), verificou-se que os níveis são mais elevados entre os indígenas e, para estes, com diferenciações regionais, em que indígenas no Sudeste/Sul e Nordeste mostraram menores taxas do que aqueles no Norte e Centro-Oeste (CALDAS et al., 2014).

Por fim, a quarta discussão aqui apresentada trata da autodeclaração dos residentes em Terras Indígenas no Brasil. Do total de 567.582 pessoas residentes em TIs, a grande maioria (77,25%) se declarou indígena, enquanto o restante, 129.153 (22,75%), se considerou indígena (13,91%), não se declararam, nem se consideraram indígena (5,41%) ou sem declaração (3,41%). Azevedo; Simoni e Cruz (2017) apresentam dois casos de TIs que tiveram grande volume e proporção de indivíduos que não se declararam, mas se consideraram indígenas no Médio Xingu (Pará). O caso das Tis Cachoeira Seca do Iriri e Apyterewa chama atenção particularmente para os conflitos territoriais envolvendo esses povos, pois mesmo sendo as duas TIs homologadas e estarem entre as condicionantes da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, suas terras ainda não foram completamente desintrusadas de residentes não indígenas, algo que fica claro nos resultados censitários nessas localidades, em que aproximadamente, 90% da população recenseada não se declarou indígena. A partir de uma análise mais minuciosa, observou-se que somente os residentes na aldeia do povo Arara (TI Cachoeira Seca do Iriri) e nas aldeias do povo Parakaña (TI Apyterewa) se declararam indígenas, levantando a hipótese de que as pessoas que se consideraram indígenas fora dessas aldeias, porém dentro dos limites daquelas terras indígenas, o fizeram a partir de um critério de pertencimento ao local, no caso, a uma TI.

A partir do que foi exposto no presente tópico, pode-se concluir que os censos brasileiros caminham para superar a falta de informações necessárias para o

cálculo de indicadores demográficos e estão cada vez mais viabilizando a representatividade dos povos indígenas em seus procedimentos.

2.3 Fecundidade dos povos indígenas no Brasil

Os países da América Latina iniciaram a queda nas taxas de mortalidade infantil e geral na primeira metade do século XX, queda essa que ficou mais intensa depois da Segunda Guerra Mundial; a partir da década de 1960, começaram a apresentar um declínio nos níveis de fecundidade (CHACKIEL, 2004). A literatura clássica sobre o tema aponta que tal processo faz parte da transição demográfica, isto é, em que uma população sai de um patamar com altos níveis de fecundidade e mortalidade (pré-transição) para outro de baixos níveis de fecundidade e mortalidade (pós-transição), modificando o perfil etário e o ritmo de crescimento vegetativo dessa mesma população (NOTESTEIN, 1945).

Entre 1950 e 1960 a região possuía uma taxa de fecundidade total de seis filhos por mulher, sendo superada somente pela África – com 6,8 filhos, em média, por mulher (CHACKIEL, 2004). Aproximadamente 30 anos depois, as mulheres residentes na América Latina apresentavam um nível de fecundidade igual a 2,8 filhos por mulher, caracterizando sua transição como rápida e acentuada, se comparada à da maioria dos países da Europa.

Apesar disso, cada país da América Latina teve (tem) um ritmo diferente no processo de declínio da fecundidade. Alguns países apresentam níveis de fecundidade abaixo do nível de reposição¹⁰ há mais de uma década, caso de Cuba e Chile, enquanto em outros as taxas variam entre 4 a 5 filhos, em média, por mulher, como a Guatemala. Numa análise de curto prazo em períodos mais recentes (mais especificamente, entre 1995 e 2010), observou-se que nenhum país da região retrocedeu para níveis mais altos de fecundidade, indicando assim que o processo de transição da fecundidade na América Latina é contínuo e irreversível, como postulado pelas teorias demográficas, ainda que apresente diferenciais segundo regiões e os grupos sociais (CHACKIEL, 2004).

No campo das discussões sobre a fecundidade e o comportamento reprodutivo dos povos indígenas da América Latina, um questionamento está sempre presente: estes estariam seguindo as tendências de queda da fecundidade encontradas

¹⁰ Quando a taxa de fecundidade total de uma determinada população, num determinado período, é igual a 2,1 filhos por mulher.

entre os não-indígenas? Quais fatores estariam influenciando a decisão de ter (ou não) filhos das mulheres indígenas?

Sem dúvida, os povos indígenas têm um regime demográfico diferente da dinâmica demográfica das populações não indígenas da América Latina. São mais de 800 povos indígenas, com 40 a 50 milhões de pessoas que se autodeclararam indígenas (CEPAL, 2013) e que, de modo geral, se encontram em uma fase incipiente da transição, com uma elevada fecundidade e com grande parte da sua população composta de jovens. Contudo, nos últimos anos observa-se uma queda no número médio de filhos entre as mulheres indígenas da região (CEPAL, 2013; CARRETO; HAM, 2003), com diferenciações entre aquelas que residem em áreas urbanas ou rurais e em territórios indígenas.

No tocante ao conhecimento da fecundidade dos povos indígenas no Brasil, sabe-se que a primeira perda populacional ocorreu no período pós-contato com os não-indígenas, motivada por guerras, epidemias ou escravização, seguida por uma queda da fecundidade. Contudo, alguns grupos que sobreviveram a esse choque demográfico recuperaram seus níveis populacionais, muitas vezes de forma consciente, graças ao aumento da fecundidade e à queda da mortalidade (PAGLIARO, 2002; SANTOS; FLOWERS; COIMBRA JR., 2005).

Uma primeira vertente dos estudos sobre fecundidade dos povos indígenas no Brasil descreve grupos que passaram por um processo de elevado crescimento demográfico, denominado por Pagliaro (2002) de *revolução demográfica*. Esse processo descrito pela autora pode ser produto de uma política populacional intencional de alguns povos que passaram por processos de perdas populacionais em anos anteriores.

Os Xavante, no leste do Estado do Mato Grosso, são um exemplo de uma etnia que vivenciou uma recuperação populacional, como apresenta o estudo “Demographic Crisis and recovery: a case study of the Xavante of Pimentel Barbosa”, de Flowers (1994). A autora coletou as histórias reprodutivas das mulheres residentes na TI Pimentel Barbosa em diferentes períodos, a primeira em 1977, e a segunda em 1990. Com as informações obtidas avaliou o tamanho e crescimento populacional, as taxas de fecundidade e alguns de seus determinantes próximos, as taxas de mortalidade e as probabilidades de sobrevivência.

Os seus resultados apontaram que antes da década de 60, quando esse povo era um grupo seminômade num período de pré-contato com os não indígenas, possuíam uma alta fecundidade (aproximadamente, 8 filhos por mulher, em média) com baixa

mortalidade infantil (aproximadamente 73% dos nascidos vivos atingiam os dez anos de idade). No período do contato (1957 a 1971), o nível de fecundidade havia passado a 5,88 filhos por mulher, em média, com uma alta mortalidade (cerca de 43% das crianças chegavam aos dez anos), e durante o curso de recuperação populacional, nos anos 70 e 80, tornou ao nível de 8,42 filhos por mulher, entre 1987/1990. Vários fatores externos e internos ao grupo favoreceram essa recuperação populacional. Dentre eles estão: queda da mortalidade, principalmente a infantil, combinada com a manutenção ou a elevação dos níveis de fecundidade, o que resultou em um expressivo crescimento dessas etnias; e as melhorias de saúde propiciadas a essas populações que aumentou a sobrevivência em todas as idades, incluindo as pessoas acima de 50 anos, contribuindo para a continuidade das normas e valores culturais (FLOWERS, 1994).

Pagliari (2002) também observou uma recuperação populacional entre os Kaiabi. Sua pesquisa feita a partir dos dados das fichas médicas usadas pelo Programa de Saúde da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP/EPM), que tem estado presente no Parque Indígena do Xingu (PIX) desde 1966, analisou a fecundidade e outros componentes demográficos desse povo em três períodos (1970-79, 1980-89 e 1990-99) (PAGLIARO, 2002) e, mais tarde, no período de 2000-2007 (PAGLIARO, 2010). Observou-se que nesse grupo o nível de fecundidade encontrado entre 1970 e 1990 passou de 5,7 para 9,5 filhos por mulher, declinando para 7,8 filhos em 2007. O padrão de fecundidade também sofreu alteração ao longo dos anos. Na década de 70, autora identificou um padrão “jovem” com maior concentração entre as mulheres de 12 a 24 anos, mas, nas décadas posteriores, a concentração de número de filhos ocorreu nas idades de 20 a 29 anos.

Até a década de 90, essa mudança no perfil da fecundidade vinha do próprio desejo e decisão em voltar a ser uma etnia numerosa. Mas, assim como os Xavantes, os Kaiabi tiveram vários fatores externos que possibilitaram a mudança nos níveis de fecundidade como a cessação dos conflitos com as frentes de expansão, a menor exposição às epidemias, a garantia do território com a mudança para o Parque do Xingu e a assistência médica fundamental para a melhoria das condições de saúde dos mesmos.

A autora também levanta alguns aspectos da cultura Kaiabi que poderiam afetar o número de filhos tidos por essas mulheres como a puberdade, as uniões conjugais, a vida sexual, a anticoncepção, o nascimento dos filhos e a amamentação, todas variáveis intermediárias da fecundidade propostas por Davis e Blake (1956). A

título de exemplo, pode-se citar o sistema de parentesco dos Kaiabi que durante o período da perda populacional restringiu os casamentos entre eles, sendo necessário descumprir as regras de casamento através de uma decisão do próprio grupo, ou procurar uniões em outros grupos como os Juruna, Suiá, Trumai e Txicão.

Quanto às mudanças mais recentes, no intervalo entre 2000-2007, a autora aponta que a introdução do conceito de planejamento familiar, de métodos anticoncepcionais modernos e o aumento de doenças sexualmente transmissíveis contribuíram para a queda nos níveis de fecundidade entre os Kaiabi. Portanto, novos fatores incidiram na política populacional desses povos.

Ainda no Parque Indígena do Xingu, Alkimin; Becker e Pagliaro (2005) observaram que os Juruna também apresentaram uma recuperação populacional. Na década de 70 a fecundidade desse povo era de 3,9 filhos por mulher, com um padrão etário da fecundidade mais rejuvenescido (o ápice da curva de fecundidade ocorreu no grupo etário 15-19 anos), enquanto na década de 90 esse nível passou para 8,3 filhos, com repercussão em quase todos os grupos etários, especialmente entre as mulheres de 25 a 34 anos de idade. As autoras mencionam que esses resultados estão associados aos padrões reprodutivos caracterizados por curtos intervalos de tempo entre os nascimentos, aleitamento prolongado e início precoce da maternidade, assim como ocorreu aos Kaiabi (PAGLIARO, 2002) e demais povos indígenas na região amazônica, como os do Alto Rio Negro (AZEVEDO, 2009).

A partir do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro (CIARN) desenvolvido na Terra Indígena Alto Rio Negro (Amazonas), mais especificamente na região de Iauaretê, entre 1990 e 1992, Azevedo (2009) pode analisar como as concepções das mulheres indígenas da região sobre saúde reprodutiva têm relação com os padrões de fecundidade. Nesse estudo, as mulheres foram agrupadas em quatro etnias: povos falantes de línguas da família linguística *tukano*, a etnia *baré*, a etnia *baniwa* (que incluía os Coripaco) e povos falantes da família linguística *maku*. Entre eles, a TFT variou de 4,83 (Baré) até 6,35 (Maku) no período de 1990-1992, com diferenças também nos padrões etários da fecundidade, em que as mulheres *tukano*, *maku* e *baniwa* apresentavam uma curva de fecundidade mais envelhecida (com auge na faixa etária de 30 a 34 anos) do que as mulheres *baré*, de 25 a 29 anos.

A autora explica que essas diferenças estão ligadas a alguns fatores culturais desses povos que atuam no sentido de constranger a fecundidade. Por exemplo, após o casamento, era preciso “experimentar” o marido, levando as mulheres a terem seu

primeiro filho mais tardiamente (em média, com 19 a 20 anos), se comparado com outros povos. Esse controle da fecundidade se dava a partir de benzimentos e/ou bebidas feitas por plantas contraceptivas. Outro fator que também está associado ao baixo nível de fecundidade encontrada entre esses povos são os intervalos intergenésicos, de 2,6 a 3 anos, praticados por essas mulheres. Foram relatados também, no trabalho de Azevedo, mulheres mais jovens que não praticavam os métodos tradicionais de contracepção, sendo que quanto mais próximo a comunidade era do hospital e do centro urbano (Iauaratê ou a cidade de São Gabriel da Cachoeira) maior era a desvalorização por essas práticas.

Ainda dentro do grupo de povos indígenas residentes na Amazônia, em tempos mais recentes, dois povos também chamam atenção pelos níveis elevados de fecundidade, o Sateré-Mawé e Tikuna. Entre os Sateré-Mawé residentes nas Terras Indígenas Marau-Andirá e Koatá-Laranjal, situados no Estado do Amazonas, a TFT encontrada foi de 8,1 no período de 2002-2003. Esse e outros resultados sobre esse povo da região foram obtidos num levantamento censitário participativo entre os mesmos, o qual, além de recensear os residentes das Tis, também englobou aqueles que emigraram para as áreas urbanas dos municípios de Parintins, Maués, Barrerinha e Nova Olinda do Norte (TEIXEIRA; BRASIL; SILVA, 2011).

Outra pesquisa também de relevância na Região Amazônica foi o levantamento sócio-participativo realizado em 2014 na Terra Indígena Tukuna Umariçu e na cidade de Tabatinga, que contou com a participação dos professores/alunos tikuna e kokama da cidade. Segundo o levantamento, a TI tinha 5.384 habitantes e a cidade 5.073 (TEIXEIRA; BRASIL, 2018). Essa TI fica muito próxima a cidade de Tabatinga e por isso essa população possui um vínculo forte com a cidade, ora em busca de serviços como educação e saúde ora como forma de geração de renda. No perímetro urbano do município, além dos Ticuna também residem Kokama, Kambeba e outros povos. A população feminina tanto da TI quanto da cidade é composta majoritariamente por mulheres jovens entre 10 a 29 anos de idade em que um elevado percentual dessas frequentavam a escola, principalmente, entre as residentes na cidade (OLIVEIRA; MACÊDO; CARVALHO, 2014).

Teixeira e Brasil (2018) observaram diferenças entre os níveis de fecundidade entre as mulheres ticuna na TI e aquelas da cidade. As primeiras apresentaram uma TFT igual a 6,7 filhos, em média, por mulher, enquanto as segundas, 4,5 filhos. Ambos resultados diferem daquele encontrado para o município como um

todo que, segundo os resultados do Atlas do Desenvolvimento Humano, era de 3,2 filhos por mulher em 2010. Essas diferenças também estavam presentes nas mulheres kokama da cidade, outro povo com presença marcante no perímetro urbano do município, que apresentaram TFT igual a 3,4 filhos por mulher (TEIXEIRA; BRASIL, 2018). Os Kokama, diferentemente dos Ticuna, passaram por um período de negação de sua identidade indígena devido os aldeamentos e deslocamentos forçados impostos pelas missões e frentes extrativistas que impediam sua reprodução física e cultural. Isso, sem dúvida, teve impacto no seu comportamento reprodutivo.

Em contextos fora da Amazônia Legal, os níveis de fecundidade encontrados diferem bastante dos comentados acima. Na Região Nordeste, por exemplo, os indígenas Xukuru, residentes na TI Xukuru, situada na área rural do município de Pesqueira (PE), apresentavam uma TFT igual a 3,7 filhos por mulher, em média, em 2010 (TEIXEIRA; COSTA, 2012). Se comparada com a fecundidade das mulheres pernambucanas – indígenas e não indígenas - residentes em áreas rurais, com TFT de 2,5 filhos, em 2010, esse grupo tem uma elevada fecundidade (TEIXEIRA; COSTA, 2012). Trata-se, contudo, de níveis completamente diferentes daqueles calculados para os Sateré-Mawé, os povos do Alto Rio Negro, os Kaiabi ou os Xavante. Isso ocorre em parte pela própria história do povo Xukuru, que teve suas terras invadidas por arrendatários desde o século XVI. Segundo Souza (1992), as violências sofridas por esse grupo foi um dos motivos que levou uma parte deles a abandonar suas terras, migrando para a cidade de Pesqueira (PE) e para outras áreas de Pernambuco e além, enquanto o restante permaneceu em pequenas propriedades, sujeitando-se a trabalhar de alugado para os grandes fazendeiros. Com o tempo, a indefinição quanto a seus limites territoriais contribuiu para o aumento da dificuldade de sua existência, inclusive em aspectos culturais e religiosos¹¹.

Foi somente em meados da década de 80, quando os Xukuru participaram ativamente de debates para elaboração da nova constituição brasileira, juntamente com os outros grupos indígenas das demais regiões do país, que se fortificou a mobilização dos mesmos para a reconstituição de suas terras (SILVA, 2002). O processo de regularização fundiária foi iniciado em 1989, pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com a identificação e delimitação das terras; em 1995 realizou-se a demarcação física de 27.555 hectares; finalmente, publicou-se o decreto de homologação em 2001.

¹¹ O Toré, a principal manifestação cultural coletiva dos Xukuru, era tido pelos grandes proprietários como atividade de macumba, sendo proibida pela polícia local.

No caso da população indígena residente no Estado de São Paulo, pode-se citar o trabalho de Buchalla e Pagliaro (2010) que analisa o comportamento demográfico e de saúde da população indígena do Pólo-Base Bauru, do Distrito Sanitário Especial Indígena do Interior Sul, no período 1999-2008. Naquela área, 50% da população distribuída em oito aldeias eram Terena, seguida das etnias Guarani, Kaingang, Krenak, Atikun, Fulni-ô, Kuruaia e Kaiowa. Dentre os achados realizados pelas autoras estão: rejuvenescimento do padrão da fecundidade desses povos com aumento do número de filhos entre as mulheres de 12-14 anos e de 25-29 anos; redução da idade média das mulheres ao nascer dos filhos – de 23,4 anos, entre 1999 e 2003, para 22,9 anos entre 2004 e 2008 –; e, por fim, declínio dos níveis de fecundidade de 3,4 (1999-2003) para 2,4 filhos (2004-2008), em média, por mulher, indicando que esses povos podem estar acompanhando a tendência de queda da fecundidade presente no Estado de São Paulo e no restante do país. Para as autoras, essa queda pode estar vinculada ao planejamento familiar e à generalização do uso de contraceptivos.

Observa-se o grande esforço de pesquisadores e dos próprios povos indígenas em conhecer suas realidades e entender para onde caminha o comportamento demográfico dos mesmos. Como já exposto anteriormente, foi a partir dos dados de 1991 que informações sobre esse segmento populacional foram incorporadas ao Censo Demográfico e desde então é possível realizar análises numa escala nacional. E o que se sabe sobre esses povos no âmbito nacional com relação ao nível e padrão da fecundidade?

Assim como ocorre para o conjunto do país, as mulheres indígenas, aqui inseridas tanto aquelas que estão dentro quanto fora das TI, vêm mostrando um declínio no número de filhos tidos, onde aquelas de áreas urbanas tinham uma fecundidade muito menor do que aquelas de áreas rurais. Entre 1991 e 2000, esta queda estava em torno de 30%, atingindo um patamar de menos de 4 filhos, em média, por mulher em 2000 (RODRÍGUEZ WONG; GONZÁLEZ DE MORELL; CARVALHO, 2009), mantendo o mesmo nível em 2010 (RODRÍGUEZ WONG, 2016).

Entre as Grandes Regiões do país, Norte e Centro-Oeste são aquelas com maior nível de fecundidade entre os indígenas. Em 2010, esses níveis estavam acima de 5 filhos por mulher nas áreas rurais das duas regiões, onde se concentra a maior parte das Terras Indígenas no Brasil, enquanto nas demais regiões do país não passavam de 4,3 filhos por mulher (CRUZ et al., 2014).

Esses mesmos estudos indicam que, para o total da população indígena, há uma ligeira concentração da fecundidade nos grupos etários mais jovens (20 a 29 anos), com a tendência de se aproximar da média do país (RODRÍGUEZ WONG; GONZÁLEZ DE MORELL; CARVALHO, 2009). Constataram-se também comportamentos diferenciados pela situação de residência (urbano ou rural) assim como pelas Grandes Regiões do país.

As mulheres indígenas situadas em áreas rurais no Norte e Centro-Oeste, em 2010, apresentaram uma maior dispersão das curvas (CRUZ et al., 2014). Uma curva mais dispersa é típica de uma fecundidade natural, ou seja, onde há uma ausência de controle da fecundidade ou controle por práticas tradições e, portanto, níveis de fecundidade mais elevados. Já nas demais regiões do país, para esse mesmo período, encontraram-se curvas de fecundidade com um formato mais convexo, ou seja, com uma maior concentração entre as mulheres de 20 a 24 anos, o que indicaria a presença de controle e, conseqüentemente, baixos níveis de fecundidade (CRUZ et al., 2014).

No trabalho mais recente de Azevedo; Schmertmann e Potter (2017) foram realizadas a estimativa e a análise da fecundidade das mulheres indígenas residentes em mais de 500 terras indígenas, com utilização dos dados do Censo Demográfico de 2010. Estas estimativas levaram em consideração a etnia e a língua como um indicador importante de práticas culturais distintas. Isto porque a língua é um forte indicador de pertencimento a um grupo indígena que não necessariamente pode coincidir com a etnia, já que alguns falantes podem e deixam de usar suas línguas ancestrais. Os resultados encontrados variaram entre aqueles com níveis próximos ao de substituição¹² (presentes nas TIs com maior número de falantes do português) até 9 filhos ou mais (grande parte em grupos indígenas isolados da Amazônia).

A revisão bibliográfica aqui apresentada mostrou o quanto é necessário um estudo baseado numa análise em âmbito nacional sobre os diferentes perfis de fecundidade desses povos no Brasil, tendo em vista que até há pouco tempo esses registros de dados nessa escala eram inexistentes.

¹² Expressão usada quando a taxa de fecundidade total atinge o nível de 2,1 filhos por mulher que representa o número médio de filhos que cada mulher deveria ter durante sua vida fértil para reposição de sua geração.

CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo deste capítulo é descrever a metodologia adotada neste trabalho, que compreende várias etapas. Primeiramente, será exposta uma análise sobre a principal fonte de dados utilizada na pesquisa, o Censo Demográfico de 2010, ao abordar a forma como os dados sobre os povos indígenas são produzidos e disponibilizados aos usuários e os avanços presentes nos questionários do último Censo. A etapa seguinte envolve os processos de tratamento da informação, em que será apresentada o grupo de mulheres indígenas que iremos trabalhar e o recorte geográfico adotado. E, por fim, serão apresentados os métodos utilizados para estimar os níveis e padrões da fecundidade das mulheres indígenas bem como para validá-los.

3.1 Censo Demográfico de 2010

Este tópico tem por objetivo apresentar a forma como os dados sobre os povos indígenas são produzidos no Censo Demográfico e os avanços presentes nos questionários no último Censo. Antes disso, buscou-se explicar, de forma breve, sobre os tipos de questionários aplicados a população e os recortes espaciais disponíveis para análise.

3.1.1 Tipos de questionários e os níveis espaciais de agregação do Censo

O Censo Demográfico é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada dez anos, configurando-se como uma das principais fontes de dados no país. Seu instrumento de coleta é dividido em dois tipos de questionários: o **básico** (universo) e o da **amostra**. O questionário básico apresenta questões relacionadas às características dos domicílios, por exemplo, abastecimento de água, esgotamento sanitário, existência de energia elétrica e destino do lixo, algumas informações sobre os moradores (sexo, idade, cor ou raça, alfabetização e rendimento), entre outras, sendo realizado em todos os domicílios, exceto naqueles selecionados na amostra. Já o questionário da amostra inclui, além dos quesitos do questionário básico, outros quesitos mais detalhados sobre as características do domicílio, dos moradores, de migração/mobilidade pendular, educação, fecundidade e nupcialidade, mão-de-obra e rendimento. Em virtude de seu maior detalhamento, este último questionário é aplicado somente nos domicílios selecionados pelo IBGE a partir de um procedimento de amostragem, cujo sorteio tornou-se automático no último censo graças à inserção do

computador de mão, *Personal Digital Assistant* (PDA). Assim, tem-se informações de todos os indivíduos residentes no território nacional na data de referência (1 de agosto), isto é, do universo da pesquisa (IBGE, 2013).

A proporção de domicílios selecionados para as respostas ao questionário da amostra depende do tamanho do município. Nesse contexto, conforme as informações apresentadas na Tabela 1, quanto maior o tamanho populacional do município, menor será a proporção de domicílios que serão selecionados no questionário da amostra e maior aqueles no questionário do universo. Se o município tem até 2.500 habitantes, 50% dos seus domicílios irão responder ao questionário da amostra e o restante ao questionário do universo. No entanto, se o município tem mais de 500.000 habitantes, 5% dos domicílios responderão ao questionário da amostra e 95% ao questionário do universo. Neste último caso, cada distrito ou subdistrito do mesmo município pode ter uma proporção de domicílios que responderão ao questionário da amostra maior do que 5%¹³, permitindo inferir melhor sobre aquela localidade (IBGE, 2013).

TABELA 1 – Proporção de domicílios segundo o tipo de questionário do Censo Demográfico de 2010 e por tamanho do município

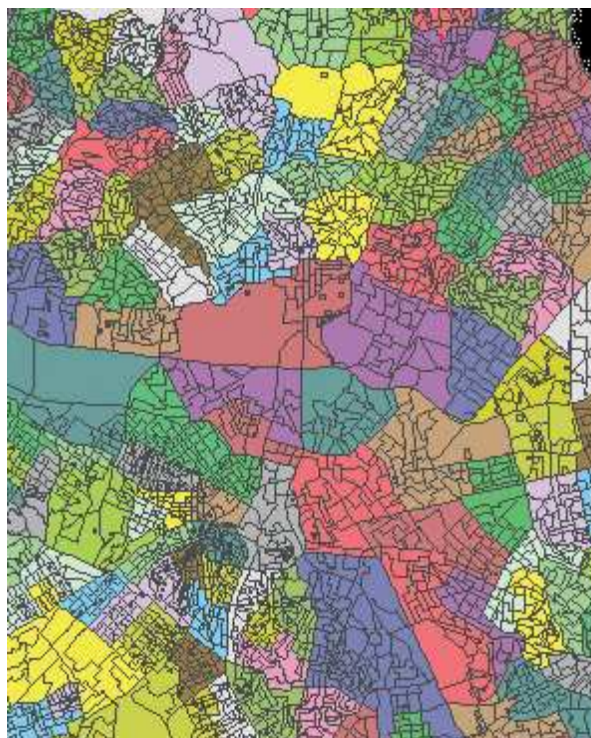
Tamanho populacional do município	Domicílios na amostra (%)	Domicílios no universo (%)
<i>Até 2.500 hab.</i>	50	50
<i>2.500 < x ≤ 8.000 hab.</i>	33	67
<i>8.000 < x ≤ 20.000 hab.</i>	20	80
<i>20.000 < x ≤ 500.000 hab.</i>	10	90
<i>Mais de 500.000 hab.</i>	5	95

Fonte: IBGE (2013, p. 40-41).

Os dados do Censo de 2010 estão disponíveis por Grandes Regiões, Unidade da Federação (UF), Mesorregiões, Microrregiões, Região Metropolitana, municípios, distritos, subdistritos, bairros e por Terras Indígenas. Na prática, quando se utilizam essas informações em algum programa estatístico, encontram-se duas dimensões geográficas: os setores censitários e as áreas de ponderação, conforme apresenta a Figura 1.

¹³ A cidade de São Paulo, por exemplo, foi um dos 40 municípios selecionados para esse tipo de amostra (IBGE, 2013).

FIGURA 1 – Representação espacial da área de ponderação e seus setores censitários



Fonte: Disponível em: <http://mundogeo.com/blog/2007/08/04/geotecnologia-e-a-base-da-piramide/>.

Notas: as menores divisões estão representando os setores censitários e a área de ponderação o conjunto de setores censitários representados por diferentes cores.

O setor censitário é a menor unidade territorial de informação dos dados do questionário básico do Censo. Seu objetivo na coleta é delimitar a área de trabalho de cada recenseador. Estes setores são formados por áreas contínuas e definidos por dois critérios:

[...] o número de unidades construídas nele existentes e sua extensão territorial. Deste modo, em áreas muito densamente povoadas um setor pode restringir-se a umas poucas quadras, a uma única quadra ou até mesmo a uma única edificação, como no caso de prédios residenciais com grandes quantidades de unidades. Já em áreas pouco habitadas, o setor pode possuir menor número de unidades construídas de modo a limitar sua extensão a uma área viável ao trabalho de um único recenseador (IBGE, 2010, p. 39-40).

Os setores em áreas urbanas podem ter entre 250 a 350 domicílios, enquanto aqueles de áreas rurais podem variar entre 150 a 250 domicílios (BUENO; D'ANTONA, 2017).

No banco de dados dos setores censitários, as linhas representam as informações de todos os indivíduos residentes naquele determinado setor censitário. Por exemplo, pode-se obter a informação do total de homens autodeclarados indígenas

residentes em um determinado setor censitário, sem que seja possível identificar cada um deles nessa área. Trata-se de uma estratégia realizada pelo IBGE para não ferir as leis e regras de sigilo das informações individuais.

Outra estratégia é preencher com um “x” os setores com menos de cinco domicílios particulares permanentes¹⁴, mantendo apenas as informações de identificação das subdivisões geográficas, o número de domicílios e a população por sexo (IBGE, 2013)

Com relação as informações das Terras Indígenas (TI), o IBGE adotou os seguintes procedimentos:

- 1) Nas TI com menos de 20 pessoas, apenas a coluna do total da população tem valor, as demais informações são marcadas com “x”;
- 2) Nas TI com menos de 5 domicílios particulares permanentes também são suprimidas as demais informações, ficando somente o valor total de domicílios (ALBIERI; BIANCHINI, 2012).

As áreas de ponderação são a menor unidade geográfica disponível para os dados do questionário da amostra. Estas áreas são constituídas de um agrupamento de setores censitários contíguos (ver Figura 1) em que é realizado, com base nas informações do questionário básico, as estimativas para o cálculo dos fatores de expansão (peso) de cada domicílio e pessoa. O tamanho dessas áreas pode variar em cada município dada a necessidade de se dispor de uma quantidade mínima de questionários da amostra respondidos dentro de uma determinada área que possa representar com a devida confiança a população total. Em virtude disso, encontram-se municípios com várias áreas de ponderação como também aqueles com apenas uma área. Já em áreas não municipais, o menor tamanho de uma área de ponderação é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra (IBGE, 2013).

Diante dessas informações, expomos no próximo tópico quais foram as mudanças metodológicas adotadas pelo IBGE no Censo de 2010 para a melhor captação dos povos indígenas no Brasil.

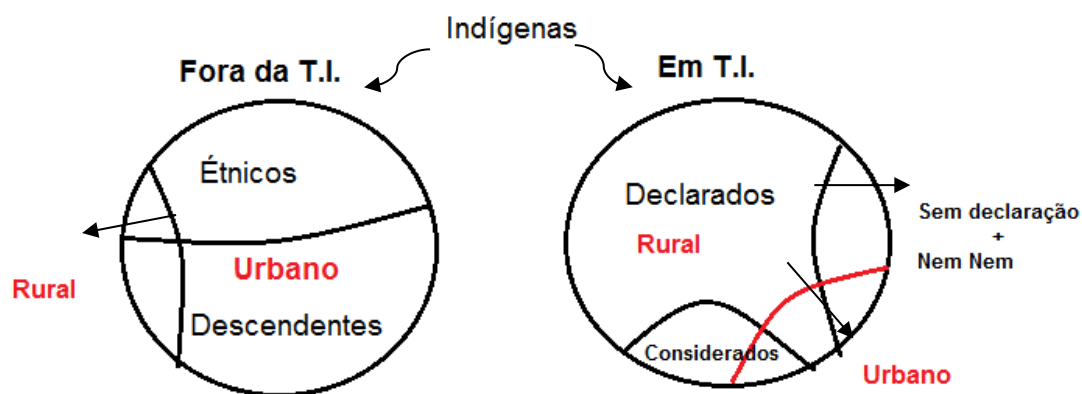
¹⁴ Domicílio cujo uso é exclusivamente para habitação (IBGE, 2010).

3.1.2 Os avanços do Censo de 2010 para a visibilidade dos povos indígenas

No Censo de 2010, além do quesito *raça/cor*, que já estava presente nos Censos de 1991 e de 2000, incluiu-se também o quesito *Você se considera indígena?*, feita exclusivamente para os residentes em TIs e que não se declararam *indígenas* no quesito *cor/raça*. Com essas duas perguntas (“A sua cor ou raça é...?” e “Você se considera indígena?”) foi possível conhecer as diferentes composições desse segmento populacional e as situações nas terras indígenas e fora delas, conforme apresenta a Figura 2, que foram:

- Para aqueles que estavam **fora da Terra Indígena**: em que se podem captar as informações daquelas pessoas que residiam em áreas urbanas ou rurais, na época do Censo, e se reconheciam como descendentes de índios, mas que não sabiam a que povo ou etnia pertenciam seus ancestrais indígenas (indígenas descendentes); e aquelas pessoas que residiam em áreas urbanas e rurais que se declaravam indígenas como também pertencentes de um povo indígena específico (Indígenas étnicos) (PEREIRA; AZEVEDO; SANTOS, 2004);
- Para aqueles que estavam **na Terra Indígena**: era possível encontrar aquelas pessoas que se declaravam indígenas (“Declarados”) ou se consideravam (“Considerados”), como também aqueles indivíduos que não se declaravam e nem se consideravam indígenas (“nem nem”) e aqueles que não declaravam sua condição de indígena (“sem declaração”). Todas essas situações estavam presentes tanto em áreas urbanas quanto nas rurais.

FIGURA 2 – Diagrama da composição das pessoas autodeclaradas indígenas no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Outra mudança realizada nesse Censo foi a inserção de quesito sobre etnia e língua falada. As perguntas foram: “Qual é a sua etnia ou povo a que pertence?”; “Fala língua indígena no domicílio?”; “Qual(is)”; e “Fala português no domicílio?”. Todas foram aplicadas para os autodeclarados indígenas residentes dentro e fora da TI e para os que se consideravam indígenas dentro da TI. Essa mudança permitiu conhecer o rol de etnias e línguas indígenas existentes dentro e fora das terras indígenas, inclusive muitas que não estavam na lista fornecida aos recenseadores antes da coleta (PEREIRA, 2016).

Foi também investigado se as crianças com até 10 anos de idade tinham registro de nascimento, tendo como uma das categorias de resposta o *Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani)*. Além disso, as mulheres casadas ou unidas, em quesito do tema de *nupcialidade*, tiveram que informar o nome do cônjuge/companheiro, possibilitando a identificação de poliginia entre os indígenas, ou seja, os casos em que o cônjuge/companheiro estava associado a mais de uma mulher em um mesmo domicílio (PEREIRA, 2016).

No caso dos domicílios, mais especificamente, dos domicílios particulares permanentes ocupados, também foram introduzidos novos quesitos relativamente ao contexto dos povos indígenas. Estes foram:

- a categoria “oca ou maloca”, no quesito *tipo de domicílio*;
- a categoria “sem parede”, no quesito *material predominante das paredes externas*;

- e a categoria “poço ou nascente na aldeia e fora da aldeia”, no quesito *tipos de abastecimento de água*.

Todos os quesitos citados, exceto o de nupcialidade, foram incluídos tanto no questionário básico como no da amostra, ao contrário do que ocorreu nos Censos de 1991 e 2000, em que a pergunta *raça/cor* só era investigada no questionário da amostra. Tal mudança evitou a subnumeração dos autodeclarados indígenas, visto que são populações, em muitos casos, com um número muito reduzido de domicílios/pessoas, o que, conseqüentemente, gera coeficientes de variação muito elevados com a expansão da amostra, já que o plano amostral do IBGE não é pensado para esses pequenos números.

Foi também a primeira vez em que o IBGE e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) integraram suas bases cartográficas para aplicar o questionário do Censo em todas as Terras Indígenas reconhecidas pela Funai, permitindo um melhor delineamento dessas áreas. Os setores censitários para essas áreas foram ajustados geometricamente para representar as Terras Indígenas (IBGE, 2013), facilitando assim o uso desses dados. Foram consideradas para análise e divulgação as TIs com as seguintes situações fundiárias:

- declarada – etapa em que a terra possui a expedição da Portaria Declaratória e já pode receber as demarcações fisicamente;
- homologada – etapa em que a terra foi demarcada e tem seus limites homologados pelo Presidente da República;
- regularizada – etapa em que a terra é registrada em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União
- em processo de aquisição como reserva indígena até a data de 31 de dezembro de 2010 – etapa em que a terra doada por terceiros, adquirida ou desapropriada pela União é encaminhada para o processo de repasse e doação para os indígenas.

Ficam de fora da divulgação as terras em processo de identificação e identificadas.

Para além dessas considerações, a captação dessas informações, como já foi citado acima, foi feita com um computador de mão, PDA, utilizado pela primeira vez nos censos brasileiros. Tal fato eliminou erros que possivelmente ocorreram nos censos anteriores, feitos em papel (PEREIRA; MAIA FILHO; SÁ, 2012). Ademais, o uso dessa tecnologia trouxe mais um ganho para a captação de informações sobre os povos

indígenas, pois permitiu incorporar um banco de nomes de aproximadamente 500 etnias e 300 línguas indígenas que ajudaram o recenseador na hora da coleta (PEREIRA, 2016).

3.2 Passo a passo do quebra-cabeça: estimando a fecundidade para os povos indígenas

A fecundidade é uma componente demográfica que marca o ritmo do crescimento populacional. A maior parte da sua mensuração se dá a partir de taxas que relacionam os nascimentos com a população que os produz. A taxa mais utilizada é a Taxa de Fecundidade Total (TFT), uma vez que permite comparações entre diferentes populações. Ela é uma medida resumo que depende do conjunto das Taxas Específicas de Fecundidade (TEF).

O cálculo de ambas taxas é feito da seguinte forma:

$${}_nTEF_{x,j} = \frac{{}_nN_{x,j}}{{}_nQ_{x,f,j}}$$

$$TFT_j = 5 \sum_x {}_nTEF_{x,j}$$

Em que:

${}_nN_{x,j}$ é o número de nascidos vivos de mulheres em uma determinada idade ou faixa etária.

${}_nQ_{x,f,j}$ é o número de mulheres nesta mesma idade ou faixa etária (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

A TEF representa a média de nascidos vivos por mulher nas diferentes faixas etárias e é calculada a partir da relação entre o número de nascidos vivos e o de mulheres de uma determinada faixa etária ou idade. Com esse indicador, podem-se observar os padrões de fecundidade.

A TFT é a somatória das TEF multiplicada por 5 (amplitude do intervalo de idade), e nos indica o nível de fecundidade. Nela, supõe-se que a fecundidade é homogênea para todas as coortes, ou seja, que uma mulher de 49 anos tenha tido a mesma experiência de fecundidade que uma mulher de 15 anos. Por isso, interpreta-se a TFT do ano j como o número médio de filhos nascidos vivos por mulher de uma geração hipotética que, ao atravessar todo o período reprodutivo, vivenciasse o conjunto das TEFs observadas no ano j . Deve-se ressaltar também que a TFT é um indicador que não considera as mulheres que faleceram antes do término do período reprodutivo, nem seus possíveis filhos (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

Se tivéssemos informações confiáveis sobre os nascidos vivos, os cálculos da fecundidade ocorreriam conforme o exposto acima. Porém, o que se encontra na maioria dos dados para os DSEIs são poucas mulheres indígenas (menos de 50) que responderam às questões de fecundidade no Censo e menos de 10 nascimentos no ano anterior ao Censo enumerados para estimar a fecundidade (Tabela 2). As estimativas ficam ainda mais difíceis quando se observam os diferentes grupos etários, principalmente, os nascimentos a partir dos 30 anos e mais. Isto significa que taxas específicas de fecundidade estimadas podem não ser confiáveis. Ademais, os dados para mulheres indígenas indicam que dos 34 DSEIs, 24 possuem casos com zero número de nascidos vivos no ano anterior ao Censo em alguns grupos etários. Portanto, todos esses resultados comprovam o desafio que é estimar a fecundidade em população pequenas, como é o caso dos povos indígenas.

TABELA 2 – Distribuição do tamanho da amostra de mulheres indígenas e nascimentos no último ano em 2010 para os 34 DSEIs

Grupos etários	Mulheres			Nascidos vivos último ano		
	5%	Mediana	95%	5%	Mediana	95%
15	18	67	571	2	11	75
20	21	69	404	3	15	76
25	16	60	352	3	8	61
30	14	43	293	1	5	37
35	10	35	219	1	4	28
40	6	26	164	1	3	12
45	6	20	141	1	1	4
15-49	10	47	291	1	6	49

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

Para contornar essas dificuldades, buscou-se aplicar a combinação de dois métodos: o modelo Hierárquico de Poisson e o modelo P/F de Brass. Os tópicos a seguir explicarão as duas metodologias empregadas neste trabalho e os dados utilizados para isso.

3.2.1 Peça 1: definindo o grupo de mulheres indígenas e os recortes geográficos

A princípio, estimaríamos a fecundidade das mulheres autodeclaradas e consideradas indígenas segundo o povo/etnia ou por terra indígena. Mas, como já mencionado no item 3.1.1.2 deste capítulo, a pergunta sobre povo/etnia foi incluída somente no questionário do universo (básico). Logo, não era viável coletar as

informações do questionário da amostra com o total de filhos nascidos vivos e os nascidos vivos nos últimos 12 meses com esse grau de desagregação.

Optamos, então, por não trabalhar com os dados por povo/etnia, e sim, estimar a fecundidade dessas mulheres segundo as Terras Indígenas. Neste caso, deparamos com algo semelhante ao que foi reportado acima. Pois, ainda que de posse de todos os setores censitários das terras indígenas, não conseguiríamos coletar as informações sobre os filhos dessas mulheres com a desagregação por TI. Para ficar mais claro, pode-se citar o caso do município de São Gabriel da Cachoeira (AM), como mostra a Figura 3. Esse município engloba parte das TIs do Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Balaio, e foi dividido pelo IBGE em 95 setores censitários e somente 1 área de ponderação. Portanto, as informações dos filhos nascidos vivos das mulheres que residem nessas três TIs estão disponibilizadas de forma conjunta.

FIGURA 3 – Divisão dos setores censitários do município de São Gabriel da Cachoeira (AM) – Censo de 2010



Fonte: IBGE (Sinopse por setores).

Uma alternativa seria trabalhar com a razão criança/mulher¹⁵, assim como foi realizado no trabalho intitulado “Cultural determinants of indigenous fertility in Brazil: a bayesian analysis of the 2010 Census”, de Azevedo; Schmertmann e Potter (2017). Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “A população indígena no Brasil: análise dos dados do Censo 2010” em parceria com o prof. Dr. Joseph E.

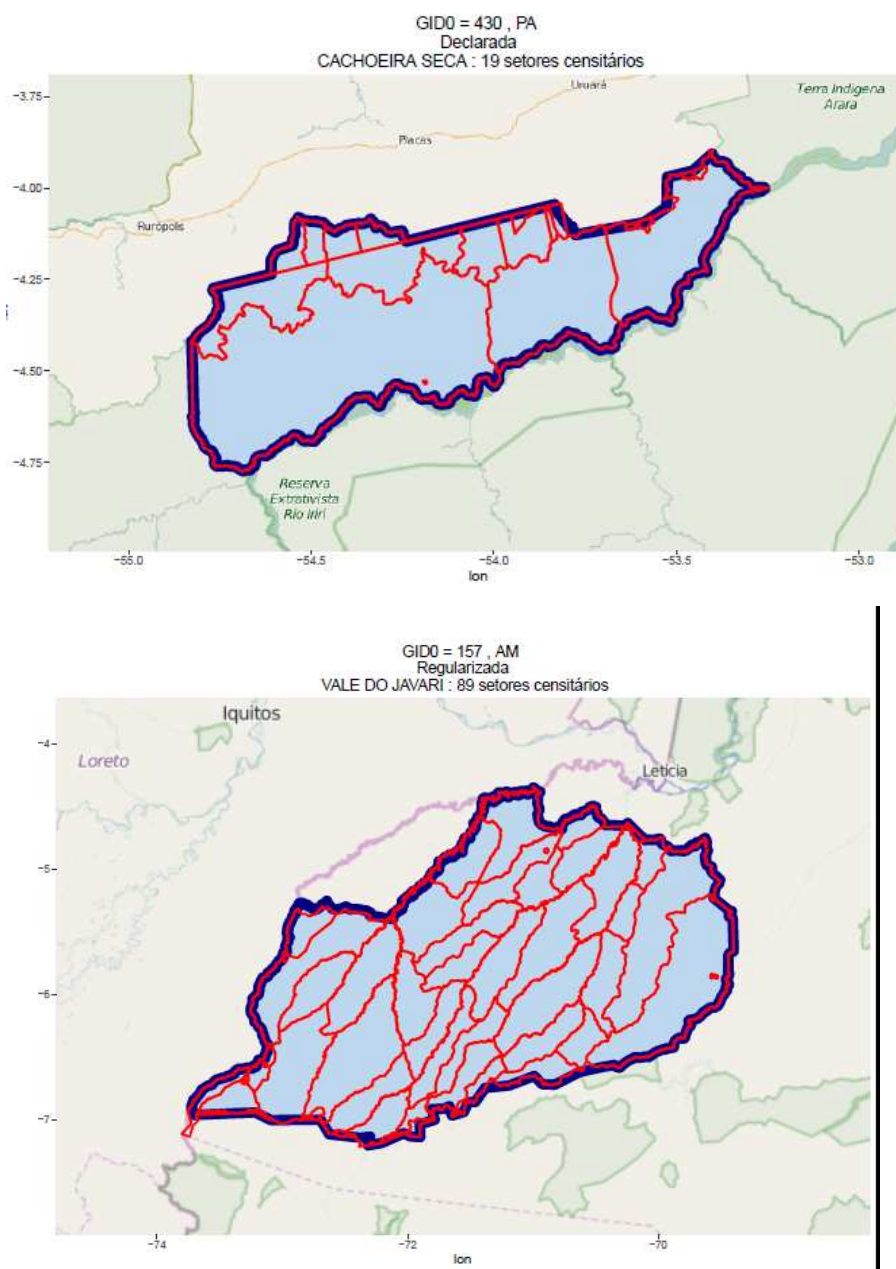
¹⁵ Essa razão é calculada a partir do número de crianças de 0 a 5 anos e o número total de mulheres. Ambas são provenientes do questionário básico do Censo.

Potter da Universidade do Texas em Austin e o prof. Dr. Carl Schmertmann da Universidade do Estado de Florida. Inicialmente, organizou-se um banco de dados com todas as TIs, excluindo aquelas em processo de identificação. A ideia foi constituir um banco que pudesse servir de fonte para muitos outros trabalhos científicos sobre os povos indígenas.

O primeiro passo para estruturar esse banco foi compatibilizar as áreas das terras indígenas fornecidas pela Funai com os polígonos dos setores censitários do IBGE. Como os polígonos da Funai não se alinhavam exatamente com os setores censitários do IBGE, realizou-se uma contabilização dos dados onde cada setor tivesse pelo menos 75% da sua área dentro de uma TI. Isso foi realizado para as 747 TIs divulgadas pela Funai.

O segundo passo foi verificar terra por terra para saber se as áreas plotadas estavam de acordo com as delimitações apresentadas no site “De olho nas terras indígenas no Brasil”, do ISA, e quais deveriam permanecer no banco de dados. Nessa etapa, usou-se também o site “Sinopse por setor”, do IBGE para verificar os setores que faziam parte ou não da terra e quais eram setores de aldeia. Durante seu desenvolvimento, alguns setores censitários não pertenciam à terra indígena e precisavam ser excluídos do banco, caso da TI Cachoeira Seca do Iriri – vide Figura 4. Dos setores censitários contidos nessa TI, somente 1 foi considerado (código 150060205000079) – no caso, o setor da aldeia Iriri. Como também teve casos de setores que deveriam ser incluídos, exemplo da TI Vale do Javari, que além dos 89 setores disponíveis nas análises do Censo, incluímos mais 4 setores (códigos: 130020105000053; 130020105000054; 130020105000059; 130020105000061).

FIGURA 4 – Mapa das Terras Indígenas por setor censitário – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Funai.

E o terceiro passo foi inserir o povo, a família e o tronco linguístico, e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) com base nas informações do site do Instituto Socioambiental (ISA), como também o nome do município em que a TI está localizada e a UF a partir das informações do Censo de 2010. Dessa forma, esse banco concatenou informações de três fontes de dados diferentes – IBGE, ISA e Funai – para tornar possível a coleta das informações dos setores censitários de terras indígenas.

Para obter os objetivos do trabalho, Azevedo; Schmertmann e Potter (2017) usam o modelo bayesiano para estimar as Taxas de Fecundidade Total (TFT) das

populações residentes em Terras Indígenas no Brasil. E então, relacionam os níveis de fecundidade com aspectos culturais, no caso, a etnia e língua, permitindo entender os diferentes perfis de fecundidade encontrado. Assim, suprim-se as informações sobre os níveis de fecundidade (TFT) dos povos indígenas no Brasil, faltando conhecer os padrões dessa fecundidade. Por isso, este trabalho buscou aplicar uma metodologia que gerasse, além do nível, o padrão da fecundidade das mulheres indígenas. O caminho trilhado para isso foi o de retorno às informações do questionário da amostra (total de filhos nascidos vivos e aqueles nascidos nos últimos 12 meses).

Uma possibilidade seria coletar as informações em idade simples para as mulheres autodeclaradas indígenas residentes em municípios com pelo menos uma TI, e assim, ter um número maior de eventos para fazer as estimativas. Como já mencionado no item 3.1.1.1, o IBGE suprime as informações em casos de TIs com um número populacional abaixo de 20 pessoas ou abaixo de 5 domicílios. Logo, encontramos muitos casos em que não havia a informação de mulheres em determinadas idades, ora pela falta de mulheres ora pela restrição dos dados.

Sendo assim, escolhemos trabalhar com os dados das mulheres residentes em domicílios dentro da TI. Essa informação está presente somente no Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) a partir da variável “domicílio com localização em terra indígena” com as seguintes categorias: “em terras indígenas”, “fora de terras indígenas” e “não aplicável”. Com essa escolha, não traremos informações desagregadas por terra indígena como realizado por Azevedo; Schmertmann e Potter (2017), e sim sobre as mulheres residentes em todas as terras indígenas pertencentes de um determinado município.

Cabe lembrar que ao trabalhar com as mulheres residentes em domicílios dentro da TI, estarão presentes as seguintes situações:

- aquelas que se autodeclararam indígenas;
- aquelas que se consideraram indígenas;
- aquelas que nem se declararam ou se consideraram indígenas;
- e aquelas que não declararam sua condição de indígena.

3.2.2 Peça 2: os recortes geográficos adotados, municípios e DSEI

O primeiro recorte geográfico foi por município, trabalhamos com 371 municípios com informações para as mulheres em idade reprodutiva por faixa etária. O total dessas mulheres informadas a partir do resultado do universo é 124.302, que tiveram, conforme o resultado da amostra, um total de 14.779 filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses e um total de 289.025 filhos nascidos vivos. Nesses 371 municípios, as mulheres indígenas serão distribuídas em 7 grupos etários (15 a 19 anos, 20 a 24 anos, ..., 40 a 49 anos); portanto, teremos 2.597 linhas de informações para estimar a fecundidade das mesmas.

Além do nível município, optou-se por trabalhar com os Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEIs) delimitadas pelo Ministério da Saúde. Os Distritos são um modelo de assistência que orienta no desenvolvimento das ações de atendimento no plano local, caracterizada como uma rede interconectada de serviços de saúde que oferece cuidados de atenção primária à saúde da maioria da população.

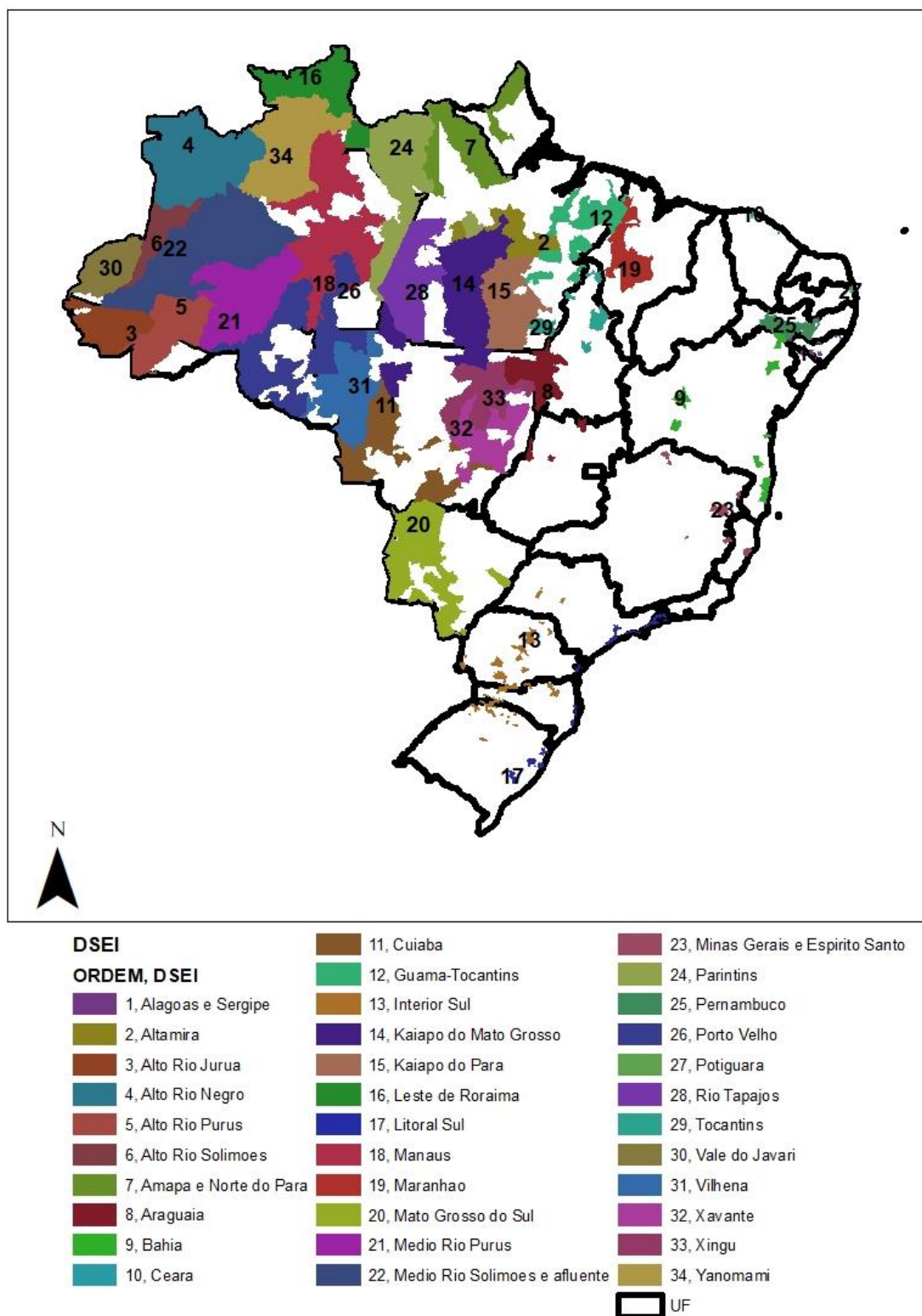
São 34 DSEIs distribuídos em todo o território brasileiro. Sua distribuição nas unidades federadas atende a critérios culturais e de distribuição das terras indígenas, além dos demográficos, de modo a definir suas localizações e áreas de abrangências (GARNELO, 2012) e não coincidem necessariamente com os limites dos estados e municípios onde estão localizados os povos indígenas (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007). Logo, a análise por DSEI aqui presente aborda os indicadores de fecundidade a partir do conceito de grupo linguístico, como uma primeira unidade de análise, ainda que essas médias podem mascarar as diferenças entre esses povos.

Para efeito da análise por DSEI construímos um mapa (-Figura 6) -, que apresenta a distribuição dos DSEI pelo país. Essa distribuição exigiu algumas adaptações administrativas para efeito da utilização dos dados censitários de 2010. Por exemplo, os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira compõem tanto o DSEI Alto Rio Negro (Número 4 no mapa) quanto o Yanomami (número 34), cada um habitado por povos distintos. Como nos dados do IBGE não é possível fazer a seleção da fecundidade por povo/etnia, torna-se inviável a utilização, neste trabalho, da composição municipal de cada um desses DSEI.

Uma forma de resolver o problema foi verificar em quais municípios havia a maior presença de mulheres que se declararam yanomami ou pertencentes a algum povo do Alto Rio Negro de modo a compor cada DSEI. Dessa forma, selecionaram-se as mulheres do município de São Gabriel da Cachoeira para compor o DSEI Alto Rio

Negro e as dos municípios de Barcelos e Santa Isabel para o DSEI Yanomami. No Apêndice C, é possível verificar o número absoluto e percentual de mulheres em idade reprodutiva por povo/etnia em cada DSEI que ajudaram nessas decisões.

FIGURA 5 – Mapas com as distribuições dos DSEI



Fonte: SESAI. Elaboração própria.

3.2.3 Peça 3: Modelo Hierárquico de Poisson

Com os dados das mulheres indígenas definido e as áreas de análise, buscou-se então encontrar os métodos de estimativas da fecundidade das mesmas. Assim, esse subtópico trata do primeiro modelo adotado na pesquisa.

O modelo multinível ou hierárquico de Poisson leva em consideração a estrutura de agrupamento dos dados. Esse tipo de regressão envolve modelos em que a resposta é uma variável na forma de contagem (GOLDSTEIN, 1995). Neste caso, os dados estariam organizados de forma hierárquica. Esse tipo de modelo é comumente usado em pesquisas escolares, dado que os alunos estão agrupados em turmas, as turmas em determinadas escolas, as escolas em localidades, e assim por diante. Suas vantagens são: (i) modelos mais flexíveis e estruturados que utilizam melhor a informação presente na amostra; (ii) o uso da informação do agrupamento dos dados possibilita formular e testar hipóteses relativas a efeitos entre os diferentes níveis; (iii) permitem a partição da variabilidade da variável resposta nos diversos níveis (FERRÃO, 2003).

Na Demografia, este modelo estatístico vem sendo utilizado para ajustar dados vitais em pequenas áreas devido à presença de zero ou poucos eventos observados, como o realizado no trabalho de Lima et al. (2016). Os autores buscaram estimar a expectativa de vida ao nascer em alguns municípios do Estado do Maranhão e São Paulo, combinando modelos estatísticos com modelos da demografia formal. Os modelos estatísticos, em que se incluía o modelo de Poisson hierárquico, tinham como objetivo suavizar as funções de mortalidade para todos os municípios analisados. Dentre os resultados encontrados, observou-se uma melhor suavização dos dados de óbitos com o método de Poisson Hierárquico em comparação aos demais métodos. Dessa forma, a exemplo do que foi realizado por Lima et al. (2016), buscou-se aplicar a mesma metodologia para os dados de fecundidade das mulheres indígenas no Brasil.

Assim, inicialmente, tratou-se de suavizar a informação do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anterior ao Censo segundo a faixa etária da mãe, informação usada como variável-resposta no modelo de Poisson hierárquico. Neste modelo, utilizou-se três níveis hierárquicos associando-se às informações de filhos, que são: no nível 1, o município, onde foram inseridas informações do percentual de pessoas residentes em terras indígenas que falam pelo menos uma língua indígena e o percentual de mulheres indígenas de 10 a 49 anos em terra indígena que são alfabetizadas; O nível 2 é o DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena e o nível 3, a Unidade da Federação.

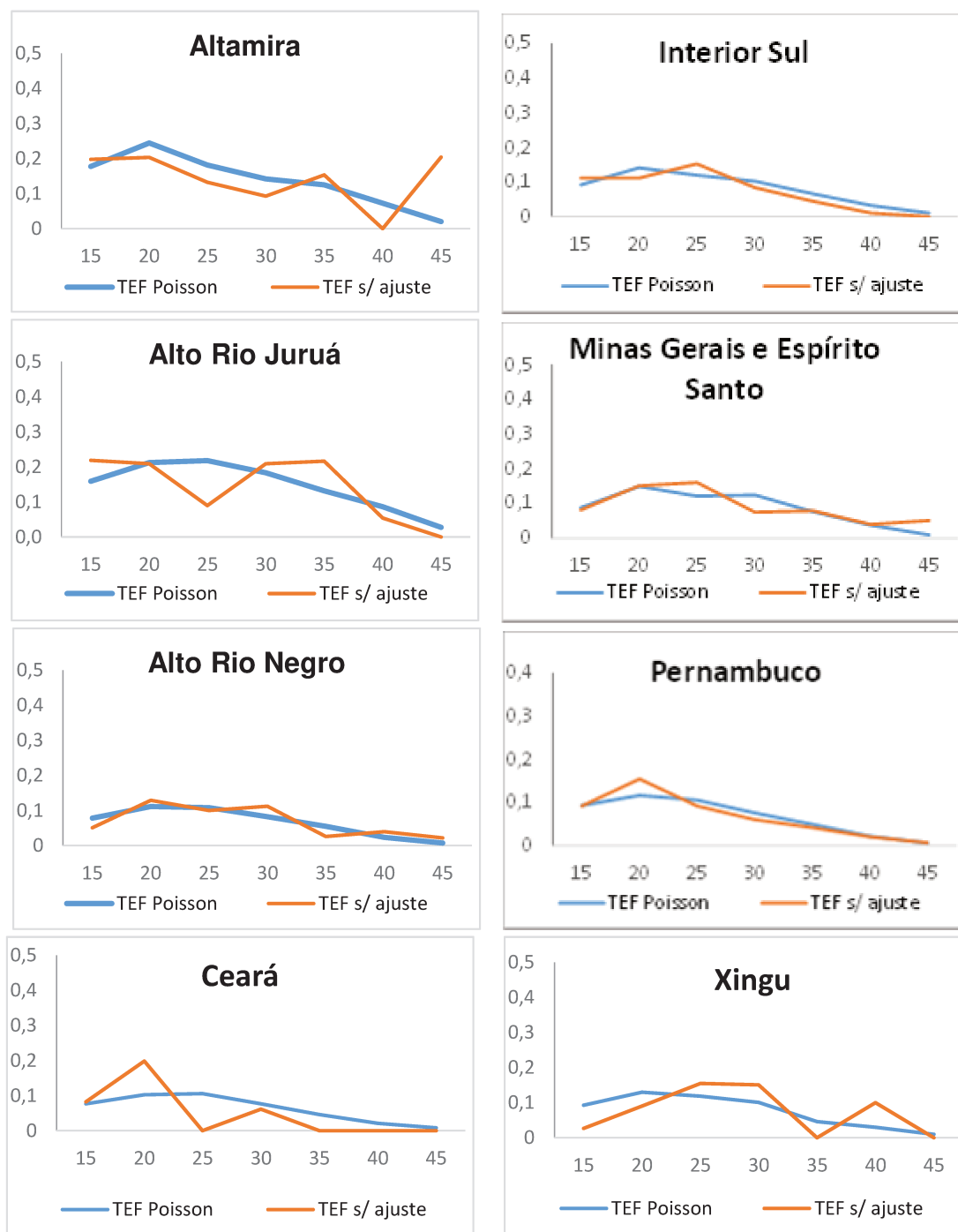
De posse dessas informações, produziu-se uma equação matemática que gerou um novo número de filhos nascidos vivos por grupo etário de mulheres para cada município, assumindo-se que as mulheres indígenas de uma mesma UF tenham níveis de fecundidade mais próximos entre si do que aquelas de outra UF ou de outros Distritos Sanitários Especiais Indígena. Esse modelo foi gerado a partir do *software* R, cuja saída da modelagem encontra-se no Apêndice A.

Com o objetivo de verificar se o modelo de Poisson se encaixou nos dados de fecundidade, comparamos as curvas das Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) sem ajuste e aquelas com aplicação do modelo hierárquico de Poisson para alguns DSEIs, como mostra o Gráfico 3. Selecionamos oito DSEIs, quatro com a presença de grupos etários sem filhos (Altamira, Alto Rio Juruá, Ceará e Xingu) e quatro com TEFs irregulares (Alto Rio Negro, Interior Sul, Minas Gerais e Espírito Santo e Pernambuco).

O DSEI Ceará chama atenção por possuir somente 3 grupos etários (de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 30 a 34 anos) com informação sobre filhos nascidos vivos. É um dos casos com o menor número de mulheres na amostra, o que se reflete nas TEFs sem ajuste (ou seja, com dados observados) que apresentam um comportamento irregular. Essa estrutura instável da fecundidade pode ser atribuída à variação dos pequenos números, a possíveis erros na estimativa das idades das mulheres, a baixa qualidade dos dados devido à pouca compreensão de algumas comunidades indígenas sobre os nossos sistemas numéricos e questões de temporalidade, a acessibilidade aos territórios indígenas, entre outras questões já comentadas aqui.

A partir do método de Poisson hierárquico (curva azul) observa-se suavização dessas curvas de fecundidade para cada DSEI, mostrando resultados satisfatórios. Em alguns casos, as curvas estimadas estão bem próximas da observada, como no caso do DSEI Pernambuco.

GRÁFICO 1 – Curvas das Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) sem ajuste, com aplicação do modelo hierárquico de Poisson de alguns DSEIs– 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010)

Cabe ressaltar que o método de Poisson hierárquico não corrige o nível de fecundidade dessas mulheres, sendo necessário para isso aplicar o método de Brass.

3.2.4 Peça 4: o Modelo P/F de Brass

O método P/F de Brass (NAÇÕES UNIDAS, 1986) foi desenvolvido para estimar de forma indireta a fecundidade, visando obter estimativas confiáveis do nível da fecundidade como também avaliar a precisão dos dados empregados. Portanto, é um método usado em dados com deficiência de cobertura nos registros de nascimentos.

Este método tem os seguintes pressupostos:

- As taxas específicas de fecundidade por idade das mulheres em idade reprodutiva não devem apresentar uma acentuada mudança no tempo. Isto é, a fecundidade deve ser constante;
- A mortalidade feminina não difere entre aquelas que tiveram mais ou poucos filhos;
- A fecundidade não é diferenciada pela migração;
- O erro de período de referência não é seletivo em relação à idade das mulheres.

Ainda que nas últimas décadas o Brasil venha apresentando um rápido declínio da fecundidade, o que significaria uma quebra do primeiro pressuposto citado acima, Carvalho (1985) argumenta que a técnica pode ser utilizada neste cenário caso as Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) do grupo mais jovem não tenham variado muito.

Para aplicá-lo é necessário dispor das seguintes informações:

- a) o número de mulheres no período fértil – neste caso de 10 a 49 anos (pessoas-ano);
- b) o número de filhos nascidos vivos por faixa etária das mulheres, nos últimos 12 meses (Fecundidade corrente);
- c) e o número total de filhos nascidos vivos por faixa etária das mulheres, até a data do censo (Parturição) (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

Essas informações estão sujeitas a erros. Um deles pode ocorrer por um equívoco do recenseador ou entrevistado que classifica a quantidade de filhos nascidos vivos igual a zero com o não preenchimento da informação, considerando aquele contingente de mulheres como ausente/ desconhecido (*missing value*). Para esse tipo de erro, o indicado seria a aplicação do método de El-Brady (MOULTRIE, 2013) que diferencia o verdadeiro número de respostas iguais a zero e o número de não respostas. No Censo de 2010, o quesito “Quantos filhos e filhas nascidos vivos teve até 31 de

julho de 2010?” exige que a entrevistada que não teve filho pule as perguntas sobre quantidade de filhos nascidos vivos, evitando a presença de não resposta. Por isso, neste trabalho não será necessário utilizar o método de El-Brady que busca corrigir esse tipo de falha.

Outro erro acontece na informação sobre filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses, onde há imprecisão no período de referência. Ou seja, nesse caso as mulheres podem declarar filhos que nasceram no período superior ou inferior a um ano. Além desse erro, há também o erro de memória que ocorre, principalmente, entre as informantes acima de 35 anos quando respondem ao quesito sobre o número total de filhos nascidos vivos até a data do censo. Nesse caso, a mulher pode não declarar os filhos nascidos mortos ou aqueles que saíram de casa. Aliados a esses, podem-se também ocorrer erros no caso de essas informações serem fornecidas por outra pessoa do domicílio, o que, segundo Santos et al. (2015), tem afetado os valores de parturição tanto de mulheres indígenas quanto não indígenas do Norte e Nordeste do Brasil.

No que se refere aos filhos nascidos nos últimos 12 meses, a informação obtida pode ser prejudicada pelo fato de alguns povos indígenas possuírem outra noção de temporalidade (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). A título de exemplo, na prova piloto realizada na aldeia Santa Rosa do Ocoy pelo IBGE, em 2008, observou-se uma certa dificuldade em responder perguntas com data de referência, como as de migração e trabalho (IBGE, 2010). Ademais, pode haver casos em que a mãe não declara o filho que ainda não tem um nome, algo presenciado na pesquisa de campo na terra indígena Umariáçu com os Tikuna, na cidade de Tabatinga (AM), em 2014. Entre os Guarani, residentes no município de Paraty, foi observado também essa possível omissão dos filhos, devido ao fato de que algumas vezes o nome de uma pessoa é segredo e enunciá-lo seria chamar a fatalidade, ou ainda uma omissão por não lembrar o nome da criança em português (ALCARAZ LÓPEZ, 2000).

Para contornar esses erros, o método de Brass utiliza a relação de parturição (P) e a fecundidade corrente (F) acumulada até o limite do intervalo de idade. Partindo disso, num regime de fecundidade constante, o acumulado da fecundidade corrente (F) deveria ser igual à parturição (P) num determinado grupo etário. A partir da razão P/F, pode-se corrigir o nível de fecundidade e analisar a qualidade dos dados em relação aos erros de período de referência, já que permite comparar dados retrospectivos e dados correntes da fecundidade. Usualmente, utiliza-se o P_2/F_2 (grupo etário 20-24 anos) ou a média entre P_2/F_2 e P_3/F_3 para corrigir o nível de fecundidade, já que nesses grupos as

mulheres tendem a informar com maior precisão o número de filhos tidos nascidos vivos.

No método, para transformar a TEF observada em F_i , Brass propõe aplicar um fator k , os fatores multiplicativos, obtidos através de dados empíricos de várias funções de fecundidade. Os coeficientes de K estão associados à razão entre a parturição média do grupo de 15 a 19 anos ($i=1$) e a do grupo de 20 a 24 anos ($i=2$), chamada de razão P_1/P_2 , recomendada para os primeiros grupos etários, e para os demais grupos, recomenda-se como parâmetro a idade média à fecundidade.

No caso da aplicação do método nos dados para os povos indígenas, foi necessário fazer algumas adaptações nos casos em que a razão P_1/P_2 por DSEI foram acima daquelas calculadas por Brass¹⁶, caso de Altamira, Araguaia, Kaiapó do Pará, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões e afluente, Rio Tapajós, Tocantins e Vale do Javari, conforme apresenta a Tabela 3. Nestes casos, conforme apresentada o Gráfico 4, realizou-se a estimação de uma reta $K (P_1/P_2)^{17}$ calculados por Brass para encontrar os fatores multiplicadores dos casos citados acima. Esta mesma adaptação foi realizada no trabalho de Bibiani (2018) para os dados dos Xavante das terras indígenas Pimentel Barbosa e de Wedezé, que encontrou uma fecundidade bastante precoce entre essas mulheres, fazendo com que a razão P_1/P_2 encontrada fosse maior do que a calculada por Brass.

¹⁶ O P_1/P_2 mínimo apresentado por Brass é de 0,014 e o máximo de 0,387.

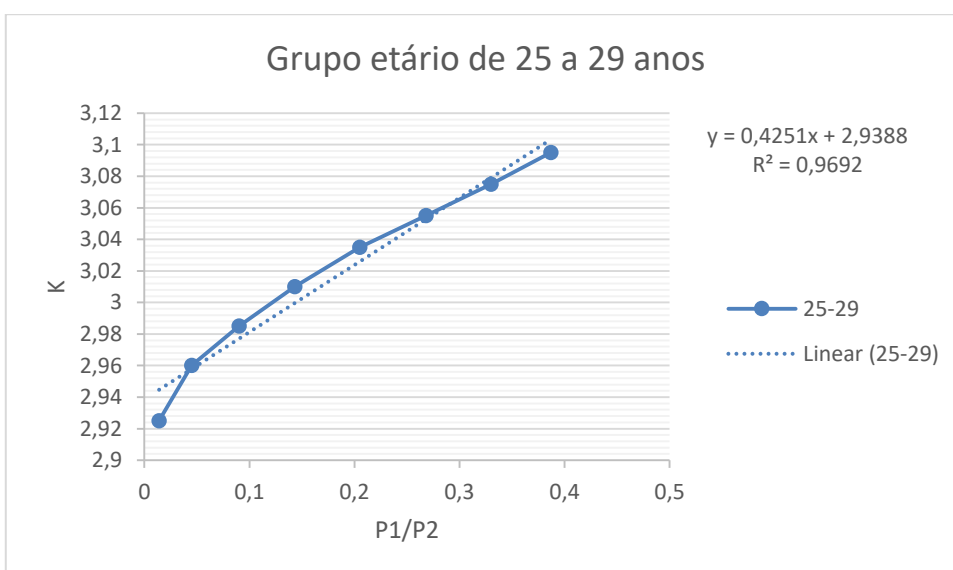
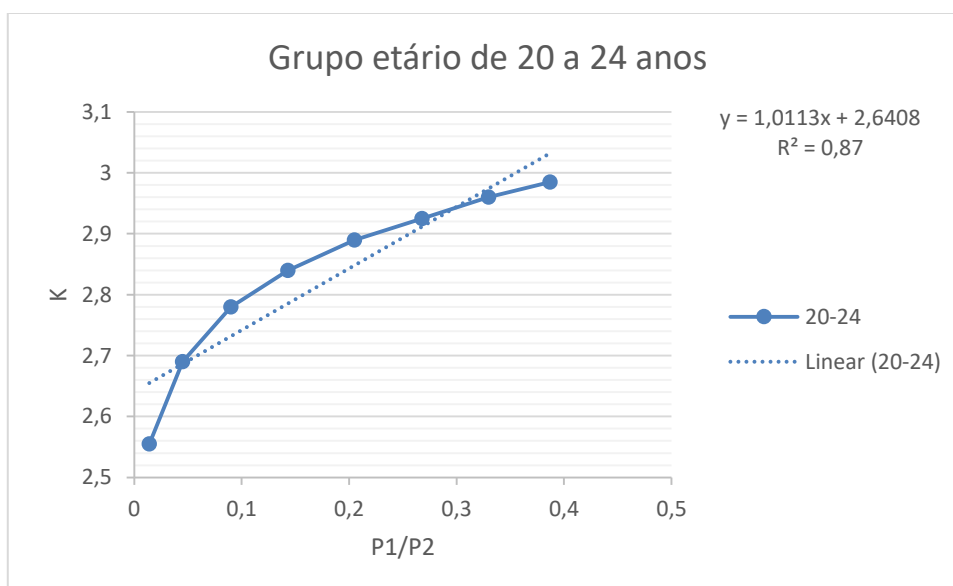
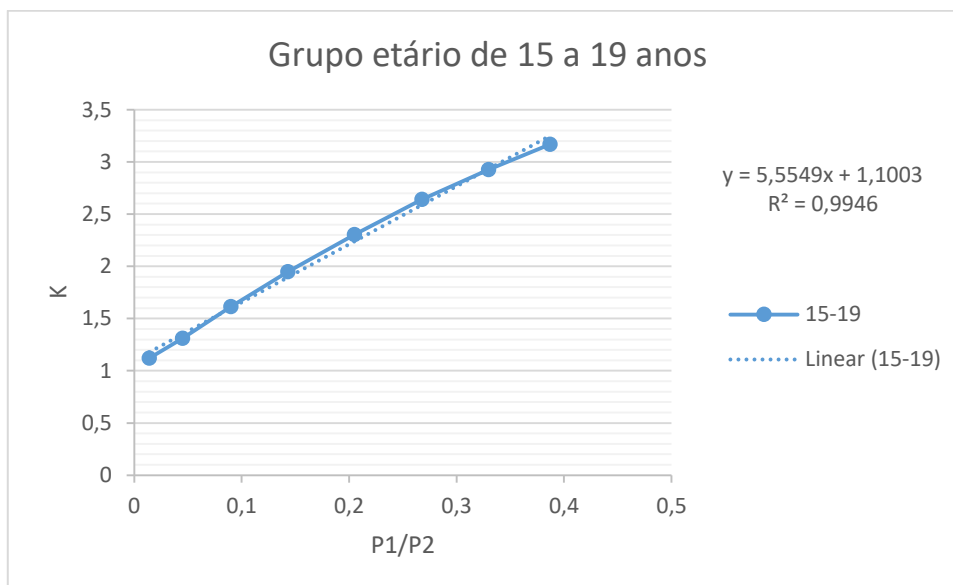
¹⁷ Ou seja, onde o Y da equação são os fatores multiplicadores (K) e o X os valores de P_1/P_2 .

TABELA 3 – Razão P1/P2 por DSEI

Nome do DSEI	P1/P2
Alagoas e Sergipe	0,1637
Altamira	0,4612
Alto Rio Juruá	0,3022
Alto Rio Negro *	0,3088
Alto Rio Purus	0,2992
Alto Rio Solimões	0,2827
Amapá e Norte do Pará	0,2156
Araguaia	0,4690
Bahia	0,2549
Ceará	0,1752
Cuiabá *	0,2347
Guamá-Tocantins	0,2475
Interior Sul	0,3323
Kaiapó do Mato Grosso	0,2233
Kaiapó do Pará	0,3657
Leste de Roraima *	0,3189
Litoral Sul *	0,1739
Manaus *	0,3181
Maranhão *	0,3809
Mato Grosso do Sul *	0,2995
Médio Rio Purus *	0,4368
Médio Rio Solimões e afluentes *	0,3382
Minas Gerais e Espírito Santo	0,3096
Parintins *	0,2965
Pernambuco *	0,2644
Porto Velho	0,2863
Potiguara	0,2327
Rio Tapajós **	0,5419
Tocantins *	0,6290
Vale do Javari *	0,5153
Vilhena	0,3554
Xavante	0,3410
Xingu	0,1924
Yanomami	0,3020

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

GRÁFICO 2 – Equação da reta K (P1/P2)



Fonte: Brass et al. (1968).

3.2.5 Peça 5: validando as estimativas

Neste trabalho, usamos as informações da Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI) de duas formas:

1. Para construir as áreas de abrangências dos DSEIs de modo a serem utilizadas nos dados do IBGE, como já comentado;
2. Para calcular a fecundidade a partir dos dados da SESAI como forma de comparação aquela estimada com os dados do IBGE.

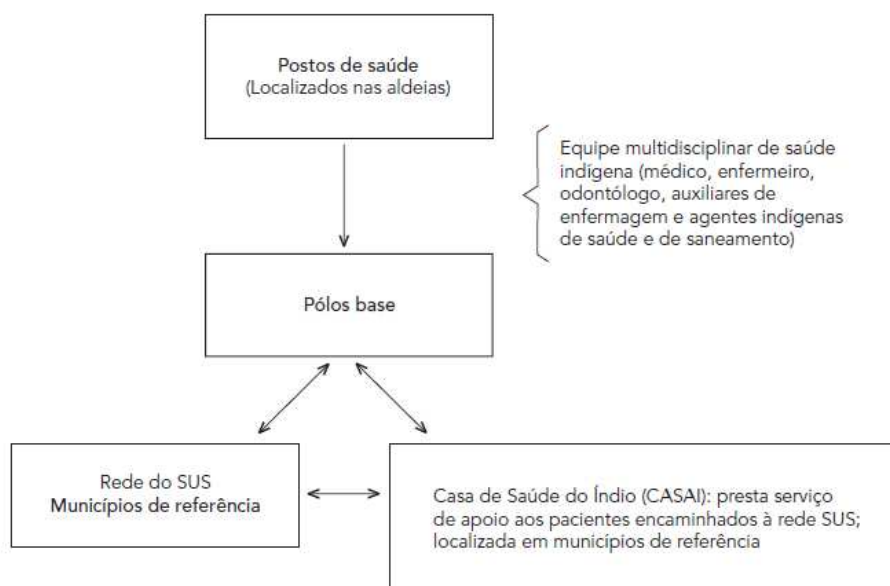
O objetivo no segundo caso é validar os valores encontrados a partir dos dados do IBGE. E por que isso é necessário?

Em geral, medidas tomadas no âmbito de pequenas áreas sofrem com um grande grau de incertezas, especialmente quando os dados são para os povos indígenas, cujas populações locais, em sua maioria, são diminutas. Assim, como já vimos, quanto maior for o grau de desagregação da área em estudo maior será a dificuldade com a disponibilidade dos dados como também com a confiabilidade dos resultados.

Dessa forma, antes de apresentar a analisar dos níveis de fecundidade das mulheres indígenas, que veremos mais adiante, observou-se a necessidade de se compararem, de um lado, as TFT de mulheres indígenas obtidas com dados da SESAI (atendidas nos DSEI) e do IBGE (residentes em Terras Indígenas), ambos em 2010, de modo a encontrar valores mais próximos aos dos padrões conhecidos na literatura. Isto porque a TFT para esses povos é desconhecida, e torna-se perigoso assumir uma única estimativa baseada em uma amostra e confiar que ela seja representativa para a população. Assim sendo, vale explicarmos como funciona a coleta das informações por parte da SESAI e as escolhas feitas para análise desses dados.

Cada DSEI tem uma rede de serviço de atenção básica instalada dentro das terras indígenas e que se organizam de forma hierárquica, conforme apresenta a Figura 6.

FIGURA 6 – Organização da rede de serviços de saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)



Fonte: Brasil (Ministério da Saúde. Portaria nº 70).

De acordo com o modelo, cada aldeia deve ter um posto de saúde, onde atua o Agente Indígena de Saúde. Outra unidade de atendimento é o pólo-base, que conta com médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, entre outros profissionais, para prover atenção básica à saúde da população. E por fim, a Casa de Saúde Indígena, localizada nas sedes municipais mais populosas, que deve acolher os doentes encaminhados das aldeias e pólos-base.

É a partir do Sistema de Informações à Assistência da Saúde Indígena (SIASI), sob a responsabilidade da SESAI, que são inseridas as informações sobre a população e a situação de saúde dos povos indígenas integrantes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Esse sistema é composto por nove módulos que são: demográfico, morbidade, imunização, saúde bucal, vigilância nutricional, acompanhamento de pré-natal, recursos humanos, infraestrutura e saneamento (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007). Nele, toda entrada de dados é feita a partir do nome da pessoa no módulo demográfico (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007).

O módulo demográfico foi o primeiro a ser implantado e é por meio dele que são registrados, entre outros eventos, os nascimentos, óbitos, povo/etnia, o parentesco e o local de residência (aldeia ou comunidade). Os registros de nascimento, por exemplo, seguem o seguinte percurso: primeiro são registrados na aldeia através de

um instrumento padronizado aplicado pelo Agente Indígena de Saúde (AIS); depois são enviados para o pólo-base, onde devem ser digitado no SIASI local; por fim, segues periodicamente para a sede da SESAI (Brasília) por meio de lotes via meio eletrônico. Para os pólo-base que não dispõem de internet a sede do DSEI deve assumir a produção e o envio dos relatórios para Brasília (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007). Assim, as informações de nascimentos podem apresentar um atraso quanto à sua inserção no sistema, principalmente nos distritos localizados na Amazônia, em que há comunidades de difícil acesso.

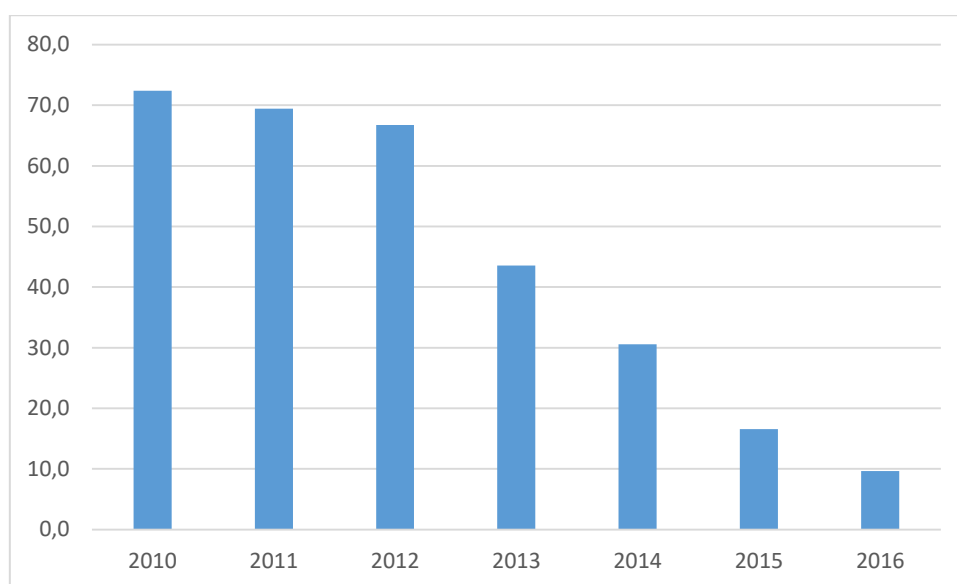
As informações provenientes dessa fonte de dados apresentam também outras limitações quanto ao seu uso. Primeiro, não há uma plataforma online que permita o acesso aos dados de saúde indígena, sendo necessária a solicitação via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ademais, em comparação com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), estão ausentes do SIASI informações como tipo de gravidez, número de consultas de pré-natal e número de filhos tidos anteriormente (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007). Alguns autores também chamam atenção para questões como a ausência de capacitação específica para preencher os instrumentos de coleta, o fato dos instrumentos serem preenchidos tanto pelo agente de saúde quanto pelo médico da equipe, levando a um aumento das possibilidades de inconsistências, a falta e/ou a rotatividade de profissionais para trabalhar com a saúde indígena, entre outras questões que afetam a coleta adequada de informação e o atendimento à saúde para esse segmento populacional (GARNELO, 2012; SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007).

Ainda que ocorram inúmeras limitações, os dados da SESAI permitem uma multiplicidade de informações para entender a saúde indígena, além de permitir análises com desagregação por aldeias e etnias (SOUSA; SCATENA; SANTOS, 2007). É também uma fonte de dados que não padece de erros de memória, já que as informações são registradas.

Para o presente trabalho foram solicitadas informações sobre nascimentos das mulheres atendidas pela SESAI, entre 2010 a 2016, junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), com vistas ao cálculo da Taxa Específica de Fecundidade por Idade (TEF) e da Taxa de Fecundidade Total dessas mulheres. Durante a análise dos dados, observou-se que havia uma proporção elevada de nascimentos em que não constava a idade da mãe (Gráfico 1), informação necessária para estimar a Taxa de Fecundidade Total. Essa proporção decaiu durante 2010 e os

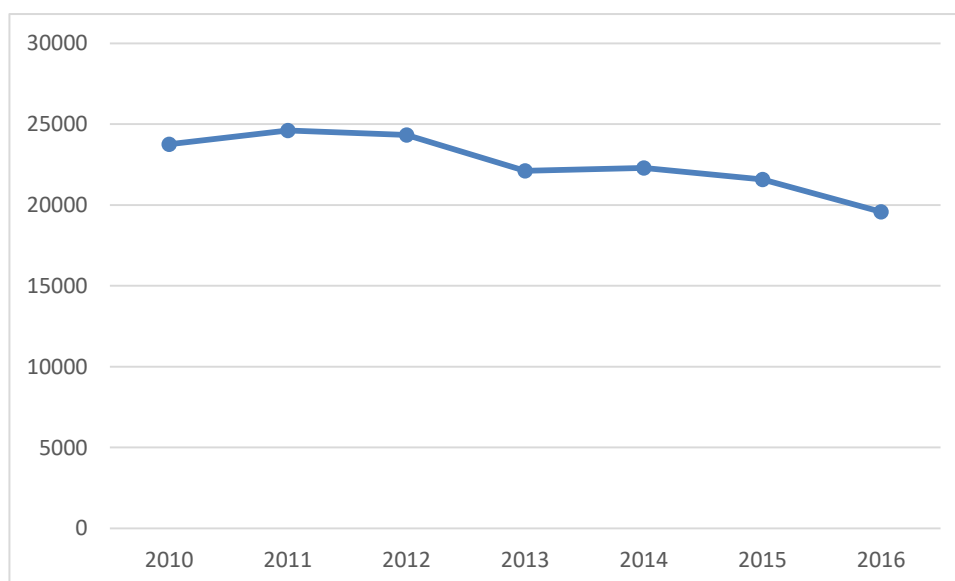
anos seguintes, passando de 70% dos nascimentos sem registro da idade da mãe naquele ano para menos de 10% em 2016. Nesse último ano o número de nascimentos registrados é inferior aos demais anos (Gráfico 2), mostrando um atraso nos registros, o qual mostra-se maior quanto mais próximos da data em que foram extraídos do sistema (1/6/2018). Não obstante essa relativamente baixa quantidade de registros em 2016, aqueles entre eles em que consta a idade da mãe são numericamente muito superiores aos correspondentes de 2010.

GRÁFICO 3 – Percentual de nascimentos sem registro de idade da mãe por ano – 2010 a 2016 – Brasil



Fonte: Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2014).

GRÁFICO 4 – Total de nascidos vivos por ano – 2010 a 2016 – Brasil



Fonte: Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2014).

Diante essa reduzida quantidade de registros de 2010, optou-se por realizar uma padronização etária com os dados de 2016, a fim de melhorar a precisão da Taxa de Fecundidade Total calculada para aquele primeiro ano. Aplicou-se, então, inicialmente, uma padronização indireta aos dados originais, uma vez que se conhece o total de nascimentos em 2010 para cada DSEI, mas não sua distribuição por idade da mãe. A padronização indireta consiste em tomar emprestada uma função das taxas específicas conhecidas de outra população (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998). No presente caso, estamos supondo que no intervalo de tempo considerado (2010-2016) a distribuição dos nascimentos das mulheres indígenas por grupo etário não sofreu grandes mudanças.

Para esse procedimento, utilizaram-se as seguintes informações por DSEI:

1. Total de nascimentos em 2010;
2. Distribuição etária feminina em 2010;
3. Taxa Específica de Fecundidade de 2016;

Com elas, realizaram-se os cálculos de forma direta, visto que a informação sobre o total de filhos nascidos vivos não é registrada pela secretaria.

Vale frisar que quase todos os DSEIs demonstraram um registro do número de nascimentos estável entre 2010 a 2016 (presente no Apêndice D). As exceções são os DSEIs Bahia, Interior Sul, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Médio Rio Solimões e afluentes e Xingu (Gráfico 10). Dentre estes últimos, notou-se que em dois casos ocorria uma irregularidade que não permitia a aplicação da curva de 2016 como um padrão para os dados referentes a 2010; são os dos DSEI Xingu e Maranhão. O Xingu apresentou uma boa série de dados até 2015, com uma média de um pouco mais de 200 nascidos vivos, mas em 2016 esse registro caiu para 31, tornando-se inviável utilizar essa distribuição como padrão para esse DSEI. Da mesma forma acontece com o DSEI Maranhão, tendo em 2010 1.233 nascidos vivos e apenas 48 em 2016. Manteve-se, então, a distribuição de 2010.

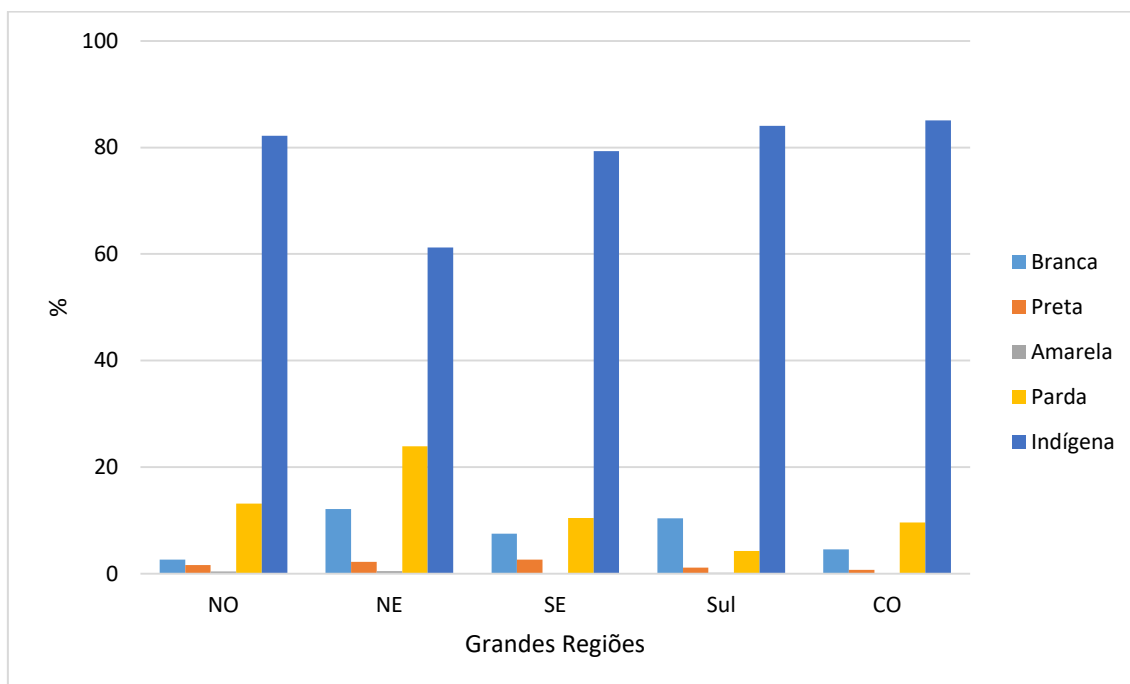
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conhecendo as mulheres residentes em terra indígena

Antes de iniciar as discussões sobre os níveis e padrões da fecundidade dos diferentes povos indígenas no Brasil, buscamos analisar as mulheres residentes em terras indígenas visto que são a população alvo dessa pesquisa.

De acordo com o censo demográfico de 2010 havia 567.582 pessoas residentes nas TI, das quais 48% (274.460) mulheres. Destas, 77% (213.486) se declararam indígenas, 14 % (39.179) pardas, 6% (16.536) brancas e 1,9% (5.259) pretas e amarelas. Um olhar sobre as grandes regiões (Gráfico 5) indica que mais de 60% das mulheres residentes em TI existentes em cada uma delas declararam-se indígenas.

GRÁFICO 5 – Percentual de mulheres residentes em Terra Indígena por “raça/cor” declarada segundo as grandes regiões do Brasil – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

É interessante observar que o Nordeste é a região com o maior percentual de mulheres residentes em TI que se declararam pardas, passando de 20%. Nas últimas décadas do Século XX diversos povos indígenas ressurgiram em um processo de emergência étnica (SILVA, 2002), o que poderia justificar o expressivo percentual de mulheres declaradas pardas em terras indígenas naquela primeira região.

No Censo de 2010 foi perguntado aos residentes em TI e que haviam respondido opções diferentes do “indígena” no quesito *raça/cor*, se estes se consideravam indígenas. Pode-se verificar, na Tabela 4, o percentual e o número absoluto de mulheres que no quesito *raça/cor*, não “*se declararam*” indígenas, porém se “*se consideraram*” como indígenas. Observa-se que a maior parte das mulheres que não se declararam “indígenas” no quesito *raça/cor*, se consideraram indígenas (13,37%). O percentual daquelas que não se consideraram indígenas nas TI ou com resposta ignorada é de apenas 8,85% e corresponde a 24.283 mulheres.

TABELA 4 – Percentual e número absoluto de mulheres em TI segundo o tipo de resposta no quesito “se considera indígena” segundo *raça/cor* – 2010

RAÇA/COR	SIM	NÃO	IGNORADO	NÃO APLICÁVEL	TOTAL
AMARELA	605	174	121		900
BRANCA	8.507	5.253	2.776		16.536
PARDA	24.889	9.132	5.158		39.179
PRETA	2.690	961	708		4.359
INDÍGENA				213.486	213.486
TOTAL	36.691	15.520	8.763	213.486	274.460
%	13,37	5,65	3,19	77,78	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

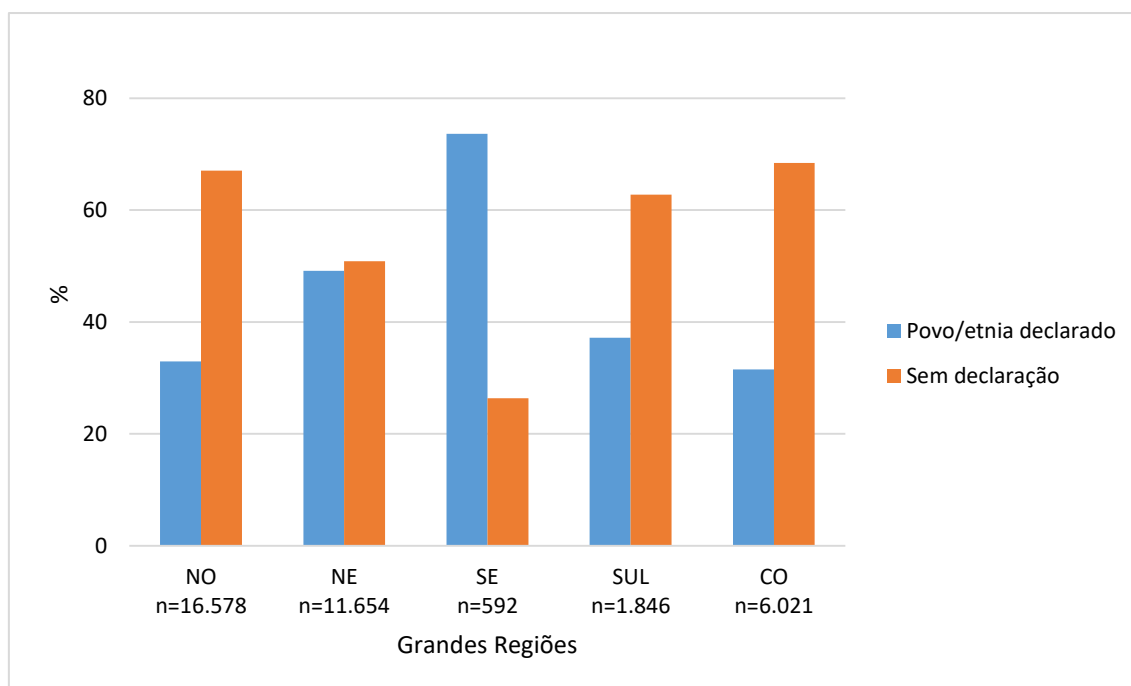
Portanto, somando-se as mulheres que se declararam indígenas (213.486) mais aquelas que se consideraram como tais (36.691), tem-se um total de 250.177 mulheres indígenas, que representam 91,15% das mulheres residentes em TI. Essas e as observações a seguir são importantes para entendermos como é composto o grupo de mulheres indígenas em cada DSEI, dando ênfase ao percentual de mulheres que não se identificaram como pertencentes a esses povos, mas que residem em TI, o que poderia influenciar nas estimativas de fecundidade presentes nesse trabalho.

Entre as pessoas que se declararam indígenas no Censo de 2010, 86,3% mencionaram um pertencimento étnico específico, diferentemente daquelas que se consideraram em que 38,1% indicaram povo/etnia (MARINHO; SANTOS, 2016). O Gráfico 6 mostra, no grupo de mulheres que se consideraram indígenas, o percentual daquelas que referiram (ou não) um pertencimento étnico específico segundo as grandes regiões do país. A categoria “sem declaração” usada aqui utiliza as seguintes respostas: “não determinadas”, ou seja, aquelas que declararam ter origem indígena, porém sem

precisão de etnia; “mal definidas”, aquelas que não tinham origem indígena; “não sabem”; e “sem declaração”.

Assim, no caso específico das mulheres que se consideraram indígenas, a Região Sudeste exibiu um alto percentual (74%) de declarantes de um pertencimento étnico específico, enquanto as demais regiões do país apresentaram percentuais elevados – acima de 50% - de mulheres que não declararam povo/etnia.

GRÁFICO 6 – Percentual de mulheres residentes em TI que se consideraram indígenas segundo o tipo de declaração étnica por Grande Região – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

Quando analisamos o conjunto de mulheres de 10 a 49 anos por DSEI é possível verificar uma maior oscilação entre aquelas que se declararam ou se consideraram indígenas, conforme apresenta a Tabela 5. Os cinco DSEI que apresentaram o maior percentual de mulheres que se declararam indígenas¹⁸ no Censo de 2010 foram: Amapá e Norte do Pará, Tocantins, Vale do Javari, Alto Rio Negro e Parintins. Em contrapartida, os cinco DSEI que apresentaram o menor percentual foram: Kaiapó do Pará, Pernambuco, Litoral Sul, Altamira e Guamá-Tocantins.

¹⁸ Presentes na Tabela 3 na categoria “não aplicável”.

TABELA 5 – Percentual de mulheres de 10 a 49 anos de idade residentes em Terras Indígenas por tipo de declaração no quesito se considera segundo DSEI – 2010

DSEI	SIM	NÃO	IGNORADO	NÃO APLICÁVEL	TOTAL
AMAPÁ E NORTE DO PARÁ	0,0	0,0	0,4	99,6	100
TOCANTINS	1,3	0,4	0,1	98,1	100
VALE DO JAVARI	0,8	0,3	2,6	96,2	100
ALTO RIO NEGRO	3,6	0,7	0,0	95,6	100
PARINTINS	5,5	0,9	0,1	93,5	100
MATO GROSSO DO SUL	6,1	0,5	0,5	92,9	100
PORTO VELHO	7,1	0,5	0,0	92,4	100
MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	8,8	0,3	0,0	90,9	100
YANOMAMI	9,8	1,0	0,0	89,3	100
RIO TAPAJÓS	14,2	0,7	0,1	85,0	100
INTERIOR SUL	8,7	1,8	5,4	84,2	100
MARANHÃO	11,1	3,9	0,9	84,1	100
ALTO RIO JURUÁ	15,6	0,6	0,2	83,6	100
ALTO RIO PURUS	14,2	2,3	0,7	82,8	100
ALTO RIO SOLIMÕES	11,1	3,1	3,1	82,8	100
MÉDIO RIO SOLIMÕES E AFLUENTE	16,9	1,4	1,7	80,0	100
ARAGUAIA	15,0	4,4	1,1	79,5	100
KAIAPÓ DO MATO GROSSO	19,3	1,9	0,3	78,5	100
XAVANTE	17,6	4,9	0,1	77,4	100
XINGU	18,0	5,5	0,4	76,1	100
LESTE DE RORAIMA	12,8	0,4	11,1	75,7	100
ALAGOAS E SERGIPE	26,1	2,4	0,9	70,6	100
BAHIA	21,4	4,7	4,9	69,0	100
MANAUS	20,0	2,2	9,6	68,1	100
MÉDIO RIO PURUS	30,5	3,8	0,3	65,4	100
POTIGUARA	30,2	4,0	2,0	63,8	100
VILHENA	26,0	5,5	11,4	57,2	100
CUIABÁ	43,2	3,1	0,4	53,3	100
CEARÁ	44,6	3,5	0,2	51,7	100
GUAMÁ-TOCANTINS	41,1	6,0	4,9	48,0	100
ALTAMIRA	43,6	8,5	0,6	47,2	100
LITORAL SUL	5,7	0,4	49,0	44,8	100
PERNAMBUCO	14,0	38,2	3,6	44,2	100
KAIAPÓ DO PARÁ	45,9	9,9	0,4	43,8	100

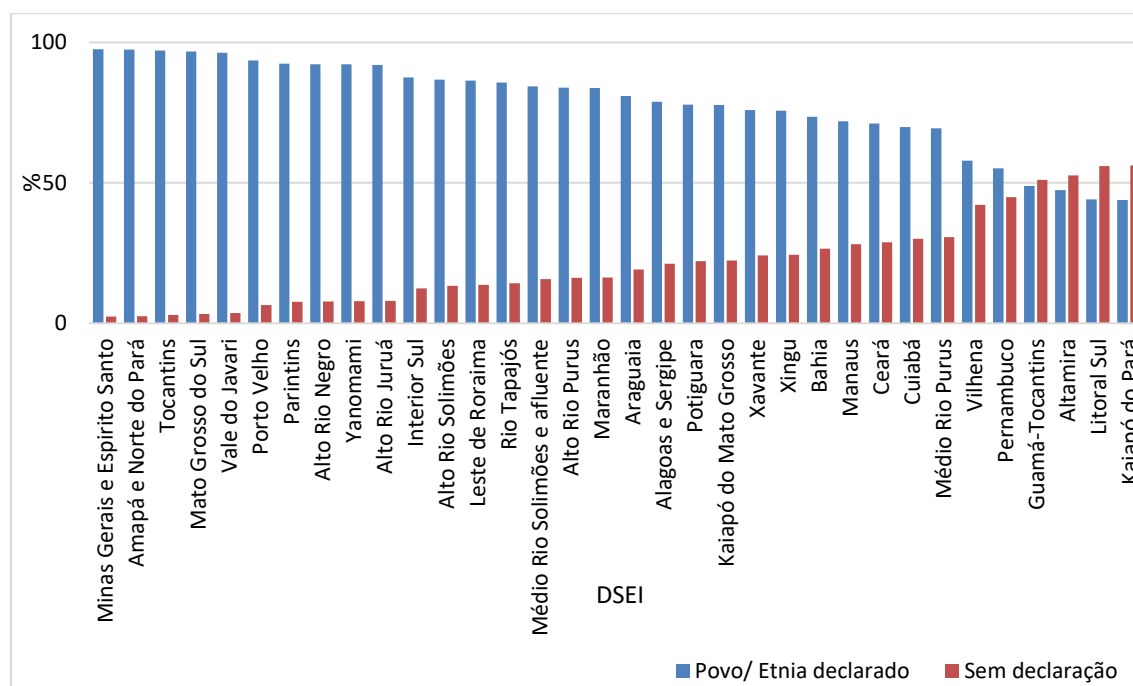
Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

Chama atenção o elevado percentual de mulheres que não se consideraram indígenas do DSEI Pernambuco (38,2%) e aquelas com resposta ignorada no DSEI Litoral Sul (49%). Em quase todos os DSEI a soma das respostas “não se considera” e

“ignorado” não ultrapassam o percentual de 10%, exceto nos DSEI Vilhena, Kaiapó do Pará, Pará, Pernambuco, Litoral Sul, Leste de Roraima e Manaus. Uma possível explicação para esses casos de presença de mulheres que não se consideraram indígenas mesmo residindo em TI seria a extrema vulnerabilidade das terras em razão das constantes invasões de madeireiros, posseiros e outros, como também dos projetos governamentais e privados como hidrelétricas, hidrovias, linhas de transmissão de energia, projetos militares, criação de municípios e de unidades de conservação.

Ao analisarmos a declaração de povo/etnia por DSEI entre as mulheres de 10 a 49 anos nas TIS, presente no Gráfico 7, pode-se observar que em todos os DSEI o percentual das que referiram um povo/etnia é superior a 50%, com exceção dos DSEI Guamá-Tocantins, Altamira, Litoral Sul e Kaiapó do Pará.

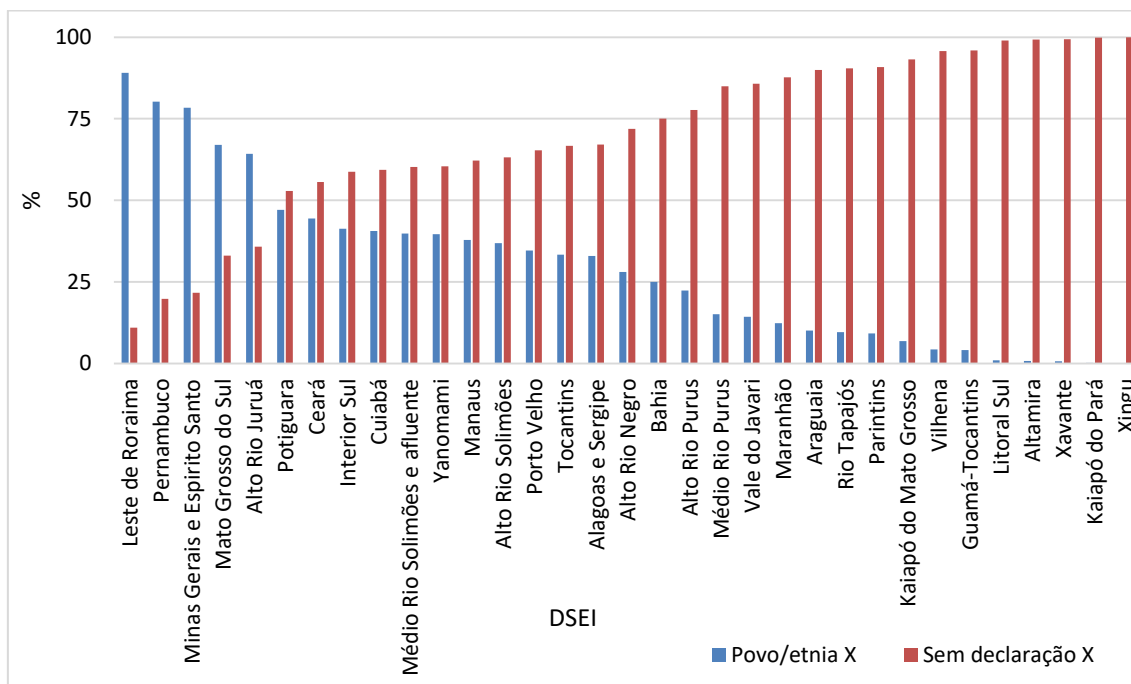
GRÁFICO 7 – Percentual de mulheres de 10 a 49 anos residentes em TI segundo o tipo de declaração étnica por DSEI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

Naqueles últimos DSEI, parte dessa contribuição é dada pelas mulheres que se consideraram indígenas nessas localidades, em que quase 100% delas não referiram um povo/etnia, análise presente no Gráfico 8. Em contrapartida, as mulheres que se consideraram indígenas nos DSEI Leste de Roraima, Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Alto Rio Juruá apresentaram um elevado percentual de povo/etnia específico referido.

GRÁFICO 8 – Percentual de mulheres de 10 a 49 anos residentes em TI que se consideraram indígenas segundo o tipo de declaração étnica por DSEI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

Nota: Número de casos no DSEI Amapá e Norte do Pará não consta no Gráfico por apresentar menos de 5 casos de mulheres que se consideraram.

Todas essas análises mostram um elevado percentual (mais de 90%) de mulheres declaradas/consideradas indígenas nas terras indígenas, além do que em quase todos os DSEIS há uma elevada declaração do povo/etnia, demonstrando ser possível fazer associação com os aspectos culturais que circunscrevem a fecundidade dessas mulheres.

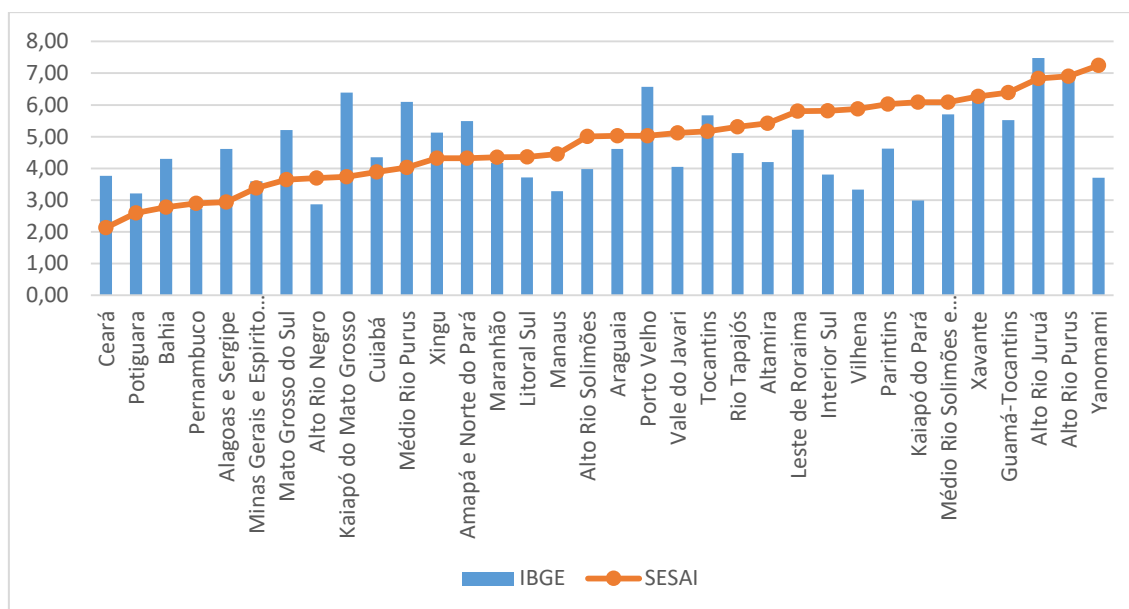
4.2 A fecundidade indígena no Brasil por DSEI

4.2.1 Confrontando dados de fecundidade indígena

O Gráfico 9 e a Tabela 6 apresentam os níveis de fecundidade indígena nos DSEI a partir dos dados censitários do IBGE e os da SESAI em 2010. Neles, observa-se, para vários DSEI, discrepâncias evidentes entre os resultados obtidos através das duas fontes. Enquanto nos resultados obtidos com dados da SESAI o nível mais baixo de fecundidade encontra-se no DSEI Ceará, com 2,1 filhos por mulher e o mais alto no DSEI Yanomami, com 7,2 filhos, naqueles estimados com dados do IBGE o DSEI Pernambuco tem o menor nível, 2,7 filhos por mulher, e o Alto Rio Juruá o maior, com 7,4. Além disso, são poucos os DSEI em que a TFT é similar em ambas as fontes de dados. Por este motivo, iremos analisar os DSEI que já tenham estudos na área e que

nos ajudem a identificar parâmetros confiáveis da estimativa de fecundidade das mulheres indígenas.

GRÁFICO 9 – Taxas de Fecundidade Total para mulheres indígenas por área de abrangência dos DSEI a partir dos dados do IBGE e da SESAI– 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

TABELA 6 – Taxas de Fecundidade Total para mulheres indígenas por área de abrangência dos DSEI a partir dos dados do IBGE e da SESAI– 2010 e 2014

Nome do DSEI	Região	IBGE	SESAI
Alagoas e Sergipe	Fora da Amazônia	4,62	2,93
Altamira	Amazônica	4,20	5,42
Alto Rio Juruá	Amazônica	7,48	6,83
Alto Rio Negro	Amazônica	2,87	3,69
Alto Rio Purus	Amazônica	6,97	6,90
Alto Rio Solimões	Amazônica	3,97	5,00
Amapá e Norte do Pará	Amazônica	5,49	4,32
Araguaia	Amazônica	4,61	5,03
Bahia	Fora da Amazônia	4,30	2,77
Ceará	Fora da Amazônia	3,77	2,13
Cuiabá	Amazônica	4,35	3,89
Guamá-Tocantins	Amazônica	5,52	6,39
Interior Sul	Fora da Amazônia	3,80	5,82
Kaiapó do Mato Grosso	Amazônica	6,39	3,73
Kaiapó do Pará	Amazônica	2,98	6,08
Leste de Roraima	Amazônica	5,22	5,80
Litoral Sul	Fora da Amazônia	3,71	4,36
Manaus	Amazônica	3,28	4,45
Maranhão	Amazônica	4,17	4,35
Mato Grosso do Sul	Fora da Amazônia	5,21	3,64

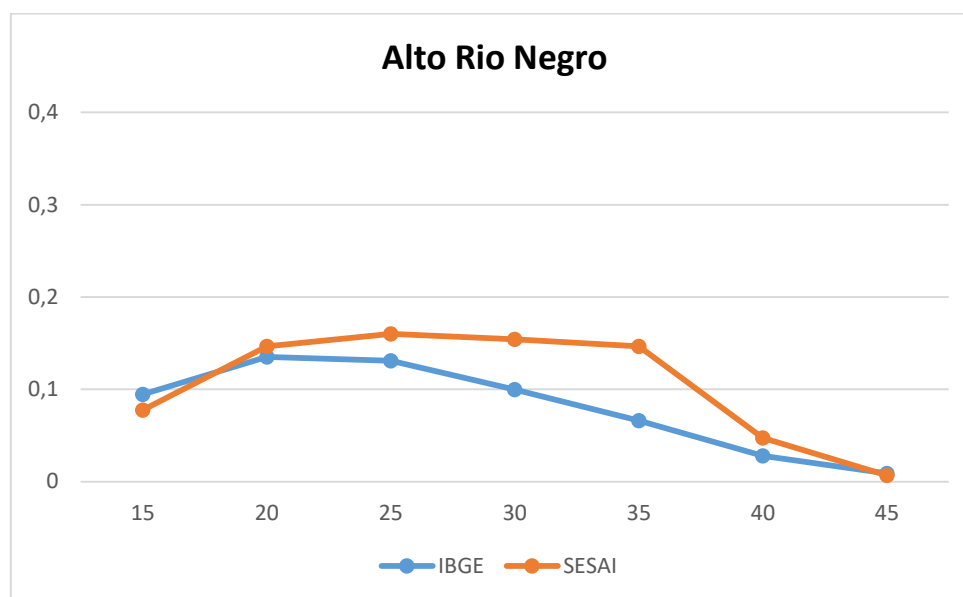
Nome do DSEI	Região	IBGE	SESAI
Médio Rio Purus	Amazônica	6,10	4,03
Médio Rio Solimões e afluente	Amazônica	5,71	6,08
Minas Gerais e Espírito Santo	Fora da Amazônia	3,59	3,38
Parintins	Amazônica	4,62	6,02
Pernambuco	Fora da Amazônia	2,73	2,89
Porto Velho	Amazônica	6,57	5,03
Potiguará	Fora da Amazônia	3,21	2,59
Rio Tapajós	Amazônica	4,48	5,31
Tocantins	Amazônica	5,68	5,17
Vale do Javari	Amazônica	4,05	5,12
Vilhena	Amazônica	3,33	5,87
Xavante	Amazônica	6,43	6,26
Xingu	Amazônica	5,13	4,32
Yanomami	Amazônica	3,71	7,25

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESA/IASI, 2010).

Dentre os DSEI em que as taxas de fecundidade das duas fontes de dados estão próximas, o DSEI Alto Rio Negro chama atenção pelo nível encontrado tanto a partir dos dados do IBGE (2,87 filhos por mulher) quanto da SESA (3,69 filhos). É justamente na Região Amazônica, onde se situa o DSEI Alto Rio Negro, que se encontram, na literatura, níveis de fecundidade elevados, como no Censo Indígena Autônomo do Rio Negro (CIARN) realizado em 1992 na Terra Indígena Alto Rio Negro, onde Azevedo (2009) encontrou níveis entre 4,8 a 6,3 filhos, em média, por mulher. Dessa maneira, acredita-se que a estimativa realizada a partir dos dados da SESA esteja mais próxima da realidade desses povos dado que não houve uma grande mudança no número total de filhos nascidos vivos entre 2010 e 2016 (resultados presentes no Apêndice D), sugerindo uma boa cobertura ou uma constância nos dados.

Vale mencionar que para esse DSEI tanto o número total de mulheres quanto o de nascimentos são superiores nos registros da SESA do que nos do IBGE. Além disto, esse distrito sofre influência de outro povo, Yanomami, uma vez que não foi possível separar por grupo étnico as informações de nascimentos oferecidas pelo IBGE. Essas questões têm reflexo na construção da curva de fecundidade desse distrito, conforme mostra o Gráfico 10. A partir dos dados do IBGE, o ápice da curva seria no grupo etário de 20 a 24 anos. Contudo, os dados da SESA revelam uma curva mais dispersa ao longo dos grupos etários, com auge no grupo de 25 a 29 anos de idade.

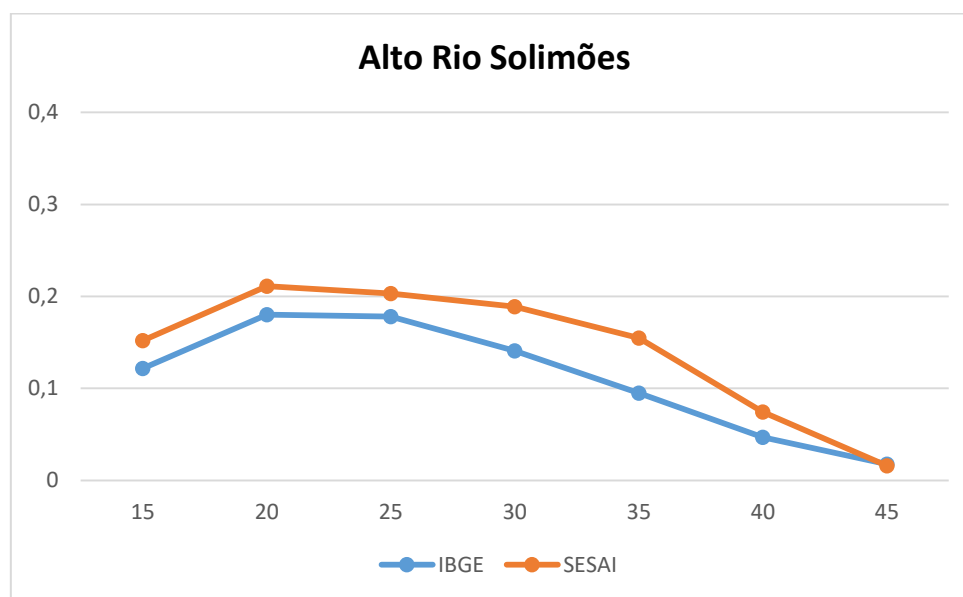
GRÁFICO 10 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Alto Rio Negro a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

A situação de elevada fecundidade na Região Amazônica repete-se entre os Ticuna residentes na Terra Indígena Umariáçu, no município de Tabatinga (AM), área incluída no DSEI Alto Rio Solimões. Em um recenseamento participativo realizado no ano de 2014, foram levantados dados por meio dos quais se estimou uma fecundidade de 6,7 filhos, em média, por mulher (TEIXEIRA; BRASIL, 2018), muito superior à do Brasil rural para os povos indígenas em 2010 (com 5 filhos, em média) (CRUZ et al., 2014). Por sua vez, a fecundidade estimada para o DSEI Alto Rio Solimões com os dados do IBGE em 2010 foi de 3,9 filhos por mulher, e a da SESAI, de 5 filhos. Esta última estimativa aparenta estar dentro da média brasileira e os nascimentos registrados pela SESAI não tiveram grandes variações entre 2010 a 2016, o que nos levaria a desconsiderar o resultado obtido através dos dados do censo. Apesar das diferenças entre os níveis de fecundidade, observa-se que a curva de fecundidade para esse DSEI (Gráfico 11) tem o mesmo comportamento em ambas as fontes de dados.

GRÁFICO 11 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Alto Rio Solimões a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

Um DSEI que também merece destaque nessa análise é o Xingu, posto que desde 1965 o Programa de Saúde da Unifesp registra de forma contínua as informações demográficas sobre os povos residentes em sua área e vem melhorando significativamente o atendimento à saúde dos mesmos, reduzindo as enfermidades e a mortalidade (VITTI, 2015). Portanto, os resultados das pesquisas realizadas a partir desses dados demográficos também são bons pontos de comparação com os encontrados neste trabalho.

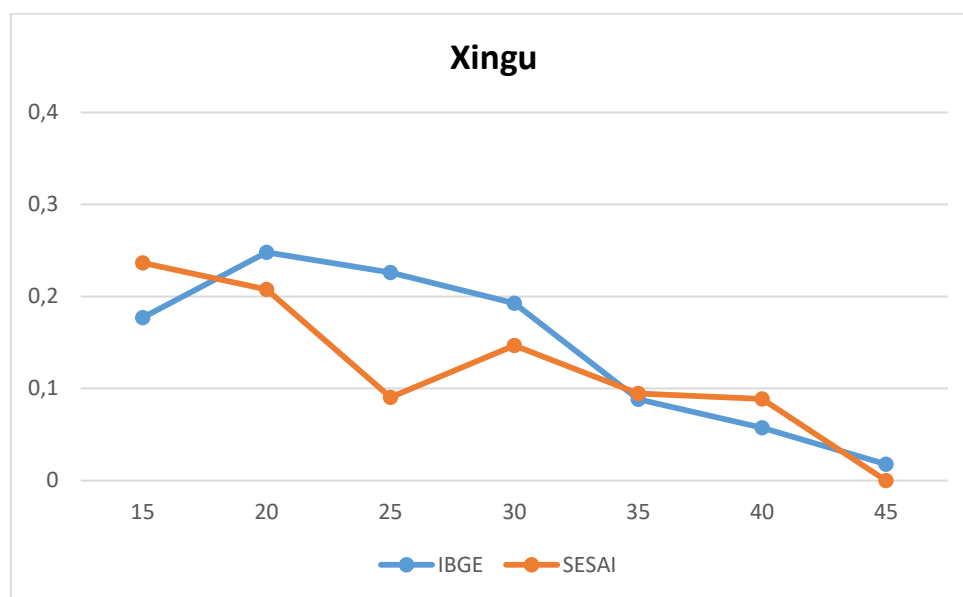
Entre as etnias da região coberta pelo DSEI Xingu foram encontrados níveis de fecundidade de 5,16 filhos para mulheres Kamaiurá, no período de 2000 a 2009 (VITTI, 2015) e de 7,8 filhos para mulheres Kaiabi em 2000 (PAGLIARO, 2010). Comparando esses resultados com os estimados com os dados referentes ao DSEI Xingu no censo de 2010 (5,1 filhos) e os da SESAI (4,3 filhos), observa-se que nestes últimos haveria um forte sub-registro de nascidos vivos, enquanto que nos do censo percebe-se menor distância daqueles observados na literatura.

É pertinente para a análise afirmar que DSEI Xingu apresentou um elevado percentual de mulheres que referiram o povo/etnia a que pertenciam no Censo de 2010 (76%), em que 16% das mulheres se declararam kaiabi e 7% kamaiurá, como já citado no Tópico 4.1, permitindo uma análise a partir dos aspectos culturais desses povos. Vale salientar também que a superioridade relativa da taxa estimada com dados do IBGE não significa que a cobertura aí seja satisfatória, mas poderia sugerir uma subcobertura dos

registros da SESAI para aquele ano. Quanto à cobertura dos dados do IBGE, ainda não há um parâmetro a partir do qual se possa medir a cobertura censitária.

Com relação ao padrão da fecundidade encontrado para o distrito, observou-se divergências entre as duas fontes utilizadas (Gráfico 12). Em parte, essas diferenças podem ser explicadas pelo fato de que os dados fornecidos pela SESAI apresentaram um número muito pequeno de nascimentos em 2016 (apenas 31 nascimentos) que, portanto, afetaram a curva de fecundidade padrão utilizada para corrigir as informações de 2010 para esse distrito. Em 2010, 46% dos registros de nascimentos dados pela SESAI para o DSEI Xingu estava sem idade da mãe, o que impossibilitou o uso dessa distribuição para construir a curva de fecundidade. Já com os dados do IBGE, verificou-se que a contabilização de 108 mulheres a mais do que nos dados da SESAI e um número de nascimentos muito próximo entre as duas fontes de dados (195 para SESAI e 112 para o IBGE), o que nos permite confiar no padrão encontrado.

GRÁFICO 12 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Xingu a partir dos dados do IBGE e da SESAI - 2010

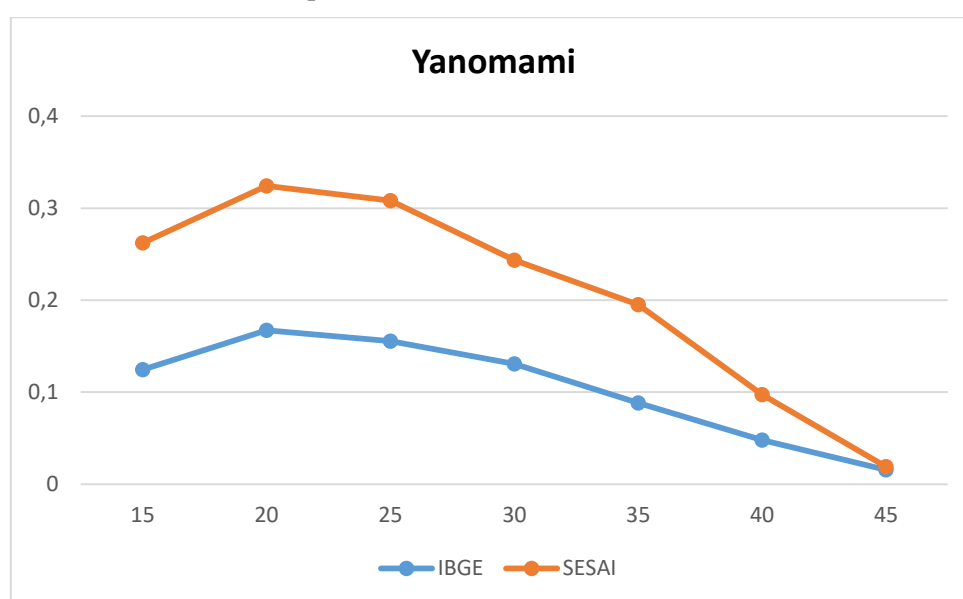


Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

Dos DSEIs em que a TFT estimada pelos dados do IBGE é inferior ao da SESAI chama atenção o Distrito Yanomami pelo elevado nível encontrado a partir dos dados da SESAI. Entre esses, encontrou-se uma TFT de 3,7 filhos por mulher (a partir dos dados do IBGE) e 7,2 (com dados da SESAI). Nesta última estimativa observa-se uma semelhança nos níveis encontrados por Early e Peters (1990) para os Yanomami da região do Mucajá cuja fecundidade estava entre 8,7 e 7,5 filhos por mulher entre 1958 a

1987. Um outro indicativo de que os dados da SESAI para esse distrito estão mais próximos de sua realidade é o fato de que para o DSEI Yanomamk ocorre pouca variação no número de nascimentos registrados entre 2010 a 2016. Ainda assim, da mesma forma como ocorreu com o DSEI Alto Rio Solimões, as curvas das TEF calculadas com dados da SESAI ou estimadas com os do IBGE para os Yanomami (Gráfico 13) mostram o mesmo comportamento, sendo diferente somente o nível de fecundidade.

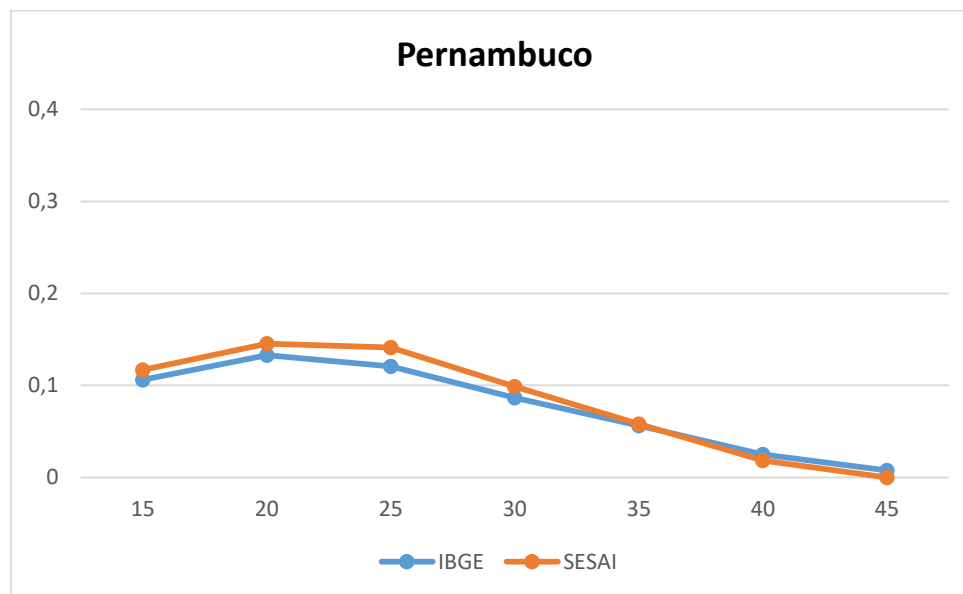
GRÁFICO 13 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Yanomami a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

Em áreas fora da Amazônia, encontraram-se níveis de fecundidade indígena inferiores às do Brasil indígena em seu conjunto- com 3,8 filhos, em 2010 (CRUZ et al., 2014) –, com exceção somente dos DSEIs Alagoas e Sergipe, Bahia e Mato Grosso do Sul. O DSEI Pernambuco é um dos casos notáveis de baixa fecundidade, com TFT de 2,7 filhos por mulher (estimativa calculada pelos dados do IBGE) e de 2,8 filhos (calculada pelos dados da SESAI). A proximidade entre esses resultados repete-se no que foi encontrado para das mulheres não-indígenas residentes em áreas rurais nessa mesma localidade (3,0 filhos) em pesquisa realizada em 2010 (TEXEIRA; COSTA, 2012), levando a crer que ambos estejam próximos da realidade desses povos. As curvas de fecundidade desse distrito (Gráfico 14) também são parecidas e demonstram uma superioridade do número de nascimentos entre 20 a 29 anos de idade.

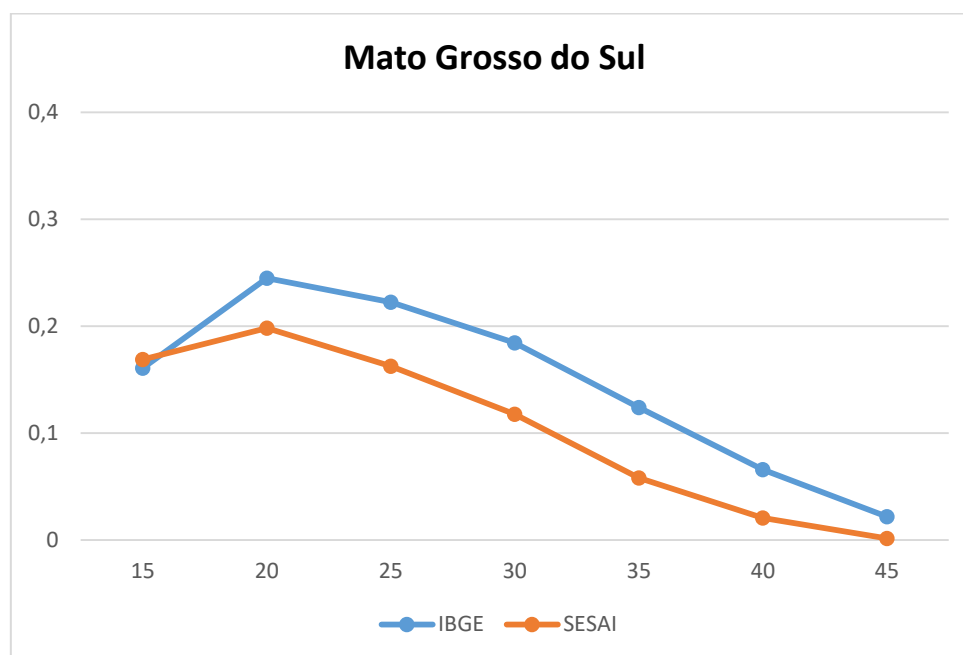
GRÁFICO 14 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Pernambuco a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

O DSEI Mato Grosso do Sul é um dos casos em que a TFT encontrada é superior ao da média para população indígena no Brasil, com 5,2 filhos por mulher, considerando-se a estimativa feita com os dados do IBGE. A segunda maior população indígena morando em terras indígenas se concentra neste Estado, ficando atrás somente do Estado do Amazonas (IBGE, 2010). Tal situação permitiu uma maior confiabilidade nos resultados do IBGE, já que foram contadas um pouco mais de 2.000 mulheres na amostra. Ao que tudo indica, os resultados a partir dos dados da SESAI possuem um problema de cobertura que, conseqüentemente, afetou a TFT. Isto porque os nascimentos registrados pela Secretaria neste distrito tiveram uma queda contínua entre 2010 a 2016. Contudo, as curvas construídas a partir das duas fontes de dados (Gráfico 15) possuem o mesmo comportamento, com uma concentração dos nascimentos entre as mulheres de 20 a 24 anos.

GRÁFICO 15 – Taxas Específicas de Fecundidade das mulheres indígenas do DSEI Mato Grosso do Sul a partir dos dados do IBGE e da SESAI – 2010



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

Apesar das incertezas presentes nos dados, observa-se que quase todos os resultados encontrados aqui indicam a superioridade dos níveis de fecundidade indígenas sobre o total da população não indígena (1,9 filhos, em média, por mulher) (CRUZ et al., 2014). Pode-se pensar também, de modo geral, que nas áreas fora da Amazônia, com algumas exceções, os dados do IBGE seriam uma melhor referência uma vez que possivelmente há um melhor acesso às terras indígenas e um maior número de falantes da língua portuguesa, diferentemente da realidade encontrada nas terras dentro da Amazônia. Contudo, não cabe a esse trabalho desenvolver tais discussões, as quais mereceriam um olhar mais aprofundado de cada DSEI, cujas realidades são distintas.

4.2.2 Relação entre alguns aspectos históricos, socioeconômicos e culturais com a fecundidade indígena

Conforme já mencionado no decorrer deste estudo, busca-se, a partir dos resultados mostrados e de uma pesquisa bibliográfica, relacionar alguns fatores sócio-culturais e históricos com os níveis e padrões da fecundidade de vários dos povos indígenas aqui enfocados.

Muitos estudos têm abordado a relação entre aspectos culturais e a fecundidade dos povos indígenas no Brasil. Entre eles estão: Vitti (2015); Pagliaro

(2010); Azevedo (2009); Pagliaro; Mendonca e Baruzzi (2009); Santos; Flowers e Coimbra Jr. (2005); Azevedo (2003). Está bem consolidado na literatura que grupos indígenas que conhecem sua filiação étnica e vivenciam um conjunto de normas, valores e condutas específicas apresentam níveis elevados de fecundidade, se comparado com os não indígenas. Sem dúvida, a organização social dos mesmos é um fator de influência em seus regimes demográficos. Para os Suyá, do Parque Indígena do Xingu, por exemplo, as mulheres que possuem mais filhos têm mais autoridade e respeito perante a sociedade (PAGLIARO; MENDONCA; BARUZZI, 2009). Nesses estudos também foi encontrado elevado número de mulheres em uniões conjugais, um início da vida reprodutiva relativamente cedo, curtos intervalos de tempo entre os nascimentos, uso de ervas contraceptivas como forma de evitar nascimentos de crianças não-desejadas, entre outros.

Aliado a essa questão cultural de cada povo, pode-se dizer que a distância das TI's a núcleos urbanos também exerce influência nos níveis de fecundidade das mulheres indígenas. A título de exemplo, no DSEI Alto Rio Negro, as terras indígenas possuem comunidades distantes da cidade de São Gabriel da Cachoeira (município que mais atrai a população indígena daquela região), algo semelhante ao que ocorre no distrito Alto Rio Solimões. Neste último, a cidade da Tabatinga é um local de referência entre os indígenas que estão em busca de serviços como saúde e educação. Em ambas as localidades as viagens através dos rios são longas e, em alguns casos, as comunidades são de difícil acesso. Os níveis de fecundidade encontrados para esses distritos são altos, se comparados aos dos não indígenas da Região Norte – com 3,3 filhos por mulher (CRUZ et al., 2014). O mesmo ocorre com respeito às mulheres situadas no distrito Yanomami, tendo este uma das mais elevadas fecundidades encontradas para os distritos dentro da Amazônia em 2010.

Partindo-se desses achados, pode-se supor que povos que estão em áreas mais remotas tenham elevados níveis de fecundidade, diferentemente daqueles que estão mais próximos dos núcleos urbanos e, portanto, possuem maior tempo de contato com a sociedade envolvente. Tal hipótese ganha força quando analisamos a média dos distritos que estão fora da Amazônia cuja TFT estavam entre 3,4¹⁹ a 3,9²⁰ filhos por mulher em 2010, enquanto aqueles distritos da Região Amazônica apresentavam, na

¹⁹ Calculada a partir dos dados da SESAI.

²⁰ Calculada a partir dos dados do IBGE.

época, uma média entre 4,9²¹ a 5,3²² filhos. As diferenças entre as duas áreas ficam ainda mais evidentes quando se analisa a Taxa Bruta de Natalidade²³. Ainda que esta taxa apresente limitações quando utilizada como indicador de fecundidade, uma vez que sofre influência da estrutura etária da população em estudo, os resultados apresentaram 37,28 nascidos vivos para cada mil habitantes na Amazônia em 2010, enquanto nas demais regiões esse valor era de 23,28 nascidos vivos.

E ainda que essas diferenças estejam evidentes, entre os distritos fora da Amazônia há casos interessantes de alta fecundidade como o caso do distrito Mato Grosso Sul. Neste, segundo dados do IBGE, a maior parte das mulheres em idade reprodutiva se declararam como pertencendo à etnia Guarani (62%, mais especificamente). Os Guarani dessa região tiveram somente as aldeias ou aldeamentos demarcados impedindo, assim, a realização das roças, caça e coleta, o que, conseqüentemente, obriga as mulheres a trabalharem fora das TI (COLMAN, 2015). Apesar disso, esses povos, como visto aqui, apresentaram uma alta taxa de fecundidade, o que, segundo Colman (2015) pode fazer parte de uma política populacional destes povos visando a garantir a sobrevivência física e cultural dos mesmos.

Outro DSEI que também chama atenção pelo alto nível de fecundidade, considerando-se aqui os dados da SESAI, é o Interior Sul, o qual abrange parte dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rodríguez Wong; González de Morell e Carvalho (2009) já tinham demonstrado que para a Região Sul do país a fecundidade indígena de áreas rurais, tanto em 1991 quanto em 2000, estava em torno de 7 filhos por mulher.

Neste distrito, segundo dados do IBGE, 76% das mulheres em idade reprodutiva se declaram Kaingang, que pertence ao grupo étnico mais numeroso do Brasil Meridional, o *Jê* ou *Jê do sul*. Em uma pesquisa realizada com as mulheres kaingang da TI Faxinal, Paraná, grande parte das entrevistadas afirmaram ter 5 filhos ou mais em 2008 (SILVA et al., 2009), o que reforça os resultados encontrados aqui. É uma característica desse povo a presença de famílias extensas e um regime de regras matrimônios que, sem dúvida, tem impacto no número médio de filhos tidos por elas.

²¹ Calculada a partir dos dados do IBGE

²² Calculada a partir dos dados da SESAI

²³ A Taxa Bruta de Natalidade (TBN) é medida simples que descreve o impacto da fecundidade no crescimento da população. Seu cálculo é dado pelo quociente entre o número de crianças nascidas vivas durante um ano e a população total no meio do ano (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento dos principais indicadores com base nos dados censitários representa um insumo fundamental para o planejamento das ações de promoção à saúde das crianças e mulheres indígenas no país. Vimos nesse trabalho que a coleta e a análise dos dados demográficos para os povos indígenas vêm crescendo nos últimos anos, em parte, graças à maior visibilidade nos levantamentos oficiais.

Quando a análise trata da fecundidade desses povos, a grande parte dos estudos se dá a partir de uma pesquisa em povos específicos. Sem dúvida, esses trabalhos realizados por antropólogos e demógrafos são de grande contribuição para o entendimento da temática. Ainda assim faltam estudos que busquem estimar o comportamento da fecundidade a partir das fontes oficiais de modo a oferecer um panorama mais amplo da situação de cada povo/etnia. Isto ocorre porque, até o Censo de 2000, o quesito de *cor/raça* estava presente somente no questionário da amostra, dificultando análises mais aprofundadas sobre essas populações. O Censo de 2010 veio a incorporar quesitos que permitiram uma ampliação nas possibilidades de análise quanto aos diversos povos presentes no país.

Uma questão que se coloca é a evidente dificuldade em se ter um quadro fidedigno de indicadores clássicos da Demografia, como a TFT, para os povos indígenas. Os dados do IBGE têm um limite estatístico quando tratamos de populações indígenas, dado que essas populações, em sua maioria, são diminutas e necessitam de amostras maiores para garantir um mínimo de confiabilidade. Para contornar essas adversidades, buscamos unir métodos estatísticos e metodologia usual na Demografia que nos permitiram inferir sobre o número de filhos dessas mulheres. Utilizamos também informações de nascimentos fornecidas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde, como forma de validar os achados a partir dos dados censitários. Por outro lado, a comparação entre as duas fontes de dados mostrou ser promissora visto que em vários casos a SESAI tem problemas de cobertura e, assim, podem-se usar os dados do IBGE como uma alternativa para se conhecer a realidade demográfica desses povos.

Os resultados mostram uma fecundidade com níveis elevados, se comparados com os dos não indígenas, para todos os distritos, com diferenças significativas entre aqueles distritos que estão situados na Amazônia e os das demais regiões do país. Acredita-se que as altas fecundidades encontradas em alguns distritos

na Amazônia estejam relacionadas a questões culturais de cada povo, como também pelas distâncias das comunidades indígenas dos centros urbanos, diferentemente do que ocorre com os distritos situados fora da Amazônia, que tiveram (e têm) um maior contato com a sociedade envolvente.

Entre os distritos situados fora da Amazônia há algumas exceções que chamam atenção pelo elevado número de filhos das mulheres, mais especificamente os DSEI Mato Grosso do Sul e Interior Sul. Entre elas incluem-se os Guarani e os Kaingang, respectivamente, os quais, mesmo ocupando pequenos territórios e com um contato permanente com os não indígenas, continuam praticando seus modos de vida, o que se reflete no número médio de filhos das famílias locais.

O propósito deste trabalho, portanto, foi estimar a fecundidade das mulheres indígenas e, então, relacioná-la com alguns fatores históricos e culturais dos diferentes povos no Brasil. Contudo, ao longo do processo de elaboração do mesmo, outros questionamentos surgiram, tais como: Quais parâmetros de fecundidade são confiáveis para os povos indígenas? Com o Censo de 2010 seria possível encontrar melhores estimativas de fecundidade em áreas situadas fora da Amazônia? Em quais polos-base há um melhor registro de nascimentos? Há diferenças significativas da fecundidade dentro de cada DSEI? Tais questionamentos ficam registrados como contribuição para próximas pesquisas, tendo em vista que o tema da fecundidade indígena é muito amplo e ainda há muito a se conhecer.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sonia; BIANCHINI, Zélia Magalhães. **Sigilo das informações individuais no Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012.

ALBIERI, Sonia; PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; BRITO, José André de Moura. População autodeclarada indígena: uma avaliação da precisão das estimativas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.

ALCARAZ LÓPEZ, Gloria Margarita. **A fecundidade entre os Guarani: um legado de Kunhankarai**. 2000. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

ALKIMIN, Eloisa; BECKER, Juliana; PAGLIARO, H. Níveis e tendências da fecundidade das mulheres Juruna (Yudjá) entre 1970 e 2004, Parque Indígena do Xingu, Brasil Central. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – UNIFESP/EPM, 13., 2005, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, 2005.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 306f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1994.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. O que o censo de 2020 pode revelar sobre os povos indígenas no Brasil? In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (org.). **Povos indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2017.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral; SCHMERTMANN, Carl P.; POTTER, Joseph E. Cultural determinants of indigenous fertility in Brazil: a bayesian analysis of the 2010 Census. In: UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION – IUSSP, 28., 2017, South Africa. **Anais...** França: IUSSP, 2017.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral; SIMONI, Alessandra Traldi; CRUZ, Anna Karoline Rocha. **O que o Censo de 2020 pode revelar sobre os Povos Indígenas no Brasil?** In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (org.). **Povos indígenas no Brasil 2011/2016**. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2017. p. 53-57.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (org.). **Povos Indígenas no Brasil 2006/2010**. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2011. p. 45-48.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Saúde reprodutiva e mulheres indígenas do Alto Rio Negro. **Cadernos CRH**, Salvador, BA, v. 22, n. 57, p. 463-477, 2009.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. **Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução**. 2003. 288f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Censos demográficos e “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: RICARDO, C. A. (ed.). **Povos Indígenas no Brasil 1996/2000**. São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2000. p. 79-83.

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Fonte de dados sobre as populações indígenas brasileiras da Amazônia. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, PE, v. 13, n. 1, p. 163-177, 1997.

BERNARDI, Laura; HUTTER, Inge. The anthropological demography of Europe. **Demographic Research**, Germany, v. 17, n. 18, p. 541-566, 2007.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

BIBIANI, Caio. **Mudanças demográficas nas terras indígenas Xavante de Pimentel Barbosa e Wedezé**. 2018. 75f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.

BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889 – 1930)**. Brasília, DF: CGDOC/Funai, 2003.

BIXBY, Luis Rosero; CASTERLINE, John B. Difusión por interacción social y transición de la fecundidad: evidencia cuantitativa y cualitativa de Costa Rica. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 61, p. 29-78, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de Dados SESAI/SIASI**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de Dados SESAI/SIASI**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Banco de Dados SESAI/SIASI**. Brasília, DF, 2010.

BRASS, William et al. **The demography of Tropical Africa**. Princeton: Princeton University Press, 1968. p. 140-142.

BUCHALLA, Telma Tayota; PAGLIARO, Heloisa. Comportamento demográfico e de saúde dos povos indígenas do Pólo Base Bauru, DSEI Interior Sul, Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2010.

BUENO, Maria do Carmo Dias; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. A geografia do censo no Brasil: potencialidades e limitações na execução de análises espaciais. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 19, n. 39, p. 16-28, 2017.

CALDWELL, John (org.). **Population growth and socioeconomic change in west Africa**. New York, NY: Columbia University Press, 1975.

CALDAS, Aline Diniz Rodrigues et al. Mortalidade infantil de indígenas no Brasil: A contribuição do Censo Demográfico de 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

CAMPOS, Marden Barbosa et al. Diferenciais de mortalidade entre indígenas e não indígenas no Brasil com base no Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 5, p. 1-6, 2017.

CAMPOS, Marden Barbosa; ESTANISLAU, Bárbara Roberto. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 2, p. 441-449, 2016.

CARRETO, Enrique Serrano; HAM, Patricia Fernández. La fecundidade de las poblaciones indígenas de México. In: LARTIGUE, F.; QUESNEL, A. (org.). **Las dinámicas de la población indígena**: cuestiones y debates actuales en México. México, DF: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social e Institut de Recherche Pour le Développement, 2003.

CARVALHO, José Alberto Magno; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo, SP: ABEP, 1998.

CARVALHO, José Alberto Magno. **Aplicabilidade da Técnica de Brass à fecundidade declinante ou a uma população aberta**. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, 1985.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História (São Paulo)**, Franca, SP, v. 35, p. 1-22, 2016.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Los pueblos indígenas en América Latina**: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. Santiago de Chile, Chile, 2014.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Mujeres indígenas en América Latina**: dinámicas demográficas y sociales en el marco de los derechos humanos. Santiago de Chile, Chile, 2013.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico**: hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina. Santiago de Chile, Chile, 2009.

CHACKIEL, Juan. La transición de la fecundidad en América Latina 1950 – 2000. **Papeles de Población**, México, DF, v. 10, n. 41, p. 9-58, 2004.

COIMBRA JR., Carlos E. A.; GARNELO, Luiza. **Questões de saúde reprodutiva da mulher indígena no Brasil**. Porto Velho, RO: Universidade Federal de Rondônia, 2003. (Documento de Trabalho, n. 7).

COLMAN, Rosa Sebastian. **Guarani retã e mobilidade espacial guaraní**: belas caminhadas e procesos de expulsão no território guarani. 2015. 212f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

CRUZ, Anna Karoline Rocha. **Um olhar sobre o tamanho da prole das mulheres indígenas à luz do capital cultural e econômico, Brasil, 2010**. 2015. 72f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2015.

CRUZ, Anna Karoline Rocha et al. Fecundidade das mulheres indígenas e não indígenas: uma análise com base nas informações do Censo 2010. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú, 2014. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998.

DAVIS, Kingsley; BLAKE, Judith. Social structure and fertility an analytic framework. **Economic development and Cultura Change**, Chicago, v. 4, n. 3, p. 211-235, 1956.

- DE BEER, Joop. A new relational method for smoothing and projecting age-specific fertility rates: TOPALS. **Demographic Research**, Germany, v. 24, n. 18, p. 409-454, 2011.
- DEL POPOLO, Fabina; SCHKOLNIK, Susana. Pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda de América Latina: avances y desafíos en el derecho a la información. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 97, p. 205-248, 2013.
- EARLY, John D.; PETERS, John F. **The population dynamics of the Mucajai Yanomama**. New York, NY: Academic Press, 1990.
- EILERS, Paul H. C.; MARX, Brian D. Flexible smoothing with B-splines and penalties. **Statistical Science**, US, v. 11, n. 2, p. 89-121, 1996.
- FERRÃO, Maria Eugénia. **Introdução aos modelos de regressão multinível em educação**. Campinas, SP: Komedi, 2003.
- FLOWERS, Nancy M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A. (org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 1994. p. 213-242.
- FORTES, Meyer. A demography field study in Ashanti. In: LORIMES, F. (org.). **Culture and Human fertility**. New York, NY: Greenwood Press, 1958. p. 253-339.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 119-149.
- GARNELO, Luiza. Política de saúde indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, L.; PONTES, A. L. (org.). **Saúde indígena: uma introdução ao tema**. Brasília, DF: MEC-SECADI, 2012.
- GOLDSTEIN, H. **Multilevel statistical models**. London: Edward Arnold, 1995.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo, SP: Contexto, 2012.
- GOMES, Mércio Pereira. Por que sou rondoniano. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 23, n. 65, p. 173-191, 2009.
- GONZALEZ SANTOS, Alejandro. **El comportamiento de la fecundidad indígena en el estado de Puebla**. México, DF: Universidad Iberoamericana; Fondo de las Naciones Unidas para Actividades em Matéria de Poblacion, 1988.
- HAMMEL, E. A. A theory of culture for demography. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 16, n. 3, p. 455-485, 1990.
- HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005.
- IBGE. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico de 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, RJ, 2012a.
- IBGE. **Características gerais dos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro, RJ, 2012b.

IBGE. **Manual do recenseador CD-1.09**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras indígenas no Brasil**. São Paulo, SP, s.d. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>. Acesso em: 01 mar. 2020.

JUNQUEIRA, Carmen; CAMARGO, Cândido P. F.; PAGLIARO, Heloísa. Reflexões acerca do mundo cultural e do comportamento reprodutivo dos Kamaiurá ontem e hoje. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz; Belo Horizonte, MG: ABEP, 2005. (Coleção saúde dos Povos Indígenas).

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena: uma introdução**. São Paulo, SP: EDUC, 1991.

KERTZER, David I.; FRICKE, Tom. Toward an anthropological demography. In: KERTZER, D. I.; FRICKE, T. (org.). **Anthropological demography: toward a new synthesis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

KNODEL, John; VAN DE WALLE, Etienne. Lessons from the past: policy implication of historical fertility studies. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 5, n. 2, p. 217-245, 1979.

KOHLER, Hans-Peter; BILLARI, Francesco C.; ORTEGA, José Antonio. Low fertility in Europe: causes, implications and policy options. In: HARRIS, F. R. (org.). **The baby bust: who will do the work? Who will pay the taxes?** Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

LESTHAEGHE, Ron. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 36, n. 2, p. 211-251, 2010.

LIMA, Everton E. Campos et al. Methods to estimate mortality curves in small areas: an application to municipality data in Brazil. In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, 2016, Washington, DC. **Anais...** Alexandria: PAA, 2016.

LIVI BACCI, Massimo. **Conquista: a destruição dos índios americanos**. Lisboa: Edições 70, 2008.

LORIMER, Frank. **Culture and human fertility**. França: UNESCO, 1954.

MARINHO, Gerson Luiz; SANTOS, Ricardo Ventura. Indígenas no censo demográfico 2010 uma análise do quesito “Se considera”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 7., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

MEIRELES, Denise Maldi. Sugestões para uma análise comparativa da fecundidade em populações indígenas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 5, n. 1, p. 1-20, 1988.

MELATTI, Julio César. **Índios do Brasil**. 7. ed. São Paulo, SP: Hucitec; Brasília, DF: Editora da UnB, 1993.

MOULTRIE, Tom A. The el-badry correction. In: MOULTRIE, T. A. et al. (ed.). **Tools for demographic estimation**. Paris: IUSSP, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Manual X: técnicas indirectas de estimación demográfica**. New York, NY, 1986.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **The role of diffusion processes in fertility change in developing countries:** report of a workshop. Washington DC: Committee on Population, National Research Council, 1999.

NOBLES, Melissa. Racial categorization and censuses. IN: KERTZER, D. I.; AREL, D. **Census and identity:** the politics of race, ethnicity, and language in national censuses. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

NOTESTEIN, Frank W. **Population the long view.** In: SCHULTZ, E. (ed.). **Food for the world.** Chicago: University of Chicago Press, 1945. p. 36-56.

OLIVEIRA, João Pacheco. Três teses equivocadas sobre o indigenismo (em especial sobre os índios do Nordeste). In: ESPÍRITO SANTO, M. A. (org.). **Política indigenista:** leste e nordeste brasileiros. Brasília, DF: FUNAI/DEDOC, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In: OLIVEIRA, J. P. (org.). **Os poderes e as terras dos índios.** Rio de Janeiro, RJ: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1989.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva:** urbanização das amazonas. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1994.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Reprodução: união dos sexos e família. In: CLACSO. **Reprodução de lapoblación y desarrollo.** Buenos Aires, Argentina, 1982. (Série Población, v. 2).

OLIVEIRA, Priscila da Costa; MACÊDO, Amanda Machado; CARVALHO, Águido Akell Santos. Mulheres indígenas em Tabatinga (AM): uma análise comparativa entre as residentes na Terra Indígena Tukuna Umariçu e as residentes na área urbana do município. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Brasília, DF, 2011.

PAGLIARO, Heloísa. A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabí do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. **Caderno Saúde Pública,** Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 3, p. 579-590, 2010.

PAGLIARO, Heloísa; MENDONÇA, Sofia; BARUZZI, Roberto. Fecundidade e saúde reprodutiva das mulheres suyá (kisêdjê): aspectos demográficos e culturais. **Cadernos CRH,** Salvador, BA, v. 22, n. 57, p. 479-499, 2009.

PAGLIARO, Heloísa et al. Fecundidade e saúde reprodutiva das mulheres Suyá (Kisêdje, Parque Indígena do Xingu, Brasil Central (1970-2007)). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

PAGLIARO, Heloísa; JUNQUEIRA, Carmen. Recuperação populacional e fecundidade dos kamaiurá, povo tupi do Alto Xingu, Brasil Central, 1970-2003. **Saúde e Sociedade,** São Paulo, SP, v. 16, n. 2, p. 37-47, 2007.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (org.). **Demografia dos povos indígenas no**

Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz; Belo Horizonte, MG: ABEP, 2005. (Coleção Saúde dos Povos Indígenas).

PAGLIARO, Heloísa. **Revolução demográfica dos indígenas Kaiabi, parque do Xingu.** 2002. 194f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 2, p. 441-449, 2016.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; MAIA FILHO, Rodolfo; SÁ, Maurício. Avaliação das variáveis sexo e idade nas informações censitárias da população indígena. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. Como tratar os dados da amostra do Censo Demográfico 2000 na obtenção de estimativas para os “indígenas”? Um estudo a partir das Terras Indígenas Xavante, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 2, p. 183-195, 2009.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; AZEVEDO, Marta Maria. Os povos indígenas e os censos do IBGE: uma experiência brasileira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO – ALAP, 1., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Argentina: ALAP, 2004.

PEYSER, Alexia; CHACKIEL, Juan. La identificación de poblaciones indígenas en los censos de América Latina. In: CEPAL/CELADE. **América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000.** Santiago de Chile, Chile, 1999. (Seminario Censos 2000: diseño conceptual y temas a investigar en América Latina).

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira.** Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RODRÍGUEZ WONG, Laura L. Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 2, p. 399-421, 2016.

RODRÍGUEZ WONG, Laura L.; GONZÁLEZ DE MORELL, Maria Graciela; CARVALHO, Regiane Lucinda. Notas sobre o comportamento reprodutivo da população autodeclarada indígena – Censos Demográficos 1991 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 1, p. 61-75, 2009.

SANTOS, Ricardo Ventura et al. Parity of indigenous and non-indigenous women in Brazil: does the reported number of children born depend upon who answers national census questions? **Plos One**, California, v. 10, n. 4, 2015.

SANTOS, Ricardo Ventura; TEIXEIRA, Pery. O “indígena” que emerge do censo demográfico de 2010. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 6, p. 1049, 2011.

SANTOS, Ricardo Ventura; FLOWERS, Nancy M.; COIMBRA JR., Carlos E. A. Demografia, epidemias e organização social: os Xavante de Pimentel Barbosa

(Etéñitépa), Mato Grosso. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2005. p. 59-78.

SCHÖDER, Peter. **Economia Indígena**: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife, PE: Editora Universitária UFPE, 2003.

SILVA, Edimaria Patrícia et al. Exploração de fatores de risco para câncer de mama em mulheres de etnia Kaingáng, terra indígena faxinal, Paraná, Brasil, 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 7, p. 1493-1500, 2009.

SILVA, Edson. “Nossa mãe Tamain”. Religião, reelaboração cultural e resistência indígena: o caso dos Xukuru do Ororubá (PE). In: BRANDÃO, S. (org.). **História das religiões no Brasil**. Recife, PE: Editora Universitária UFPE, v. 2, 2002. p. 347-362.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **A transição da fecundidade no Brasil**: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas. São Paulo, SP: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

SOUSA, Maria da Conceição; SCATENA, João Henrique G.; SANTOS, Ricardo Ventura. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 23, n. 4, p. 853-861, 2007.

SOUZA, Luciene Guimarães. **Demografia e saúde dos índios Xavante do Brasil Central**. 2008. 137f. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SOUZA, Luciene Guimarães; SANTOS, Ricardo Ventura. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 2, p. 355-365, 2001.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva. **As Fronteiras do Ser Xukuru**: estratégias e conflitos de um grupo indígena no nordeste. 1992. 209f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 1992.

TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília. Características demográficas dos povos indígenas residentes na cidade de tabatinga (am) e em uma terra indígena próxima. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2018.

TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília; SILVA, Eliana Mesquista. Demografia de um povo indígena da Amazônia brasileira: os Sateré-Mawé. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 28, n. 2, p. 429-448, 2011.

TEIXEIRA, Pery; SANTOS, Ricardo Ventura. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, 2011.

VALVERDE, Lourdes Camargo; ARRIAGA, Alfonso Sandoval. Antropologia física y demografía. **Revista Cuicuilco**, México, DF, 1991.

VITTI, Vaneska Taciana. **Fecundidade e saúde reprodutiva do povo Kamairuá**. 2015. 239f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

WEIS, Bruno et al. **Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos.** São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Saída da regressão hierárquica de Poisson aplicada no Software R

Variáveis utilizadas:

Co – Número de filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses por faixa etária da mãe.
 M – número de mulheres residentes em terra indígena por faixa etária ou pessoas-ano.
 Idade – Faixa etária de 10 a 49 anos
 UF – Unidade da federação
 DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena.
 PFLingua – Percentual de pessoas residentes em TI que falam pelo menos 1 língua indígena; informação por município.
 PMAlfabet – Percentual de mulheres residentes em TI na faixa etária de 10 a 49 anos que são alfabetizadas.

Call:

```
hglm2.formula(meanmodel = Co ~ offset(log(M)) + factor(Idade) +
  (1 | UF) + (1 | DSEI) + PFLingua + PMAlfabet, data = D, family = poisson())
```

```
-----
MEAN MODEL
-----
```

Summary of the fixed effects estimates:

	Estimate	Std. Error	t-value	Pr(> t)
(Intercept)	-0.2421	0.2540	-0.953	0.34060
factor(Idade)15	2.0394	0.1519	13.430	< 2e-16 ***
factor(Idade)20	2.2012	0.1505	14.623	< 2e-16 ***
factor(Idade)25	1.9442	0.1528	12.727	< 2e-16 ***
factor(Idade)30	1.5082	0.1579	9.552	< 2e-16 ***
factor(Idade)35	0.8781	0.1702	5.160	2.63e-07 ***
factor(Idade)40	-0.0592	0.2051	-0.289	0.77281
factor(Idade)45	-1.3558	0.3181	-4.262	2.09e-05 ***
PFLingua	0.3019	0.0969	3.116	0.00185 **
PMAlfabet	0.8827	0.4995	1.767	0.07732 .

 Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Note: P-values are based on 2891 degrees of freedom

Call:

```
hglm2.formula(meanmodel = Co ~ offset(log(M)) + factor(Idade) +
  (1 | UF) + (1 | DSEI) + PFLingua + PMAlfabet, data = D, family = poisson())
```

 MEAN MODEL

Summary of the fixed effects estimates:

	Estimate	Std. Error	t-value	Pr(> t)
(Intercept)	-0.2421	0.2540	-0.953	0.34060
factor(Idade)15	2.0394	0.1519	13.430	< 2e-16 ***
factor(Idade)20	2.2012	0.1505	14.623	< 2e-16 ***
factor(Idade)25	1.9442	0.1528	12.727	< 2e-16 ***
factor(Idade)30	1.5082	0.1579	9.552	< 2e-16 ***
factor(Idade)35	0.8781	0.1702	5.160	2.63e-07 ***
factor(Idade)40	-0.0592	0.2051	-0.289	0.77281
factor(Idade)45	-1.3558	0.3181	-4.262	2.09e-05 ***
PFLingua	0.3019	0.0969	3.116	0.00185 **
PMAlfabet	0.8827	0.4995	1.767	0.07732 .

 Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Note: P-values are based on 2891 degrees of freedom

Summary of the random effects estimates:

	Estimate	Std. Error
(Intercept) UF:AC	0.2562	0.2961
(Intercept) UF:AL	-0.0288	0.3792
(Intercept) UF:AM	0.8408	0.1960

...

NOTE: to show all the random effects, use `print(summary(hglm.object), print.ranef = TRUE)`.

Summary of the random effects estimates:

	Estimate	Std. Error
(Intercept) DSEI:Alagoas e Sergipe	-0.3881	0.3913
(Intercept) DSEI:Altamira	-0.4501	0.3008
(Intercept) DSEI:Alto Rio Jurua	0.0647	0.3134

...

NOTE: to show all the random effects, use `print(summary(hglm.object), print.ranef = TRUE)`.

 DISPERSION MODEL

NOTE: h-likelihood estimates through EQL can be biased.

Dispersion parameter for the mean model:

[1] 9.452278

Model estimates for the dispersion term:

Link = log

Effects:

Estimate Std. Error

2.2463 0.0263

Dispersion = 1 is used in Gamma model on deviances to calculate the standard error(s).

Dispersion parameter for the random effects:

[1] 0.2549 0.3901

Dispersion model for the random effects:

Link = log

Effects:

.|Random1

Estimate Std. Error

-1.3668 0.3879

.|Random2

Estimate Std. Error

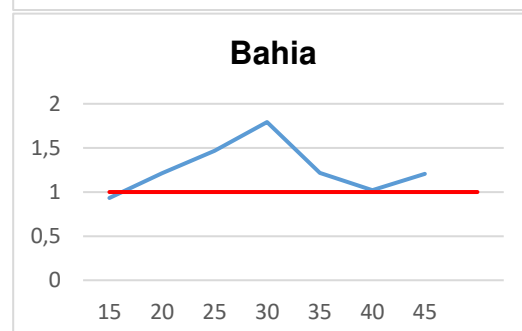
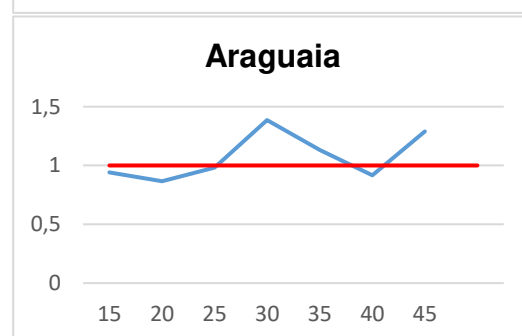
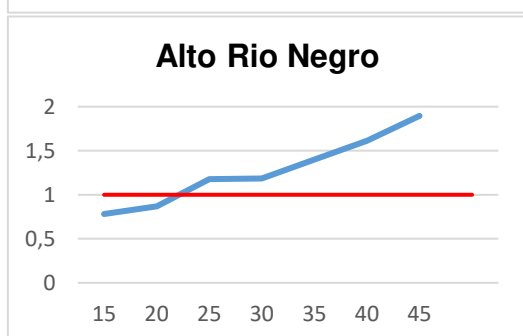
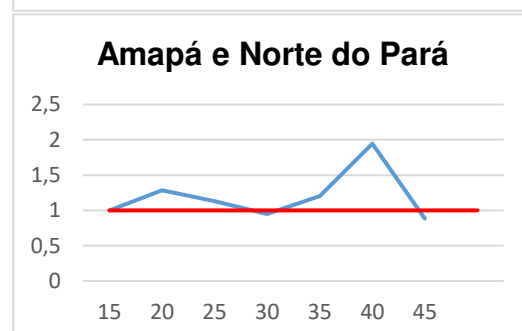
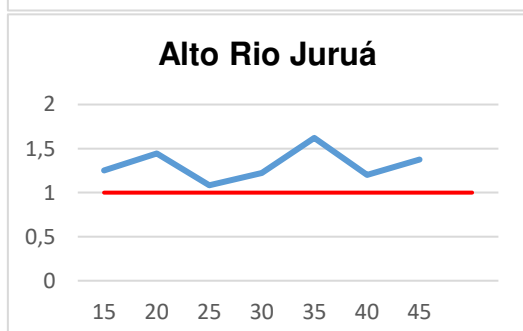
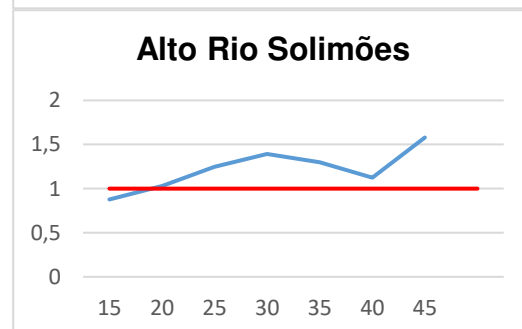
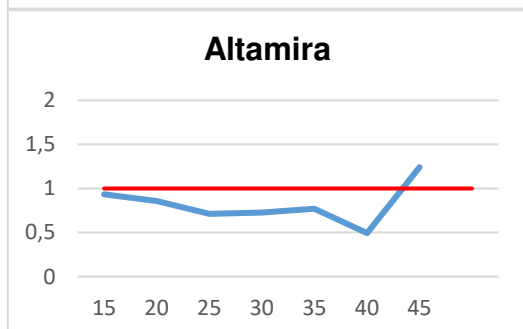
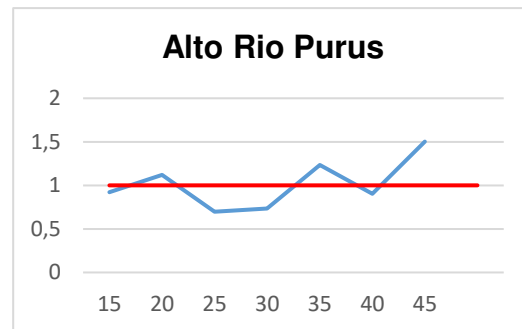
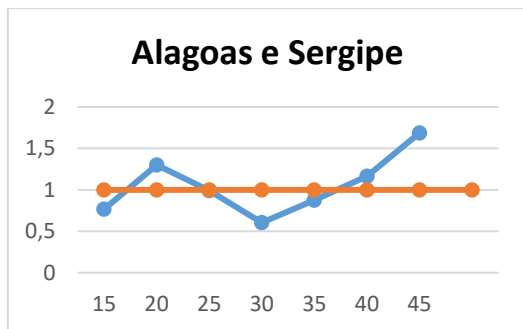
-0.9413 0.2769

Dispersion = 1 is used in Gamma model on deviances to calculate the standard error(s).

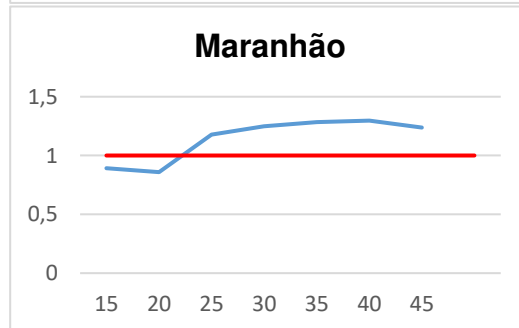
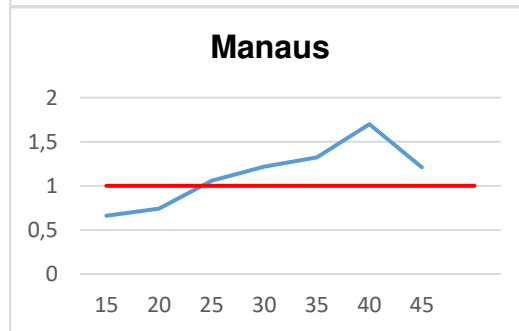
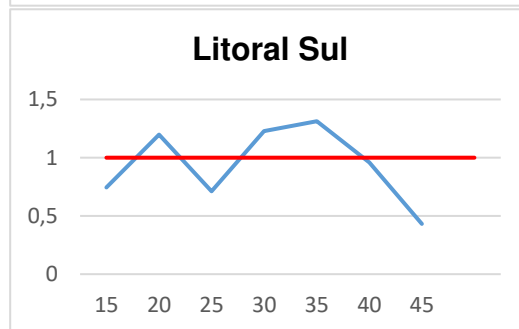
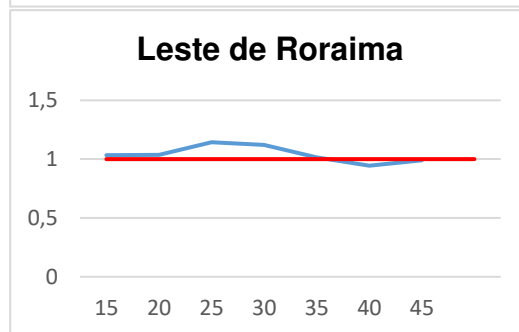
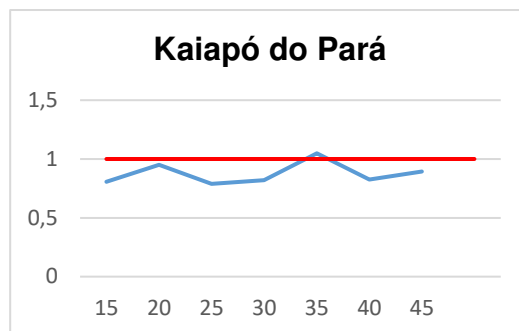
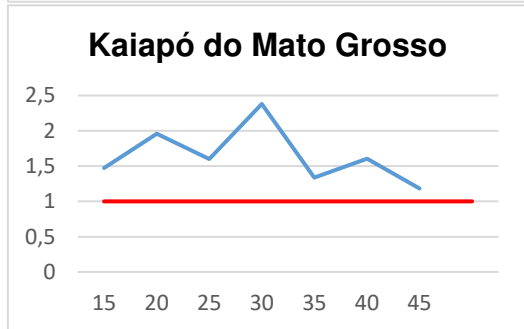
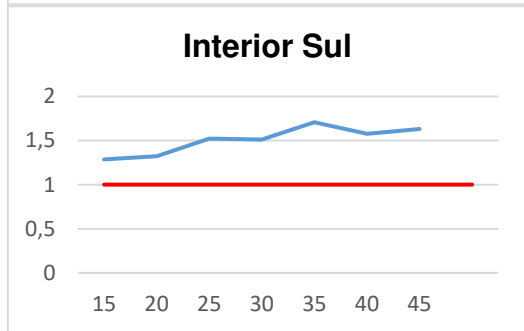
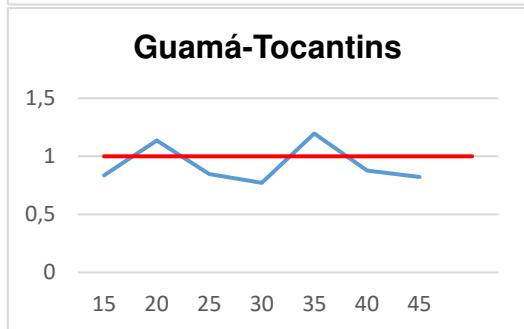
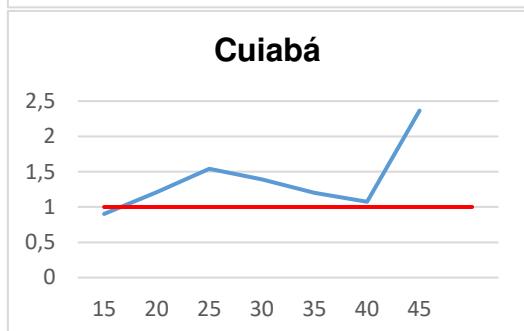
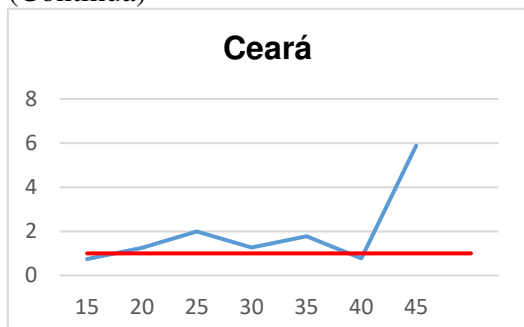
EQL estimation converged in 7 iterations.

!! Observation 289 is too influential! Estimates are likely unreliable !!

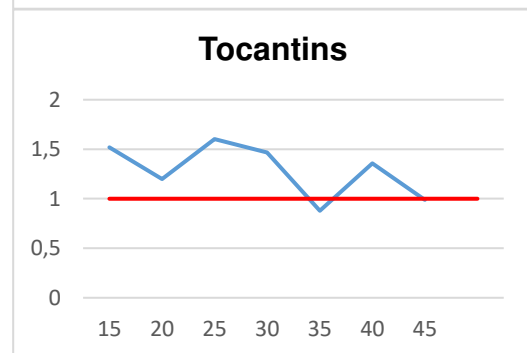
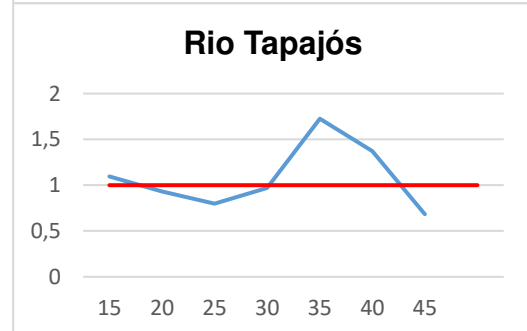
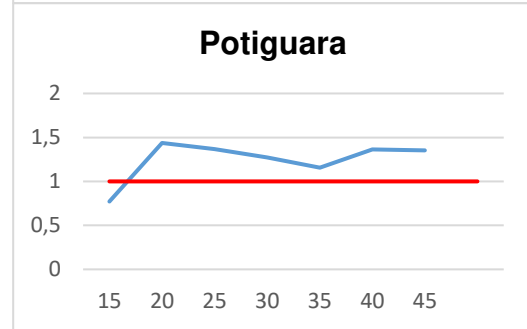
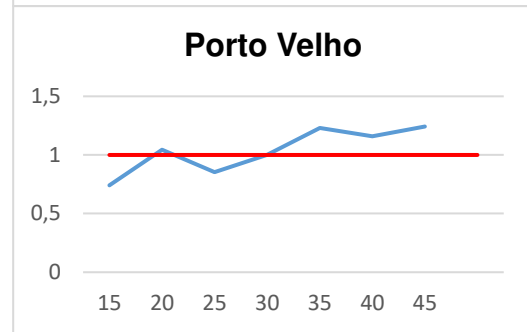
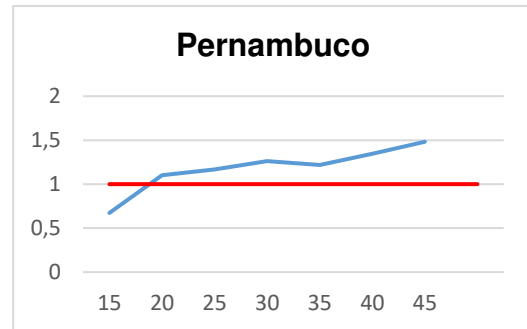
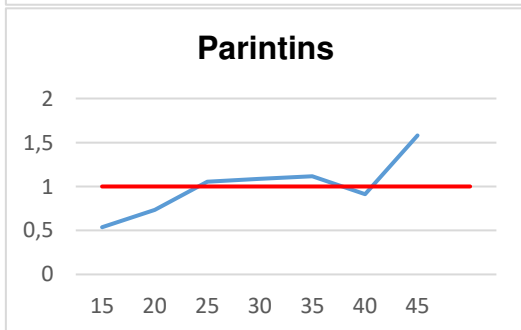
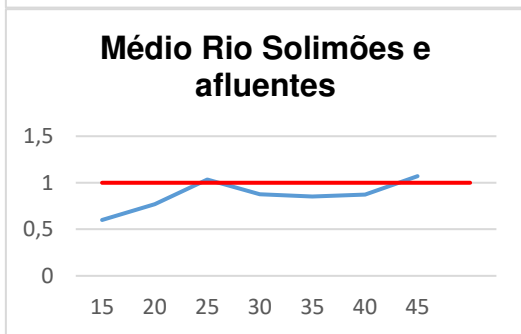
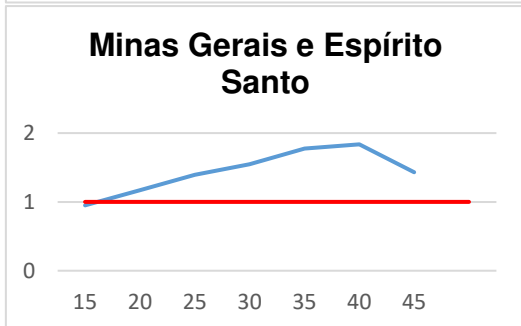
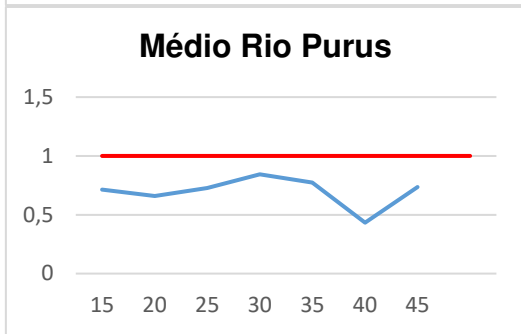
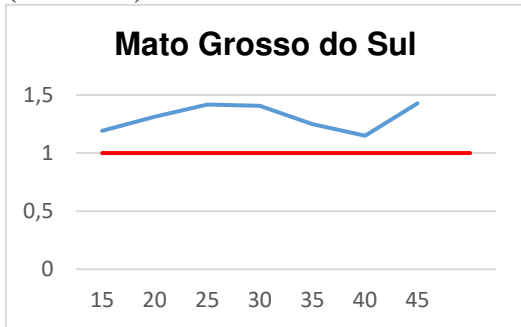
APÊNDICE B – Série P/F segundo DSEI – 2010



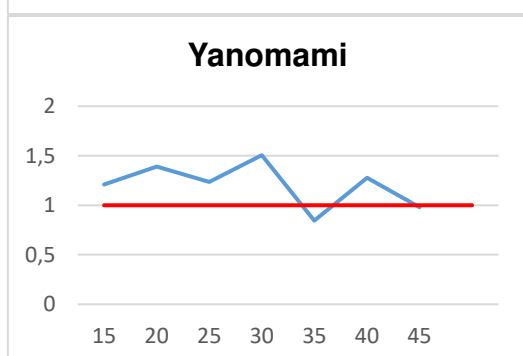
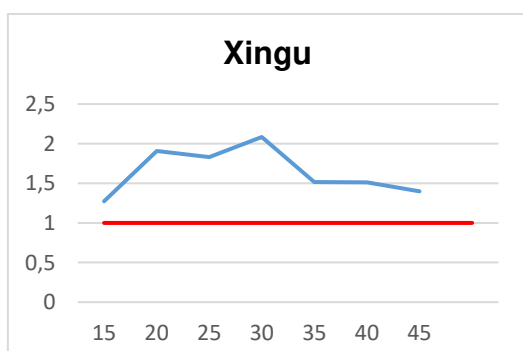
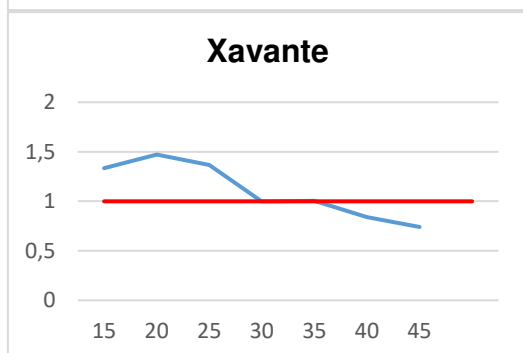
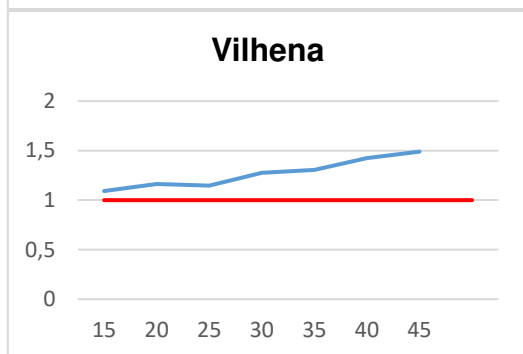
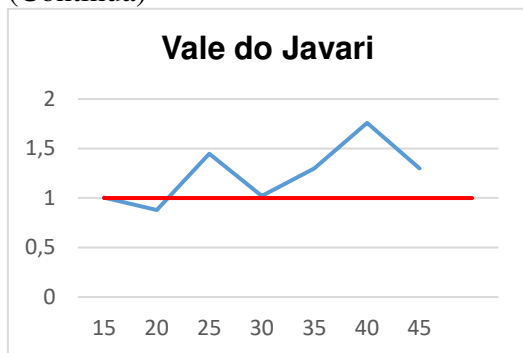
(Continua)



(Continua)



(Continua)



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

APÊNDICE C – Mulheres em terras indígenas segundo o povo/etnia declarado no Censo de 2010

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
Alagoas e Sergipe	Kariri - Xocó	481	23,6
	Wassú	388	19,1
	Sem declaração	363	17,8
	Xucuru - Kariri	284	14,0
	Jeripancó	182	8,9
	Xocó	100	4,9
	Karapotó	93	4,6
	Tingui-Botó	57	2,8
	Não aplicável	49	2,4
	Aconã/ Tupinambá	19	0,9
	Não Sabem/ Mal definidas	18	0,9
TOTAL		2.034	100,0
Altamira	Sem declaração	417	44,2
	Parakanã	170	18,0
	Kayapó	159	16,8
	Arara do Pará	95	10,1
	Não aplicável	80	8,5
	Yudjá	15	1,6
	Anambé /Arara de Rondônia/ Kuruáya/ Xipáya	8	0,8
TOTAL		944	100
Alto Rio Juruá	Kaxinawá	1.136	44,8
	Yamináwa	196	7,7

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Sem declaração	184	7,3
	Ashaninka	158	6,2
	Poyanáwa	153	6,0
	Shanenáwa	148	5,8
	Katukina	139	5,5
	Arara do Acre	112	4,4
	Nukiní	112	4,4
	Kulina Madijá	53	2,1
	Kulina Páno	52	2,1
	Apolima - Arara	47	1,9
	Jeripancó / Katukina do Acre/ Kaxuyana/ Nawa	25	1,0
	Não aplicável	16	0,6
	Não determinadas	2	0,1
	TOTAL	2.533	100
Alto Rio Negro	Yanomámi	1.868	24,4
	Baniwa	1.096	14,3
	Baré	747	9,7
	Tukano	734	9,6
	Sem declaração	515	6,7
	Hupda	404	5,3
	Desána	375	4,9
	Tariana	356	4,6
	Kuripako	283	3,7
	Piratapuya	180	2,3
	Warekena	161	2,1

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Tuyúca	156	2,0
	Nadëb	140	1,8
	Makúna	116	1,5
	Makú	102	1,3
	Kubeo	92	1,2
	Wanana	91	1,2
	Não aplicável/Não determinadas	71	0,9
	Arapáso	57	0,7
	Barasána/ Kaixana/ Kanamarí/ Karapanã/ Katuena/ Kujubim/ Siriano/ Tapuia/ Yudjá	40	0,5
	Tikúna	28	0,4
	Dâw	27	0,4
	Mirititapuia	15	0,2
	Mal definidas	10	0,1
	TOTAL		7.664
Alto Rio Purus	Apurinã	502	30,6
	Kaxinawá	387	23,6
	Sem declaração	228	13,9
	Kulina Madijá	224	13,6
	Manchineri	139	8,5
	Yamináwa	86	5,2
	Não aplicável	37	2,3
	Jamamadí/ Kanamarí	40	2,4
TOTAL		1.643	100
Alto Rio	Tikúna	10.817	76,1

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
Solimões	Não sabem/ Sem declaração	1.446	10,2
	Kokama	1.040	7,3
	Não aplicável	436	3,1
	Kanamari	283	2,0
	Kaixana	174	1,2
	Atikum/ Matsés/ Tariana/ Tukano/ Witoto	8	0,1
	Não determinadas	4	0,0
TOTAL		14.208	100
Amapá e Norte do Pará	Karipuna	613	29,0
	Galibí Marwórnó	492	23,3
	Palikur	341	16,1
	Waiápy	244	11,5
	Apalaí	100	4,7
	Wayana	86	4,1
	Tiriyó	78	3,7
	Zo'é	70	3,3
	Sem declaração	53	2,5
	Kaxuyana	24	1,1
	Galibi do Oiapoque/ Tenetehara	13	0,6
TOTAL		2.114	100
Araguaia	Karajá	728	39,3
	Javaé	345	18,6
	Tapirapé	295	15,9
	Sem declaração	271	14,6
	Não aplicável	82	4,4

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Guarani Mbya	61	3,3
	Tapuia	45	2,4
	Ava-Canoeiro/ Kanela/ Krenák/ Tuxá/ Xavante/ Xerente	24	1,3
TOTAL		1.851	100
Bahia	Pataxó	2015	37,3
	Não Sabem/ Sem declaração	1180	21,8
	Pataxo Há-Há-Há	694	12,8
	Kiriri	657	12,1
	Não aplicável	254	4,7
	Kaimbé	187	3,5
	Pankararé	168	3,1
	Tuxá	118	2,2
	Kantaruré	73	1,3
	Ava-Canoeiro/ Baenã/ Botocudo/ Fulmi-ô/ Guarani Nhandeva/ Kariri/ Maxakali/ Pankararú/ Pankaru/ Tupiniquim/ Xucuru - Kariri/ Xucuru	32	0,6
	Tupinambá	29	0,5
	Mal definidas	1	0,0
TOTAL		5.408	100
Ceará	Pitaguari	623	59,6
	Sem declaração	265	25,3
	Tremembé/ Tapeba	121	11,6
	Não aplicável	37	3,5
TOTAL		1.046	100
Cuiabá	Não Sabem/ Sem declaração	580	27,0

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Paresí	440	20,5
	Bororo	351	16,3
	Xavante	249	11,6
	Bakairí	218	10,2
	Umutina	118	5,5
	Não aplicável	66	3,1
	Chiquitano	65	3,0
	Nambikwára	35	1,6
	Arara do Pará/ Irántxe/ Rikbaktsa/ Terena	25	1,2
TOTAL		2.147	100
Guamá- Tocantins	Não Sabem/ Sem declaração	1265	45,0
	Tembé	373	13,3
	Kayapó	291	10,4
	Não aplicável	170	6,0
	Gavião Krikatejê/ Gavião Parkatejê/ Gavião Pukobiê	169	6,0
	Suruí do Pará	102	3,6
	Asurini do Tocantins	101	3,6
	Amanayé/ Bororo/ Kaingang/ Kanindé/ Karajá/ Kuruáya/ Mundurukú/ Tapajós/ Tenetehara/ Timbira/ Xambioá/ Xerente	98	3,5
	Sarare	67	2,4
	Ka'apor	57	2,0
	Parakanã	42	1,5
	Anambé	41	1,5
	Guarani Kaiowá/ Guarani Mbya/ Guarani Nhandeva	34	1,2

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Mal definidas	1	0,0
TOTAL		2.811	100
Interior Sul	Kaingang	9867	76,2
	Não Sabem/ Sem declaração	1375	10,6
	Guaraní	952	7,4
	Xoklém	334	2,6
	Não aplicável	231	1,8
	Terena	144	1,1
	Krenák	23	0,2
	Atikum/ Guajá/ Kaimbé/ Kuruáya/ Xetá	15	0,1
	Mal definidas	1	0,0
TOTAL		12.942	100
Kaiapó do Mato Grosso	Kayapó	665	38,0
	Sem declaração	357	20,4
	Araweté	116	6,6
	Panará	116	6,6
	Kaiabi	102	5,8
	Rikbaktsa	96	5,5
	Asurini do Xingu/ Aweti/ Guarani Kaiowá/ Mundurukú	70	4,0
	Apiaká	56	3,2
	Não aplicável	33	1,9
	Arara do Pará	29	1,7
	Kuruáya	29	1,7
	Tapayuna	21	1,2
	Terena	21	1,2

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Xipáya	19	1,1
	Trumái	18	1,0
TOTAL		1.748	100
Kaiapó do Pará	Sem declaração	1199	46,2
	Kayapó	1138	43,9
	Não aplicável	258	9,9
TOTAL		2.595	100
Leste de Roraima	Makuxí	5610	53,8
	Wapixana	1857	17,8
	Não Sabem/ Sem declaração	1377	13,2
	Sanumá	554	5,3
	Ingarikó	345	3,3
	Taulipáng	173	1,7
	Wai Wai	163	1,6
	Ye'kuana	114	1,1
	Ninám	103	1,0
	Arikapú/ Baré/ Kahyana/ Kapon Patamóna/ Katuena/ Mawayána/ Sateré-Mawé/ Tukano/ Waimiri Atroari/ Xereu/ Yanomámi	63	0,6
	Não aplicável	42	0,4
	Taulipáng	24	0,2
	Mal definidas/ Não determinadas	2	0,0
TOTAL		10.427	100
Litoral Sul	Não Sabem/ Sem declaração	990	55,4
	Guarani Kaiowá/ Guarani Mbya/ Guarani Nhandeva	767	42,9
	Maxakali/ Pankararú/ Tupinambá/ Xavante	20	1,1

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Não aplicável	7	0,4
	Mal definidas/ Não determinadas	2	0,1
TOTAL		1.786	100
Manaus	Múra	1302	29,3
	Não Sabem/ Sem declaração	1147	25,8
	Mundrukú	1134	25,5
	Waimiri Atroari	380	8,6
	Não aplicável	98	2,2
	Pirahã	84	1,9
	Tikúna	77	1,7
	Apurinã	56	1,3
	Sateré-Mawé	49	1,1
	Tenharim	47	1,1
	Torá	46	1,0
	Kambéba/ Kokama/ Parintintim/ Tukano	18	0,4
	Não determinadas	2	0,0
	TOTAL		4.440
Maranhão	Tenetehara	5438	64,7
	Não Sabem/ Sem declaração	1039	12,4
	Kanela Rankocamekra	498	5,9
	Não aplicável	326	3,9
	Ka'apor	311	3,7
	Krikati	245	2,9
	Kanela	198	2,4
	Gavião Pukobiê	170	2,0

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Guajá	113	1,3
	Timbira	47	0,6
	Guarani Nhandeva/ Katawixí/ Kinikinau/Miránha/ Nadëb/ Tuxá	20	0,2
	Não determinadas	3	0,0
TOTAL		8.408	100
Mato Grosso do Sul	Guarani Kaiowá/ Guarani Mbya/ Guarani Nhandeva	11013	62,7
	Terena	5534	31,5
	Sem declaração	482	2,7
	Kadiwéu	332	1,9
	Atikum/ Chamakóko/ Gavião Parkatejê/ Guató/ Kinikinau/ Ofayé/ Paresí/ Warekena/ Xavante	110	0,6
	Não aplicável	79	0,5
	Mal definidas	5	0,0
TOTAL		17.555	100
Médio Rio Purus	Sem declaração	321	26,8
	Apurinã	302	25,2
	Paumarí	221	18,4
	Dení	136	11,4
	Jamamadí	65	5,4
	Não aplicável	46	3,8
	Banawa	41	3,4
	Jarawára	35	2,9
	Kaxarari	31	2,6
TOTAL		1.198	48
Médio Rio	Kulina Madijá	786	26,9

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
Solimões e afluyente	Não Sabem/ Sem declaração	395	13,5
	Tikúna	358	12,2
	Kokama	357	12,2
	Kanamarí	250	8,5
	Miránha	205	7,0
	Matsés	150	5,1
	Dení	145	5,0
	Katukina	128	4,4
	Kambéba	64	2,2
	Não aplicável	41	1,4
	Amanayé/ Kaxinawá/ Kulina Páno/ Múra/ Tukano	23	0,8
	Não determinadas	22	0,8
	TOTAL		2.924
Minas Gerais e Espírito Santo	Xacriabá	2281	60,3
	Tupiniquim	825	21,8
	Maxakali	346	9,2
	Guarani Mbya/ Guarani Nhandeva	93	2,5
	Não Sabem/ Sem declaração	77	2,0
	Pataxó	75	2,0
	Krenák	66	1,7
	Não aplicável	12	0,3
	Kaingang/ Pankararú/ Xucuru	5	0,1
	Não determinadas	1	0,0
TOTAL		3.781	100
Parintins	Sateré-Mawé	2495	66,6

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Wai Wai	416	11,1
	Tiriyó	259	6,9
	Não Sabem/ Sem declaração	248	6,6
	Hixkaryána	165	4,4
	Apalaí/ Katuena/ Kaxinawá/ Kayapó/ Mawayána/ Mundurukú/ Pataxó/ Tunayana/ Xereu/ Yanomámi	63	1,7
	Kaxuyana	62	1,7
	Não aplicável	35	0,9
	Não determinadas	1	0,0
TOTAL		3.744	100
Pernambuco	Não aplicável	6145	38,2
	Pankararú	2197	13,7
	Xucuru	2183	13,6
	Fulni-ô	1232	7,7
	Kambiwá/ Kambiwá-Pipipã	1149	7,1
	Não Sabem/ Sem declaração	1073	6,7
	Atikum	900	5,6
	Truká	808	5,0
	Kapinawá	366	2,3
	Bororo/ Jeripancó/ Kariri/ Kariri-xocó/ Kubeo/ Tumbalalá/ Tuxá/ Wauja/ Yanomámi	35	0,2
	Não determinadas	1	0,0
TOTAL		16.089	100
Porto Velho	Pakaa Nova	786	36,7
	Aikaná/ Ajuru/ Amondáwa/ Apurinã/ Arikapú/ Aruá/ Diahói/ Juma/ Kampé/ Karipuna/ Kujubim/ Manchineri/ Paresí/ Sakurabiat/ Terena/ Yamináwa	158	7,4

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Gavião de Rondônia	155	7,2
	Tuparí	132	6,2
	Sem declaração	127	5,9
	Arara de Rondônia	94	4,4
	Karitiana	89	4,2
	Makuráp	85	4,0
	Tenharim	80	3,7
	Pirahã	66	3,1
	Kaxarari	65	3,0
	Kanoé	53	2,5
	Parintintim	52	2,4
	Djeoromitxí - Jabutí	43	2,0
	Oro Win	42	2,0
	Uru-Eu-Wau-Wau	33	1,5
	Torá	32	1,5
	Mundurukú	24	1,1
	Zoró	15	0,7
	Não aplicável	10	0,5
	Mal definidas	1	0,0
	TOTAL	2.142	100
Potiguara	Potiguara	4662	77,8
	Não Sabem/ Sem declaração	1088	18,2
	Não aplicável	237	4,0
	Atikum/ Kayapó/ Makuxí/ Tabajara/ Xucuru - Kariri	5	0,1
	TOTAL	5.992	100

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
Rio Tapajós	Mundurukú	1198	60,2
	Sateré-Mawé	428	21,5
	Sem declaração	270	13,6
	Kaiabi	38	1,9
	Apiaká	36	1,8
	Não aplicável	14	0,7
	Guarani Mbya/ Kayapó/ Makuxí/ Paresí	7	0,4
TOTAL		1.991	100
Tocantins	Xerente	699	34,6
	Krahô	689	34,1
	Apinayé	483	23,9
	Karajá	64	3,2
	Sem declaração	50	2,5
	Fulni-ô/ Guarani Kaiowá/ Javaé/ Tenetehara	27	1,3
	Não aplicável	9	0,4
TOTAL		2.021	100
Vale do Javari	Marúbo	590	34,2
	Matsés	382	22,1
	Matís	310	18,0
	Kanamari	299	17,3
	Sem declaração	57	3,3
	Kulina Páno	41	2,4
	Korúbo/ Tikúna	40	2,3
	Não aplicável	6	0,3
TOTAL		1.725	100

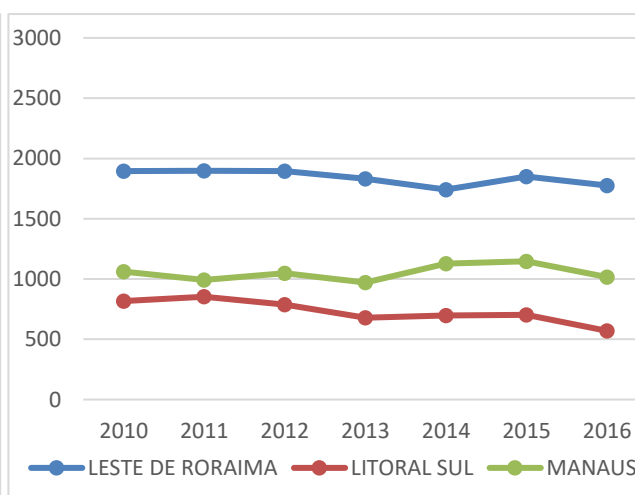
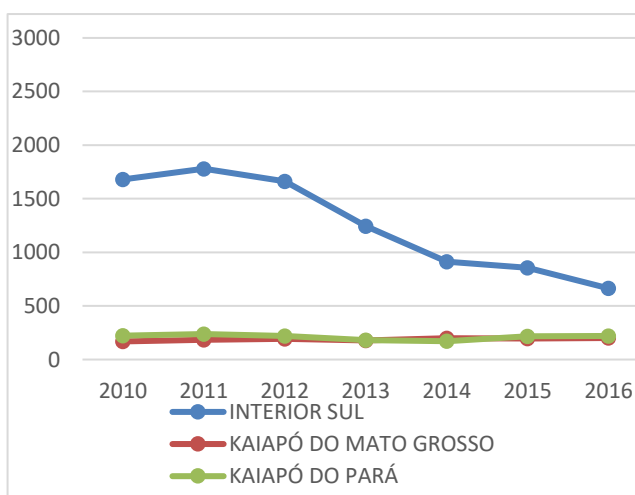
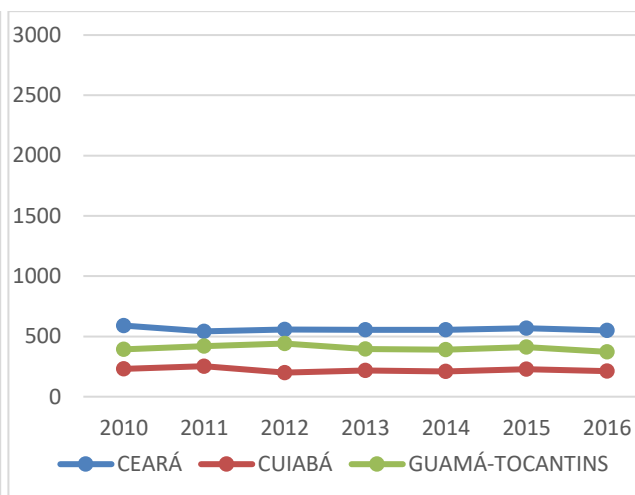
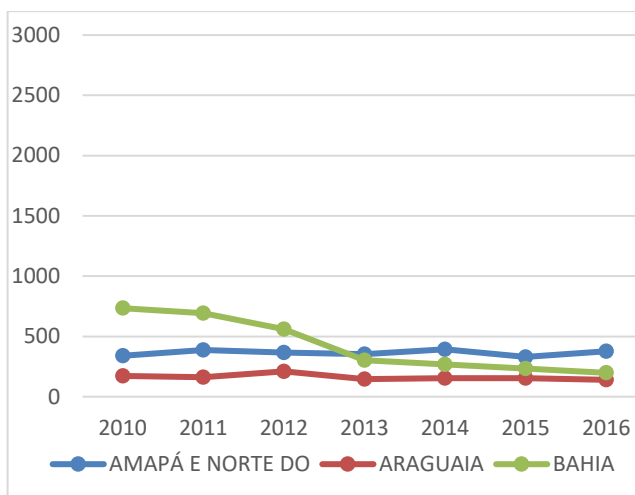
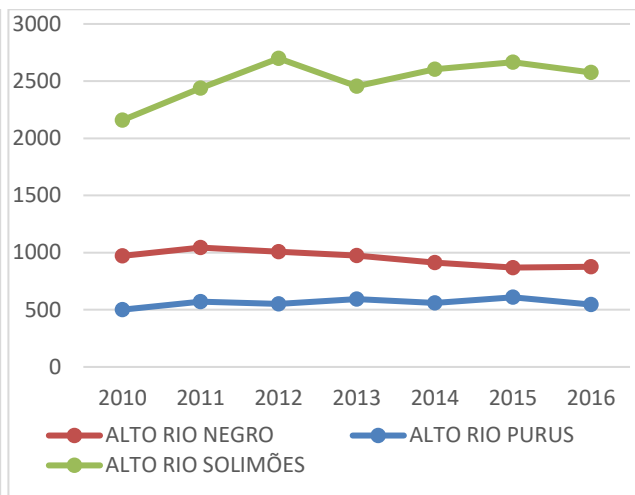
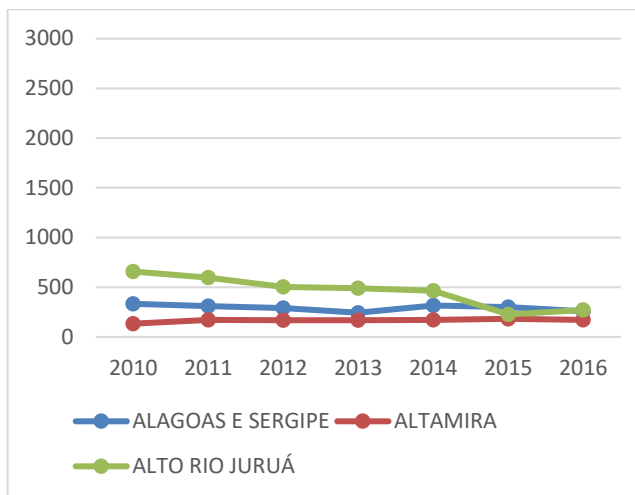
DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
Vilhena	Sem declaração	1214	36,7
	Cinta Larga	386	11,7
	Suruí de Rondônia	294	8,9
	Rikbaktsa	261	7,9
	Não aplicável	181	5,5
	Zoró	157	4,7
	Enawenê-Nawê	145	4,4
	Nambikwára	123	3,7
	Akuntsú/ Apurinã/ Arara de Rondônia/ Arara do Aripuanã/ Aruá/ Gavião de Rondônia/ Guarani Kaiowá/ Hahaitesu/ Halotesu/ Kalapalo/ Kanoé/ Karitiana/ Kwazá/ Latundê/ Sawentesu/ Terena/ Tikúna/ Waikisu/ Wakalitesu	108	3,3
	Irántxe	90	2,7
	Mamaindê	72	2,2
	Sabanê	55	1,7
	Kithaulu	43	1,3
	Aikaná	39	1,2
	Negarotê	35	1,1
	Mynky	28	0,8
	Paresí	27	0,8
	Tawandê	20	0,6
	Sakurabiat	18	0,5
	Manduka	15	0,5
Mal definidas	1	0,0	
TOTAL		3.312	100
Xavante	Xavante	3789	75,1

DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Sem declaração	968	19,2
	Não aplicável	247	4,9
	Kalapalo	25	0,5
	Bororo/ Kanela/ Kuikuro/ Matipú/ Xacriabá/	15	0,3
	Mal definidas	2	0,0
TOTAL		5.046	100
Xingu	Sem declaração	352	18,8
	Kaiabi	310	16,6
	Kuikuro	134	7,2
	Kalapalo	133	7,1
	Kamayurá	131	7,0
	Ikpeng	121	6,5
	Wauja	116	6,2
	Não aplicável	102	5,5
	Kisêdjê	90	4,8
	Yudjá	85	4,5
	Mehináku	80	4,3
	Yawalapití	67	3,6
	Aweti	50	2,7
	Matipú	36	1,9
	Nahukuá	34	1,8
	Panará/ Trumái	27	1,4
	Não determinadas	1	0,1
TOTAL		1.869	100
Yanomami	Yanomámi	5349	77,7

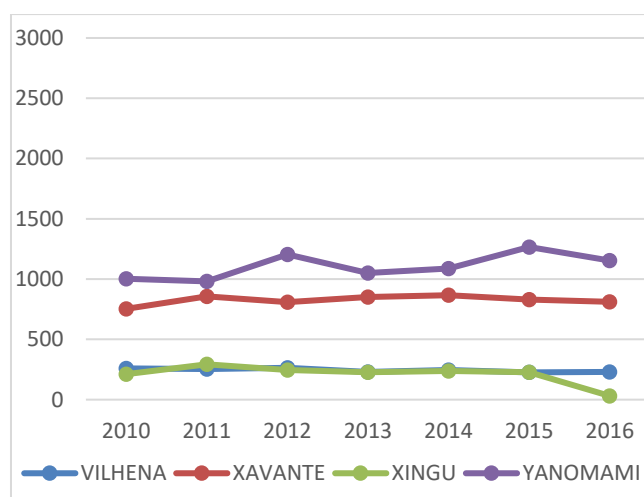
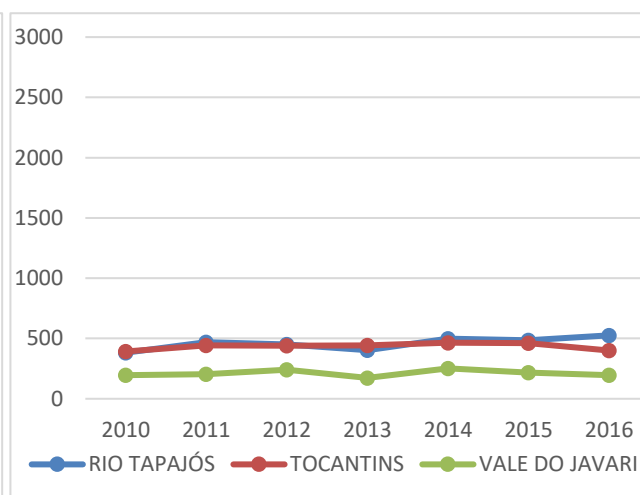
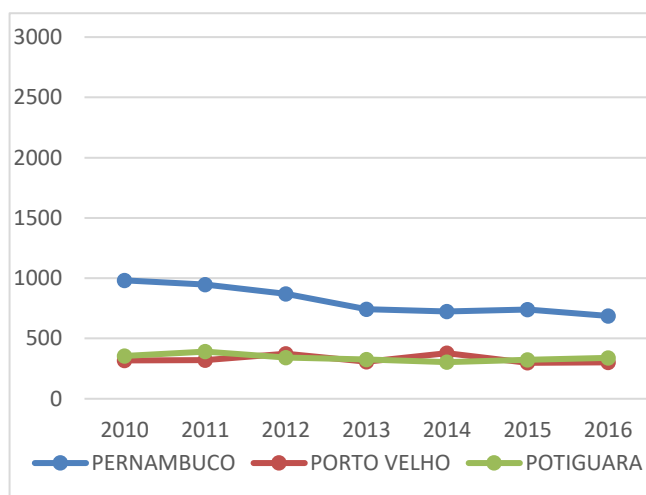
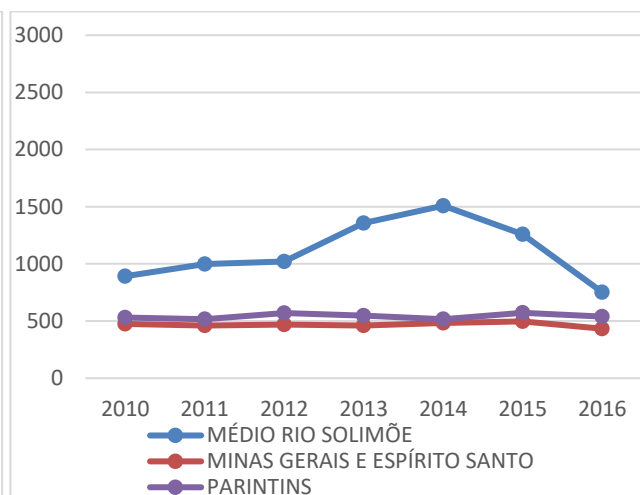
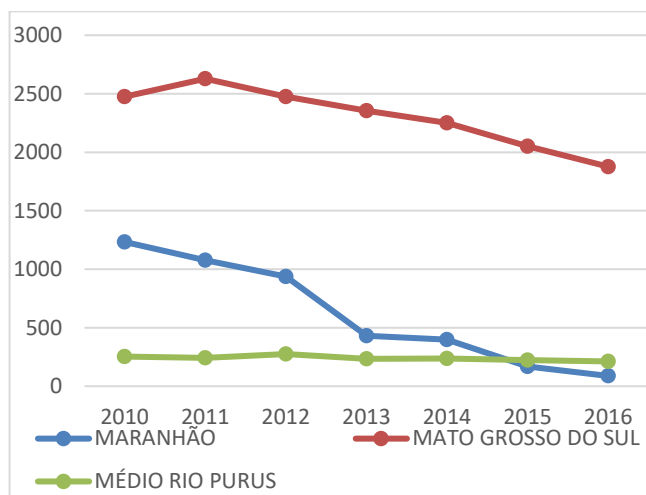
DSEI	ETNIA/POVO	QUANTIDADE DE MULHERES NA TIS	%
	Não Sabem/ Sem declaração	469	6,8
	Makuxí	334	4,8
	Wapixana	254	3,7
	Baré	163	2,4
	Não aplicável	66	1,0
	Ninám	57	0,8
	Nadëb	55	0,8
	Desána/ Kubeo/ Kujubim/ Piratapuya/ Sateré-Mawé/ Tariana/ Tikúna	45	0,7
	Baniwa	37	0,5
	Ye'kuana	33	0,5
	Tukano	23	0,3
	Mal definidas/ Não determinadas	3	0,0
	TOTAL	6.888	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010).

APÊNDICE D – Número absoluto do total de nascimentos por DSEI no período de 2010 a 2016



(Continua)



Fonte: Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010 a 2016).

APÊNDICE E – Número de mulheres indígenas contabilizadas nos dados da SESAI e do IBGE - 2010

DSEI	SESAI	IBGE	Diferença	Total de mulheres na amostra
Alagoas e Sergipe	3121	1588	1533	227
Altamira	642	645	-3	100
Alto Rio Juruá	3030	1864	1166	312
Alto Rio Negro	8602	5793	2809	488
Alto Rio Purus	2139	1211	928	244
Alto Rio Solimões	13094	10598	2496	1.131
Amapá e Norte do Pará	2274	1576	698	169
Araguaia	959	1360	-401	357
Bahia	7630	4055	3575	648
Ceará	8137	818	7319	102
Cuiabá	1608	1743	-135	240
Guamá-Tocantins	1676	1957	-281	282
Interior Sul	8016	9553	-1537	2.422
Kaiapó do Mato Grosso	1211	1273	-62	108
Kaiapó do Pará	954	1893	-939	335
Leste de Roraima	9504	9322	182	1.768
Litoral Sul	5338	1411	3927	119
Manaus	6510	3153	3357	318
Maranhão	7662	6071	1591	898
Mato Grosso do Sul	17973	13175	4798	2.048
Médio Rio Purus	1578	853	725	115
Médio Rio Solimões e afluente	4308	2154	2154	358
Minas Gerais e Espírito Santo	3847	2950	897	520
Parintins	2709	2758	-49	269
Pernambuco	9927	6860	3067	1.437
Porto Velho	1761	1930	-169	168
Potiguara	3805	4783	-978	1.275
Rio Tapajós	2015	1532	483	132
Tocantins	2018	1509	509	308
Vale do Javari	1175	1207	-32	276
Vilhena	1263	1850	-587	497
Xavante	3259	4096	-837	659
Xingu	1266	1374	-108	199
Yanomami	3839	1901	1938	805

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).

APÊNDICE F – Número de nascimentos das mulheres indígenas contabilizados nos dados da SESAI e do IBGE - 2010

DSEI	SESAI	IBGE	DIFERENÇA
Alagoas e Sergipe	329	187	142
Altamira	128	111	17
Alto Rio Juruá	656	324	332
Alto Rio Negro	965	339	626
Alto Rio Purus	489	262	227
Alto Rio Solimões	2147	1444	703
Amapá e Norte do Pará	331	230	101
Araguaia	169	200	-31
Bahia	730	421	309
Ceará	580	57	523
Cuiabá	228	161	67
Guamá-Tocantins	383	302	81
Interior Sul	1655	893	762
Kaiapó do Mato Grosso	167	150	17
Kaiapó do Pará	217	203	14
Leste de Roraima	1864	1239	625
Litoral Sul	802	117	685
Manaus	1043	394	649
Maranhão	1229	863	366
Mato Grosso do Sul	2433	1702	731
Médio Rio Purus	248	262	-14
Médio Rio Solimões e afluente	871	442	429
Minas Gerais e Espírito Santo	468	304	164
Parintins	522	474	48
Pernambuco	973	1024	-51
Porto Velho	310	338	-28
Potiguara	352	382	-30
Rio Tapajós	370	204	166
Tocantins	372	192	180
Vale do Javari	194	173	21
Vilhena	247	237	10
Xavante	730	579	151
Xingu	195	112	83
Yanomami	919	457	462

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010); Brasil (Banco de Dados SESAI/SIASI, 2010).